



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPGSOF
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS PPGSOF**

DAIANE TRETTO DA ROCHA

**ARTICULANDO COOPERAÇÃO E CONCEITOS DE
SUSTENTABILIDADE EM ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS DE RORAIMA**

Boa Vista

2015

DAIANE TRETTO DA ROCHA

**ARTICULANDO COOPERAÇÃO E CONCEITOS DE
SUSTENTABILIDADE EM ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS DE RORAIMA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedades e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras.

**ORIENTADOR: Dr. Américo Alves de Lyra
Júnior.**

Boa Vista

2015

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

R672a Rocha, Daiana Tretto da.

Articulando cooperação e conceitos de sustentabilidade em arranjos produtivos locais de Roraima / Daiana Tretto da Rocha. – Boa Vista, 2015.

135 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Júnior.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Desenvolvimento sustentável. 2 – Governança. 3 – Arranjos produtivos. 4 – Roraima. I – Título. II – Lyra Júnior, Américo Alves de (orientador).

CDU – 338.43

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha família...

Ao meu pai, que sempre esteve ao meu lado;

A minha mãe, pelo exemplo de determinação;

Ao meu esposo Jorge, pelo apoio incondicional e pela paciência em todas as horas;

As minhas irmãs (os), por despertarem em mim um afeto incondicional;

Aos meus avós, Jurema e Bruno Tretto, Gentile e Dileto Gobbi (*in memoria*) por mostrarem a importância do estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. Américo, não porque seja praxe referenciar o orientador em primeiro lugar, mas por seu papel fundamental em vários momentos da elaboração desta dissertação, pela paciência nos momentos de dificuldade. Aos meus colegas de mestrado, que dividiram comigo os momentos de angústia e realização. Aos meus amigos, que compreenderam meu afastamento para desenvolver minha pesquisa. Aos meus familiares novamente, por compreenderem minha distância e ausência. A todos aqueles que me auxiliaram e se dispuseram a participar da pesquisa de campo deste trabalho. Gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES por seu apoio financeiro durante o curso de mestrado. E, finalmente, mas não menos importante, aos professores do Programa de Pós Graduação em Sociedade e Fronteiras.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar o conceito de sustentabilidade construído no tripé: sustentabilidade econômica, social e ambiental, presentes no projeto “Gestão sustentável para competitividade”, observando a dinâmica dos atores envolvidos Arranjos Produtivos Locais, SESI e BID. Compreende-se que o desafio das sociedades atuais é compatibilizar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e social. Este ideário do desenvolvimento sustentável ganhou centralidade em amplos segmentos da sociedade, mas o binômio sucinta uma série de inquietações que postulou uma contextualização histórica do processo de globalização e recorte teórico do desenvolvimento das sociedades, para fundamentar a discussão dos conceitos de governança, desenvolvimento sustentável e APL’s. Os micro empresários de dois APL’s de Roraima, e as instituições SESI e BID são o foco do estudo, estes APL’s, integram o projeto “Gestão sustentável para competitividade” que tem por objetivo central, fomentar uma cultura sustentável nestas micro empresas para que se tornem competitivas. Entretanto, os problemas estruturais nestas empresas exigem do SESI e BID iniciativas concretas, e não apenas conceituais, em deficiências gerenciais, de informalidade e de recursos humanos, que geram barreiras e divergência de interesses propiciando na ineficiência das ações do projeto. Estes arranjos produtivos localizadas no estado de Roraima, são um potencial de desenvolvimento econômico e social, mas carecem de uma atuação próxima do governo, no desenvolvimento de políticas públicas adequadas que garantam a sobrevivência destas micro empresas no cenário amazônico.

Palavras-chaves: Arranjos Produtivos Locais; Governança; Desenvolvimento Sustentável; Roraima.

ABSTRACT

This dissertation objective is to investigate the sustainability concept built on three pillars: economic, social and environmental present in the project "Sustainable Management for competitiveness", observing the dynamics of the actors involved Local Production Arrangements, SESI and BID. It is understandable that the modern societies challenge is to make compatible economic growth, environmental sustainability and social. This ideal of sustainable development, has earned centrality in large segments of society, but the pair, briefly a series of worries that postulated a historical context of the globalization process and theoretical framework of the societies development, to support the concepts discussion of governance, development sustainable and APLs. The micro entrepreneurs of two APLs in Roraima, SESI and BID institutions are the focus of the study, these APLs are part of the "Sustainable Management for competitiveness" project, which has the main objective, the fostering a sustainable culture in these micro enterprises to become competitive. However, the structural problems in these companies require of SESI and BID concrete initiatives, not only conceptual, in management deficiencies, informality and human resources that generate barriers and divergence of interests providing the inefficiency of the project actions. These productive arrangements in the state of Roraima are one potential for economic and social development, but they need a close government action, the appropriate public policies development that guarantee the survival of these micro enterprises in the Amazon scenery.

Keywords: Local Productive Arrangements; Governance; Sustainable Development; Roraima.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. RORAIMA NO CONTEXTO INTERNACIONAL: globalização, liberalismo e sustentabilidade.....	16
1.1 Globalização e Liberalismo: concepção de um sistema internacional.....	16
1.2 Globalização e perspectivas de desenvolvimento no contexto amazônico.....	22
1.3 Desenvolvimento regional e sustentabilidade Amazônica.....	29
1.4 Roraima: incertezas de um desenvolvimento sustentável.....	36
1.5 Considerações finais do capítulo.....	44
2. NA ESTEIRA DA GLOBALIZAÇÃO: Arranjos Produtivos Locais, governança e Amazônia.....	45
2.1 Governança: conceitos, história e perspectivas.....	45
2.1.1 Governança e a participação dos múltiplos atores.....	51
2.2 Arranjos Produtivos Locais e Governança.....	54
2.3 Arranjos Produtivos Locais e Governança: reflexos na realidade amazônica.....	65
2.4 Considerações finais do capítulo.....	71
3. GOVERNANÇA E RORAIMA: análise do projeto “Sustentabilidade para Competitividade.....	73
3.1 Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do município de Boa Vista.....	73
3.2 Fundamentação teórica.....	82
3.2.1 Desenvolvimento econômico brasileiro.....	87
3.3 Arranjos Produtivos Locais contemplados na pesquisa.....	89
3.4 Considerações finais do capítulo.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
ANEXOS.....	119
APÊNDICE.....	130

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa Amazônia Legal.....	24
Mapa 2. Território de Roraima.....	37
Mapa 3. Localização das empresas.....	90
Mapa 4. Localização das empresas entrevistadas no APL de confecções	91
Mapa 5. Localização das empresas entrevistadas no APL de Reparação de Veículos	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área desmatada na Amazônia Legal entre 1980 e 2007.....	25
Tabela 2. Renda <i>Per Capita</i> e índice de Gini 2010.....	42
Tabela 3. Periodização do Concerto Europeu.....	46
Tabela 4. Valor das atividades econômicas de Boa Vista.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tripé da (in) sustentabilidade.....	33
Quadro 2. Participação dos estados no PIB da região norte – 2010.....	40
Quadro 3. Tipologias de análise de aglomerações produtivas.....	55
Quadro 4. Diferença entre <i>cluster</i> e Arranjo Produtivo Local.....	58
Quadro 5. Diferença entre <i>cluster</i> e APL's.....	59
Quadro 6. Etapas de formação de um <i>cluster</i>	59
Quadro 7. Diagrama das vantagens de um Arranjo Produtivo Local.....	60
Quadro 8. Tipologias de governança em APL's.....	63
Quadro 9. Mudanças estruturais na Amazônia.....	66
Quadro 10. Número de municípios por estado na Amazônia especializados nos APL's potenciais no ano de 2004.....	70
Quadro 11. Crescimento populacional.....	74
Quadro 12. Indústrias por porte.....	77
Quadro 13. Indicadores gerais de mercado de trabalho – 2010.....	78
Quadro 14. Recurso por componente.....	81
Quadro 15. Cadeia produtiva de têxteis e confecções.....	94
Quadro 16. Cadeia produtiva de reparação de veículos.....	95
Quadro 17. Análise SWOT do APL de confecções.....	101
Quadro 18. Análise SWOT do APL de reparação de veículos.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia;
AID- Associação Internacional para o Desenvolvimento;
APL – Arranjo Produtivo Local;
BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento;
BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento;
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe;
CEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento;
COPs - Conferências das Partes de Convenções;
FIDAN – Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia;
G7- Grupo dos sete países integrantes da União Europeia e dos países baixos;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ICN - Índice de Concentração Normalizado;
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
MPME – micro pequenas e médias empresas;
OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico;
ODA - Assistência Oficial ao Desenvolvimento;
OECD - Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento;
OIT – organização internacional do trabalho;
ONG – Organização Não Governamental;
ONU – Organização das Nações Unidas;
OTCA – Organização dos Tratados de Cooperação Amazônica;
PAS- Plano Amazônia Sustentável;
PCN- Projeto Calha Norte;
PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia;
PGC- Programa Grande Carajás;
PIB – Produto Interno Bruto;
PIN - Programas de Integração Nacional;
PLANAFLORO – Plano Agropecuário Florestal de Rondônia;
PME – Pequenas e Médias Empresas;
PND – Planos Nacionais de Desenvolvimento;
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil;
PPA’s – Planos Pluri Anuais;
PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil;
PPSOF – Programa de Pós graduação em Sociedade e Fronteiras;
RedeSist - Rede de pesquisa em sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais;
RSE – Responsabilidade social empresarial;
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SESI – Serviço Social da Indústria;
SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia;
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus;
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Unctad - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento;
UNDP - *United Nations Development Program*;
ZFM - Zona Franca de Manaus;

INTRODUÇÃO

A partir dos séculos XIX e XX, a globalização tomou formas que levaram as sociedades a um ambiente de diminuição das barreiras comerciais, facilidade de comunicação e de transporte. Não era um fato historicamente novo, mas ganhou força nestes séculos. Esta tendência de homogeneização das sociedades, propiciou abertura e flexibilização dos mercados, caracteriza-se como capitalismo. Esta flexibilização das relações entre os Estados, condiciona a uma nova ordem mundial.

Foi neste processo social e econômico que nasceu a globalização. Esta nova estrutura seria dotada de temas globais, os “novos temas”, envolvendo o mundo a partir de discussões, informações e visões nos mais variados campos do saber humano. Estes novos temas, da sociedade global, transcendem à mera noção de atividade econômica. Mas, em nenhum outro campo, a globalização dos problemas (epidemias, crises mundiais, especulação financeira, desemprego, entre outros.), adquiriu tanta ênfase como nas questões ambientais.

Os danos ao meio ambiente e a violação dos direitos humanos são problemas que vão atravessar as fronteiras dos Estados nacionais, emergindo a necessidade de respostas globais a essas adversidades. Neste contexto, o ideário do desenvolvimento sustentável ganha centralidade nas propostas de amplos segmentos da sociedade, inclusive em projetos interinstitucionais como o projeto piloto desenvolvido entre o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

O projeto firmado em janeiro de 2011, entrou em vigor em 12 de janeiro de 2012, devendo ser finalizado em janeiro de 2015. As ações do projeto ocorrem em Arranjos Produtivos Locais (APL's) de cinco estados, mais o Distrito Federal. Em Roraima, foram realizados estudos setoriais, com intuito de definir os setores que melhor se encaixavam no perfil de APL. Assim, determinou-se, o APL de madeireiras no município de Rorainópolis, sul do estado, e os APL's de confecção e reparação de veículos na capital Boa Vista.

O objetivo geral do projeto intitulado “Gestão sustentável para Competitividade”, é apoiar micro e pequenas empresas industriais na implantação de

políticas e medidas de desenvolvimento sustentável. Este discurso do desenvolvimento sustentável, entrou no cotidiano das instituições final dos anos 1980, o que pouco se questiona é a insustentabilidade deste discurso, e que entendimento de sustentabilidade está compondo o escopo dos projetos desenvolvidos.

O objetivo desta dissertação é investigar o conceito de sustentabilidade presente no projeto “Gestão sustentável para competitividade”, observando a dinâmica dos atores envolvidos (APL’s, SESI e BID). Para a consecução desta finalidade, dotamo-nos de alguns objetivos específicos: observar o conceito de sustentabilidade que se consolida no projeto, à luz do contexto dos debates sobre o tema em voga; investigar a comunicação entre os atores (APL’s, SESI e BID), no sentido de compreender as noções concorrentes de sustentabilidade no projeto e, conjecturar resultados futuros do projeto, através do entendimento percebido nas entrevistas com os atores (APL’s, SESI e BID).

A realização desta pesquisa, justifica-se pelo desafio pessoal, social e acadêmico. Os estudos interdisciplinares propiciados no Programa de Pós Graduação em Sociedades e Fronteiras (PPGSOF), contribuíram no desafio de compreender a abrangência do debate sobre a crise contemporânea engendrada pelo modelo capitalista, e atender a inquietação sobre qual conceito de sustentabilidade está se consolidando no nos arranjos produtivos de Roraima.

Os estudos relacionados a APL’s de Roraima são escassos, exigiram maior esforço, mas tornam a pesquisa pertinente na medida em que são insuficientes ou inexistentes os trabalhos na área de Arranjos Produtivos Locais de Roraima que versem sobre a temática sustentabilidade. Este estudo, visa contribuir para a produção de novos conhecimentos relacionados aos APL’s do estado e fomentar novas pesquisas na área.

Para viabilizar a investigação, os procedimentos iniciais foram pesquisa bibliográfica e documental. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com os atores do projeto, primeiramente foram entrevistadas as empresas participantes do projeto, nos APLs de reparação de veículos e confecções em Boa Vista. Posteriormente, as instituições SESI nacional, localizado em Brasília-DF e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também em Brasília.

A técnica utilizada foi a entrevista semi-estruturada, por ser “um meio que possibilita ao entrevistado discorrer sobre o tema em questão, sob uma lógica própria, e por oferecer maior oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativas” (CERVO E BERVIAN, 2003, p. 47).

A dissertação está estruturada em três capítulos, no primeiro apresenta-se os reflexos da globalização nas sociedades, bem como os problemas ambientais emergentes. A Amazônia ganha destaque pela magnitude e por ocupar um lugar de destaque, nas discussões contemporâneas relacionadas ao meio ambiente. As reflexões sobre o neoliberalismo propiciam a compreensão do contexto histórico que corroboraram para o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento da região.

No segundo capítulo, a discussão se deu acerca do conceito e da história da governança global, e em escala empresarial, na perspectiva dos arranjos produtivos. Os Arranjos Produtivos Locais ganham destaque através do diálogo entre as visões divergentes e convergentes das categorias APL e *Cluster*. Fenômeno que tem se destacado recentemente nas políticas públicas da região amazônica por meio dos Planos Plurianuais (PPAs), que passaram a incorporar o termo a partir de 2004, como um fator estratégico para o desenvolvimento local.

No último capítulo, contemplam-se as características econômicas e sociais do município Boa Vista, capital do estado de Roraima, que concentra mais de 70% da economia do estado e comporta 63,32% da população do Estado. No terceiro capítulo, busca-se consolidar o entendimento através da teoria do desenvolvimento, que assegurou a compreensão e análise dos dados coletados em campo. Por fim, esboçamos as principais conclusões que chegamos a partir da análise dos dados.

1. RORAIMA NO CONTEXTO INTERNACIONAL: globalização, liberalismo e sustentabilidade.

Neste capítulo apresentar-se-á os reflexos da globalização nas sociedades, bem como os problemas ambientais emergentes. O surgimento de uma “nova ordem econômica internacional” abre espaço para novos atores e temas internacionais, que protagonizam discussões no sistema mundial. Dentre os novos temas, a Amazônia ganha destaque, pela magnitude de sua ecologia.

Neste íterim, a Amazônia ocupa um espaço valioso nas discussões contemporâneas relacionadas ao meio ambiente. As reflexões apresentadas neste capítulo perpassam pelos conceitos de globalização e neoliberalismo, no intuito de compreender o contexto histórico que corroborou para o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento da região, apontada por Argemiro Procópio, como a periferia das periferias.

O desenvolvimento é objetivo de todas as nações. Mas, para ocorrer, não necessita estar atrelado somente ao sistema produtivo. Este processo evolutivo pode e deve ocorrer através da elevação dos índices relacionados à saúde, educação e qualidade de vida da população. Em Roraima, estes indicadores não tiveram espaço no processo de desenvolvimento regional, que apresenta, como objetivos primordiais, ocupação territorial como forma de garantir a soberania sobre a região e expansão econômica através do fomento da expansão agropecuária.

1.1 Globalização e Liberalismo: concepção de um sistema internacional

Por um longo período, a sociedade europeia foi dominante e coercitiva, por se considerar a “*Heartland*” ou “ilha do mundo”¹. Criou regras e acordos que limitavam a liberdade de outros Estados, apenas em benefício dos seus interesses. Fato que se observa no efetivo sistema de dominação montado através de três patamares que,

¹Halford Mackinder (1861-1946) desenvolveu a tese de predominância do poder terrestre e marítimo. Para Mackinder, a região central da Europa, era considerada o coração da terra e o pivô da política mundial (MAFRA, 1977).

Amado Luiz Cervo (2007, p. 48), denomina como dominação estratégica, exploração econômica e imperialismo cultural.

Para Cervo (2007, p. 48), “os europeus iriam impor às sociedades menos complexas e grandes civilizações seu modo de fazer comércio e de explorar, como também regras e instituições desenvolvidas na matriz do sistema”. Isso transformaria a dinâmica social dos países para se enquadrar no seu *modus operandi*, mais especificamente com as instituições representativas, comércio liberal e direito internacional. Desta maneira, as potências capitalistas europeias contribuíram para a conquista do mundo pelo liberalismo.

Neste sentido, Cervo (2007, p. 62) acrescenta que “duas fases marcaram a conquista do mundo pelo liberalismo”. Na primeira fase, as potências europeias abrem as fronteiras, iniciando o livre comércio balizado por tratados. Na segunda, o livre comércio é impulsionado dentro dos países concluindo, assim, o fluxo mercantilista do mundo liberal.

Somente com a independência dos Estados Unidos² e da América Latina, os europeus começaram a perder sua primazia no globo. Culminando, de acordo com Cervo (2007), na crise da dominação colonial, quando esta passou a ser considerada retrógrada e imoral, colocando em xeque antigos valores que passaram a ser contestados pela Revolução Francesa. Entretanto, no século XIX, a homogeneidade que vinha sendo imposta pelos Estados europeus, encontrou na África e na Ásia uma nova rota expansionista. Somente na segunda metade deste século, emergem três ideias-força europeias: “nacionalismo, democracia e interesse popular (CERVO, 2007, p. 54)”.

Nesta conjectura, a Revolução Francesa desempenhou um grande marco mundial. As sociedades passaram a expandir em busca de novos domínios, novos mercados. Nélvio Santos (2004, p. 27) enfatiza que “as grandes mudanças por que passou a humanidade, após a Idade Média, têm dois componentes estruturantes básicos: o surgimento do capitalismo e o advento do Estado Moderno”.

² Cervo (2007) descreve a independência dos Estados Unidos como a mais bem sucedida no continente contra o colonialismo e, a partir deste marco, inicia sua futura ascensão como potência mundial.

Mudanças que levam o mundo a tomar novas formas e convergir para o *status* de globalizado³. Este fenômeno não se configura como um processo historicamente novo, mas que ganhou força nos séculos XIX e XX. Comungando desta premissa, Eduardo Viola (1996, p. 16) destaca que, especificamente na década de 1980, intensifica-se extraordinariamente o processo de globalização do mundo, caracterizando-se como um processo inacabado, em plena expansão.

A política externa de todas as grandes potências mundializou-se. A concorrência e a disputa pelo domínio de mercado aumentavam as tensões dentro e fora da Europa. A competição econômica entre empresas, no mercado mundial, articulou-se crescentemente como competição entre interesses nacionais dos Estados-nação, gerando antagonismos entre Estados e diversos conflitos que contribuíram para o despontar da Primeira Guerra Mundial (SARAIVA, 2007).

Após a primeira Guerra Mundial, a Conferência da Paz de Paris, realizada em 1919, gerou acordos comerciais e políticas de desarmamento na busca de orientar a conduta dos Estados. Para Saraiva (2007), o aparecimento do fascismo⁴ foi um fato europeu que levou ao colapso dos valores e das instituições do mundo liberal, dividindo a opinião das nações em todo o mundo, dando fim à harmonia mundial pós-guerra, provocando o retorno de problemas internacionais, além de acrescentar a depressão econômica do capitalismo.

Para agravar esses problemas, a ascensão de Adolf Hitler ao governo alemão significava um ardente nacionalismo, rejeitava a igualdade dos povos e a dos indivíduos, desprezava os tratados com a pretensão de dominar a maior parte da Europa, que na visão de Hitler pertencia ao povo alemão, dando, assim, uma nova concepção de Relações Internacionais. Saraiva (2007) aponta que as ditaduras dominavam a Europa Central e Oriental em 1934 e a Europa Ocidental que se manteve democrática era minoria no ano 1939.

³ Entende-se por mundo globalizado/globalização, o aumento do fluxo de capitais, bens, serviços, informações e pessoas em um ambiente de diminuição das barreiras comerciais e facilidade de comunicação e transporte.

⁴ A ideia definidora do fascismo é a de uma comunidade nacional organicamente unificada. O ideal fascista é o do “novo homem”, e possui um caráter antirracional, antiliberal, anticapitalista, etc. (HEYWOOD, 2010)

Para os capitalistas, esse era um grande entrave ao desenvolvimento por se tratar de barreiras para os interesses econômicos, devendo ser sanado, dando início a uma série de golpes de força, crises diplomáticas, apaziguamentos, avanços e recuos. Tais antagonismos e desavenças culminaram em um novo conflito mundial, a Segunda Guerra Mundial. Esta, por sua vez, deu-se efetivamente entre todos os povos e culturas do globo, elevando as relações internacionais contemporâneas aos seus mais altos níveis de mundialização (SARAIVA, 2007).

De acordo com Salem Nasser (2005, p. 204), “ao longo do século XX e de forma especialmente intensa após a Segunda Guerra Mundial, as transformações na sociedade dos Estados expuseram um conflito entre novos e antigos valores, entre as necessidades de uns e interesses de outros”. Estas transformações culminaram em uma “nova ordem internacional”, gerando novos valores e princípios, mas estritamente econômica.

Os Estados Unidos despontaram como grande potência mundial logo após a Segunda Guerra Mundial. Mas com a fomentação do Plano Marshall⁵ relacionado ao comércio e às finanças, associado à capacidade e à vontade para sobrepujar as potências europeias. Que por sua vez, perdem autonomia ao adquirir empréstimos através do plano, além de ser uma obrigação comprar os produtos Americanos.

O oposto ocorre com a União Soviética, que entrou na corrida pelo desenvolvimento sob a bandeira socialista, e, com seu regime econômico fechado. Contrários ao Plano Marshall, a URSS declara greve contra o plano, orientando seus aliados comunistas da Europa Ocidental a adotar esta mesma postura, contrariando os EUA. Esta ação coloca a URSS “como uma ameaça à paz, um império expansionista que precisava ser contido pelas forças do bem” (LYRA JUNIOR, 2014, p. 12)

Para Saraiva (2007), é através deste panorama que ocorre a consciência de um novo tempo nas relações internacionais, que marcou a construção dos cenários posteriores à Segunda Guerra Mundial, onde,

⁵ Plano criado pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, cujo principal objetivo era possibilitar a reconstrução dos países capitalistas, feito principalmente através de empréstimos financeiros.

Os poderes emergentes (os Estados Unidos e a União Soviética) preparavam-se para sepultar a hegemonia coletiva da sociedade internacional europeia e enquadrar as velhas potências. As alianças de conjuntura entre 1941 e 1945 espelharam as miragens da agonia europeia diante das novas realidades de poder hegemônico que se abriam para suas superpotências (SARAIVA, 2007, p. 188).

A paz, entretanto, foi parcial. A desconfiança entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética) anularam as possibilidades de cooperação. Lyra Junior e Bellintani (2013) descrevem como o surgimento de uma guerra diferente das anteriores, pois as potências rivais nunca se enfrentariam diretamente em combate aberto. Aludem ainda, que a Guerra Fria causou grande medo gerado pelo arsenal atômico, competição entre as superpotências e a corrida espacial. A Guerra Fria seria o novo ambiente de convivência difícil da década de 1940 e de grande parte da de 1950.

Para Lyra Junior e Bellintani (2013, 271), “o final da década de 1960 e a seguinte confirmaram a flexibilização (*détente*) nas relações entre as superpotências, anunciando tendências que se afirmariam no século XXI como, por exemplo, o fim das ideologias”. Fatores que ensejam também uma nova formatação econômica, concomitantemente com a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética em 1991.

Esta “nova ordem econômica Internacional” deu-se numa época em que se projetou o fenômeno da integração de mercados, a globalização, contribuindo para a expansão do comércio, diversificação e abertura comercial. Esta nova estrutura seria, de acordo com Lyra Junior e Bellintani (2013), dotada de temas globais, os “novos temas” que envolvem o mundo a partir de discussões, informações e visões nos mais variados campos do saber humano.

Neste contexto, Almeida (2007, p. 255) refere-se a “nova ordem internacional” como o surgimento de novos problemas globais “ligados ao meio ambiente, aos direitos humanos, à saúde (Aids), à sociedade da informação e ao terrorismo, entre outros – que passam a dominar a agenda global no lugar da luta em torno de esferas de influências e de esquemas militares dissuasórios ou ofensivos”.

A globalização torna-se, assim, um fator que transcende a mera noção de atividade econômica. Os danos ao meio ambiente e violação dos direitos humanos são

problemas que vão transcender as fronteiras dos Estados nacionais, exigindo respostas globais a estes problemas. Porém, em nenhum outro campo, a globalização dos problemas adquiriu tanto ênfase como nas questões ambientais.

Em 1980, passam a pautar, nas relações internacionais, debates e conferências a respeito do aquecimento global, diminuição da camada de ozônio, mudanças climáticas, além da extinção tanto animal como vegetal. E de acordo com Bertha Becker (2007), foram feitos fortes investimentos de capital estrangeiro para a conservação ambiental, infraestrutura e a produção. Segundo Djalma Batista (2007), os incentivos fiscais injetados pelo governo brasileiro na Amazônia foram de Cr\$ 227,3 milhões em 1968 para Cr\$ 467,3 milhões em 1973, o que demonstra um considerável aumento de investimentos na região.

Vale ressaltar que a intensidade de medidas de proteção ao meio ambiente neste contexto de globalização, afetam a indústria e o comércio internacional, através do surgimento de regulamentos que exigem reciclagem, medidas de contenção de riscos e lixo poluente. Neste plano surge a primeira conferência global sobre meio ambiente, realizada em Estocolmo⁶, em 1972, onde foram aprovadas leis ambientais e lançadas as bases do Direito Internacional Ambiental. A segunda conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, e definiu, dentre outros temas, as noções de desenvolvimento sustentável.

A questão da sustentabilidade assumiu, no século XX, uma importância crescente nas discussões em torno da problemática do desenvolvimento, visto que o crescimento econômico não propiciava mais as melhorias que a população almejava, principalmente com relação à questão ambiental, com o acúmulo do lixo, avanço da desertificação, esgotamento dos recursos naturais não renováveis, etc. Estas são manifestações que evidenciavam a necessidade de se repensar a “questão ambiental”.

Portanto, o impacto do processo de globalização alcançou todas as sociedades, por mais distantes e remotas que possam estar dos grandes centros. Com este processo surgiram novos temas e a necessidade de se pensar o espaço através da perspectiva de conservação do nosso bem comum. No intuito de aprofundar mais, o tópico seguinte

⁶ Este evento contou com a presença de 113 países, e marcou o ambientalismo mundial por discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais.

tratará da região amazônica, considerando a influência da globalização no seu processo de desenvolvimento.

1.2 Globalização e perspectivas de desenvolvimento no contexto amazônico

O Brasil, em meio à nova ordem mundial, firmou tratados desiguais com as potências mundiais europeias e Estados Unidos. Tratados que estavam mitigando as chances de desenvolvimento nacional. Cervo (2007) alude que, especificamente na década de 1940, eles deixaram de ser renovados, apesar de grande pressão diplomática e ameaças que recaíam sobre o país.

Autônomo, o Brasil inicia seu processo de industrialização, regulamenta tarifas comerciais, com finalidades fiscais e de cunho protecionistas. Ao resistir às pressões para renovação dos tratados comerciais, o país desarmou o projeto norte-americano de ocupação da Amazônia (CERVO, 2007). Posteriormente, no exercício da diplomacia, assegurou as fronteiras e a livre navegação dos rios.

Samuel Benchimol (1999, p. 63) descreve,

A colonização e expansão do império português na Amazônia, foi uma tarefa dura e penosa que exigiu a mobilização de capitães-general, sargentos-mor, sertanistas, missionários, colonos e índios ao longo de mais de duzentos anos de presença nas colônias do Grão-Pará, Maranhão e rio Negro.

Becker (2009) acrescenta que a ocupação Amazônica deu-se em surtos, ligados à valorização de alguns produtos dela provenientes no mercado internacional e, de maneira endógena e bem menos expressiva com o projeto missionário. A geopolítica desta região foi de grande importância para controlar o extenso território, com poucos recursos, ou seja, o controle territorial foi assegurado por intervenções em locais estratégicos.

O regime Militar (1964 a 1985) foi um período marcante no desenvolvimento de projetos que instituíram medidas estruturadoras no país e na Amazônia (SANTOS, 2004). Vale ressaltar que o Brasil possui a maior extensão 4.982.000 km² (65,69%) da

Amazônia⁷ com um território total de 7.584.421 km², ocupando 58% do território brasileiro de acordo com Brito (2001). De acordo com o Lyra Junior e Bellintani (2013, p. 269) apud Instituto Chico Mendes,

A região amazônica abriga a maior biodiversidade do planeta e, pelo menos, 20% de toda a água doce da superfície terrestre, espalhando-se por nove estados: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Não é à toa que o bioma Amazônia é conhecido como Pulmão do Mundo, Inferno Verde ou Planeta Água. Sua diversidade biológica, até então conhecida, compreende mais de 40 mil espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 1,3 mil espécies de aves e de 3 mil a 9 mil espécies de peixes.

Porém, muitas ambiguidades dos projetos realizados revelam que foram desconsideradas peculiaridades regionais, causando, por conseguinte, transtornos ao meio ambiente e a população local. Santos (2004) destaca a criação do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além do Banco da Amazônia S/A e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), como propulsores destes investimentos.

O autor aponta que um grande objetivo neste período era a integração da região ao restante do país, fato comprovado com a mudança da capital para Brasília, obedecendo aos imperativos geopolíticos de povoar a região, mantendo a soberania e sustentação de desenvolvimento para o interior do país. No mapa abaixo, visualiza-se a abrangência da Amazônia Legal no Brasil e os estados que a compõem.

⁷ Sete países fazem fronteira com a Amazônia brasileira: Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Mapa 1: Mapa Amazônia Legal



Fonte: geobrainstorms.wordpress.com, publicado por Murilo Cardoso em 17 de março de 2011.

Vale ressaltar que somente entre 1966 e 1985, um planejamento efetivo para região é iniciado e desencadeia o ciclo de grandes interferências na região, com projetos de modernização acelerada, onde o processo de ocupação terá prioridade. Este processo acelerado de ocupação, incentivado pelo Estado, estava imbuído da preocupação de ocupar o território e manter a soberania das fronteiras nacionais. Becker (2009, p.25) ressalta que “A partir do segundo e terceiro quartéis do século XX, acelerou-se sobremaneira o passo do processo de ocupação da Amazônia, marcado pelo planejamento governamental (...)”.

Para Becker (2009), esses projetos tiveram efeitos profundos e perversos tanto no âmbito ecológico como social. Somente após um longo período, com a resistência social somada às pressões internacionais em relação ao meio ambiente, a região apresentou outros significados e demandou novos projetos voltados para o desenvolvimento alternativo e conservacionistas. O quadro abaixo reflete a evolução do desmatamento amazônico entre 1980 e 2007:

Tabela 1. Área desmatada na Amazônia Legal entre 1980 e 2007:

Área desmatada acumulada na Amazônia Legal entre 1980 e 2007 (mil km²)	
1980	300
1987	377
1990	430
2000	597
2007	732

Fonte: Plano Amazônia Sustentável – PAS, 2008.

O grande desafio tem sido encontrar alternativas para mitigar os altos índices de desmatamento neste contexto da globalização, onde o capitalismo é dominante e os mercados estão aquecidos, sedentos pelo capital natural que pode ser encontrado em abundância na Amazônia.

Por estes fatores, a Amazônia passa a ter outros significados por sua diversidade ecológica, dimensão de água doce, capital natural e cultural. Surge, na tentativa de reduzir os danos, o novo padrão de desenvolvimento, o sustentável, apoiado pelo governo brasileiro e por novos atores como Banco Mundial, G7 e ONGs, através de projetos como PP-G7, Brasil em Ação e Avança Brasil. E através destes processos globais, nacionais e regionais, com políticas ambientais e de desenvolvimento, o povoamento amazônico teve significativas alterações (BECKER, 2009).

Para Edna Castro (2010), os investimentos em infraestrutura formam o pilar de integração da Amazônia e que viabilizaram o avanço de grandes espaços da região. “A ação articulada entre projetos locais, estaduais e de órgãos federais para manter a estrutura de acumulação pela concentração da base de recursos naturais é notada com grande facilidade (...)”. Neste diapasão, é visível que a globalização tem propiciado um aumento de competitividade, que acarreta muitas estratégias de apropriação marginal de terras e recursos, tanto por empresas nacionais como internacionais.

Becker (1990), crítica desse processo de regionalização do desenvolvimento pelo país, afirma que tais projetos deram à Amazônia uma nova característica de desenvolvimento, fortemente influenciada pela implementação dos complexos

industriais portuários, as usinas hidrelétricas e exploração minerais. Bertha Becker censura o fato de o Governo ter excluído do processo de nacionalização e transnacionalização da Amazônia as pessoas, especificamente a população local.

Este novo modelo de desenvolvimento da região, pautado na produção tecnológica, representado, em certa medida, pela Zona Franca de Manaus, conseguiu produzir no cenário amazônico um controle técnico e político, o que Becker (1990, p. 12) chama de “malha de duplo controle”.

Como parte de uma economia globalizante, os grandes projetos implantados e com cooperação de corporações transnacionais fazem parte de uma economia planetária. Fato que selou com a multinacionalização de estatais e afirmação do Estado brasileiro, mostrando que o país, com tais políticas, impôs as condições básicas para produção de um espaço transnacional, propício às empresas do Governo para competir com o capital estrangeiro.

A implantação dos grandes projetos na região amazônica, com a finalidade de explorar os recursos naturais que a mesma detinha, e ainda detém, tornou possível a transnacionalização de empresas brasileiras e alterou profundamente a organização do espaço amazônico, assim como seus conflitos.

A década de 1980 foi marcada com a implantação de novos projetos e programas na região, tais como o Programa Grande Carajás (PGC), no Pará, responsável pela exploração mineral; o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro); implantação em Rondônia e Mato Grosso do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (Polonoroeste) e o Projeto Calha Norte (PCN).

Este último foi criado com o objetivo de militarizar a Amazônia com a instalação de bases em toda a fronteira Norte do país, isto é, com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Bizzo (1999) aduz que o objetivo dessa militarização, segundo justificativa do Governo brasileiro, era assegurar a soberania nacional por meio da fiscalização e controle dos conflitos na região entre garimpeiros, empresas e povos indígenas.

O Planafloro, segundo Bizzo (1999), foi criado pelo Governo com duas finalidades. A primeira delas, servir como modelo para o desenvolvimento do estado de Rondônia e a segunda serve de base para implementação do zoneamento sócio-econômico-ecológico, com o objetivo de fazer dele um instrumento de controle da migração na região e minimizar os conflitos sociais que o Polonoroeste acabou gerando.

E esta experiência, segundo a autora, é a primeira que o Banco Mundial financia com as características de sustentabilidade.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo fato do Brasil não se encontrar mais em condições de planejar e investir no fortalecimento econômico da região amazônica. Em razão disso, os planos, projetos e programas sofreram alterações significativas, especificamente quando, nos anos 1980, a questão ambiental passou a fazer parte das agendas de discussões dos países, considerados desenvolvidos, a respeito do desenvolvimento. Passou-se a considerar, dentro da concepção de desenvolvimento, os possíveis impactos que os mesmos poderiam causar ao meio ambiente, influenciando, por sua vez, a dinâmica sócio espacial e exploração dos recursos na Amazônia.

Na década de 1990, especificamente em 1992, aconteceu, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como “Rio-92”, fazendo referência à cidade em que aconteceu o encontro e o ano do evento. Esta Conferência, considerada a mais importante da história no que tange às discussões sobre o meio ambiente, é fruto de uma resolução aprovada em 1988 pela Organização das Nações Unidas (ONU), que determinava a realização de um encontro que pudesse tratar das questões ambientais com maior seriedade (NASCIMENTO e DRUMOND, 2003).

Um dos documentos que resultou dessa Conferência foi a publicação feita pelo Banco Mundial, o *World Development Report* considerado importante, dentre outras coisas, por apresentar pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável” elaborado ainda em 1987 pelo relatório “Brundtland⁸” da referida instituição, que serviu de base para instrumentalizar os discursos dos chamados “países ricos”, patrocinadores do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)⁹ e o Banco

⁸ O relatório Brundtland é o resultado do trabalho de uma comissão da ONU, os presidentes desta comissão chamavam-se Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, dando origem ao nome do relatório final (BRÜSEKE, 1996).

⁹ O BIRD, junto com a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), formam o Banco Mundial. A finalidade do Bird é fazer empréstimos para países que estão em fase de desenvolvimento, etapa em que se enquadra o Brasil. A AID, por sua vez, realiza doações e faz empréstimos para os países considerados mais pobres do mundo. O BID é um banco com atuação específica, isto é, financiar o desenvolvimento dos países que fazem parte da América Latina e Caribe. E para que tal financiamento seja viável, busca, no cenário internacional de mercado, capital com juros baixos, repassando aos seus financiados.

Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a fomentação de investimento na região, resguardando a preservação do solo por meio do combate ao desmatamento (NASCIMENTO e DRUMOND, 2003).

Em razão desta guinada para financiamento, feito pelo BIRD e o BID, de projetos focados no desenvolvimento, surge, então, a utilização do termo “crescimento econômico” no lugar de “desenvolvimento”, o que deu margem para que a ideia de desenvolvimento se atrelasse a da economia internacional, isto é, toda produção é feita com a finalidade de ser exportada. O quadro acima muda toda a configuração do cenário brasileiro na elaboração e implementação dos projetos de desenvolvimento para suas regiões (VAINER, 2003).

Vainer (2003) considera que a redefinição que o Estado precisa fazer de seu papel dentro da economia, assim como em suas relações com o social e urgência de se pensar novos modelos de desenvolvimento, toma rumo com sua adesão de instrumentos oriundos do capital privado, que faz dele, enquanto Estado, um ator competitivo e imerso no mercado internacional. Estes instrumentos são, de acordo com Vainer (2003, p. 36), o “(...) management (gestão) territorial e/ou ambiental, o planejamento estratégico (competitivo), o marketing de lugares”.

Segundo o autor, este novo investimento do Estado em administrar o seu território, transformando-o em mercadoria, tornando, assim, suas regiões em espaços competitivos, são as bases que se utiliza para retomar o controle de seu planejamento governamental. Esta ação foi responsável por fazer com que, a partir da década de 1990, o país desenvolvesse novas ferramentas de planejamento, criando, então, os Planos Plurianuais e os Eixos de Integração e Desenvolvimento sob a guarda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ocorrem também, na Amazônia, a integração regional¹⁰, através de alianças ou tratados, a exemplo temos a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que “foi um dos primeiros esforços no que diz respeito à cooperação em favor ao desenvolvimento regional e conservação da natureza” (LYRA JUNIOR e BELLINTANI, 2013, p. 271).

¹⁰ Segundo Bela Balassa (1973) integração econômica significa extinguir qualquer discriminação entre unidades econômicas de estados diferentes, e ausência de várias formas de distinção entre economias nacionais.

Edna Castro (2010) classifica como parte de estratégias de integração impulsionadas pela globalização, além de planos que orientam a política brasileira a adotar como mecanismo de mercado a integração do Brasil aos demais países, além de aumentar a vinculação da Amazônia aos mercados em proveito da iniciativa privada.

Becker e Egler (1994, p. 149-150), explanam sobre os planos voltados para a região no âmbito geopolítico “(...) promover o ‘equilíbrio geopolítico’ interno e externo, oferecendo uma solução completa para os problemas de tensão social na periferia e para o crescimento no centro, como também servindo para incrementar a predominância do Brasil na América do Sul”. A ideia principal era a integração nacional, porém, permeava o pensamento voltado para a segurança nacional, tendo em vista que a Amazônia era fonte da cobiça pelas potências europeias.

Como visto, a Amazônia corresponde a mais da metade do território nacional, a ocupação desta região se deu em surtos e em pontos específicos, formando concentrações demográficas e desenvolvimento desordenado. Fatores que exigiram reflexões sobre as concepções de desenvolvimento que causam impactos ao meio ambiente. Portanto em meados de 1980, as questões ambientais passaram a fazer parte das discussões dos países a respeito do desenvolvimento, a exploração dos recursos na Amazônia, e a sua sustentabilidade entram em pauta.

1.3 Desenvolvimento regional e Sustentabilidade Amazônica

O desenvolvimento é objetivo de todas as nações e, notadamente está atrelado ao sistema produtivo destas sociedades, claramente, o foco das atenções permanece ainda ligada à questão econômica onde a industrialização e a política de desenvolvimento visam predominantemente o acúmulo de riquezas.

Borges (2005) afirma que para uma mensuração equânime do desenvolvimento de uma Nação, é necessário avaliar outros fatores que vão além do PIB ou das riquezas materiais. Para o autor, avaliar a qualidade de vida, taxa de analfabetismo e desemprego são de grande importância. O grande problema do mundo globalizado é que há riquezas suficientes no planeta para satisfazer as necessidades básicas do ser humano, mas a ganância pelo acúmulo de riquezas aumentam a discrepância social e a exploração do capital natural.

Para Fernandes (2006), o modelo de desenvolvimento sustentável foi considerado como uma resposta à crise ambiental que envolveu o planeta. Segundo o autor, o fato ocorreu a partir de um consenso internacional, permitindo a expansão das políticas ambientais dos países desenvolvidos, mobilizando os governos e ONGs ambientalistas, que passam a pensar políticas ambientais por meio do conceito de desenvolvimento.

A exploração excessiva dos recursos naturais e falta de distribuição de renda, são barreiras para o desenvolvimento equânime. Além destes fatores, Nojima (2008) elenca a qualidade das instituições, direitos de propriedade, correção de falhas de mercado e plenitude democrática como elementos fortalecedores de desenvolvimento e mitigadores de conflitos sociais.

Para Nojima (2008, p. 134), “o crescimento tem sido marcadamente divergente ao invés de convergente conforme propugnado pelo modelo neoclássico tradicional e mesmo pelas suas vertentes modernas”. O que reforça a pertinência das teorias clássicas de desenvolvimento, ou seja, são pertinentes para a compreensão de desníveis entre nações, refletindo a perpetuação de economias desenvolvidas ao longo do tempo.

As primeiras teorias sobre desenvolvimento surgiram entre 1940 e 1950. E, segundo Manuel Viscaíno Jr (2008), a ONU, através da Resolução 1.710 (XVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, anunciou que a década de 1960 seria a “Década do Desenvolvimento” (idem, p. 32). Com este propósito, as Teorias do Desenvolvimento foram impulsionadas sobre os problemas posteriores à 2ª Guerra Mundial, nos países subdesenvolvidos.

Estas teorias, consideram o Estado como principal agente do desenvolvimento, no sentido estratégico, tanto em sociedades capitalistas como socialistas. Nesta perspectiva, o Estado seria responsável por gerar expansão da infraestrutura, ampliando a produção e geração de empregos. Neste ínterim, o desenvolvimento sob a égide do capitalismo é resultado da sinergia entre empresas e Estado. As empresas colaboram para a acumulação e o Estado com a regulação.

Paul Singer (apud Viscaíno Jr, 2008), apresentou a ideia de modelo de desenvolvimento. Este modelo possibilitava a reprodução de experiências oriundas do

país central em termos de desenvolvimento, no caso os EUA, referência em termos de poder econômico, tecnológico, político e militar. Entretanto, para Celso Furtado (2001), seria um risco seguir o modelo econômico e social de determinada sociedade, desconsiderando peculiaridades de cada nação. Foi neste contexto, que muitos erros foram cometidos pela ideologia desenvolvimentista, quando esta tinha como principal vertente a reprodução da trajetória das economias centrais.

Com uma perspectiva mais ampla, Amartya Sen (2010), produz novo foco, onde o desenvolvimento significa eliminar as privações de liberdades substanciais. Sen aponta um novo modelo de desenvolvimento, baseado na melhoria das condições de vida das pessoas. O autor recebeu o Prêmio Nobel de Economia por revolucionar a teoria e a prática do desenvolvimento. Dando um enfoque nas liberdades humanas, que deve incluir: ter condições para evitar a fome, morbidez, morte prematura, participação política, liberdade de expressão, enfim, oportunidades sociais propícias para o desenvolvimento.

Amartya Sen, “traz a lume” uma nova preocupação sobre o desenvolvimento, qual seja,

[...] necessidade de se rever o conceito de desenvolvimento que deveria passar a ser entendido como desenvolvimento sustentável, um processo voltado para o atendimento das “necessidades e aspirações humanas no presente sem comprometer as possibilidades de atendê-las no futuro” (definição criada pela ONU em 1987), (2008, p. 38).

Tema recorrente no mundo globalizado, a sustentabilidade vem sendo objeto de diversas discussões e tem pautado vários objetivos de desenvolvimento acoplado a conservação ambiental dos países amazônicos. Mas Benerjee (2006) enfatiza que a sustentabilidade está baseada em pressupostos diferentes e muitas vezes incompatíveis ao desenvolvimento, ou seja, aquele que trata apenas de expandir a economia, intensificar a produção, aumentar o consumo. Acredita-se que isso ainda ocorra, por que há poucos anos o significado de desenvolvimento deixou de se limitar apenas às questões econômicas.

A hegemonia do desenvolvimentismo perdura até meados de 1980, com a crise do capitalismo aberta a partir de 1970 e atinge países periféricos, colocando em xeque as bases de acumulação. Esta crise da lucratividade culminou em mudanças

significativas no debate sobre desenvolvimento que, para Silva (2010, p. 165), “acalentado pela ambiência neoliberal, o discurso da sustentabilidade ambiental ganha força na agenda internacional e de diversos países, angariando simpatias de múltiplos segmentos da sociedade”.

Para a autora, o discurso do desenvolvimento sustentado passa a dar tom de amplo movimento de “contrarreformas, de ajustes econômicos e de reordenamento político” (SILVA, 2010, p.165). Para Silva, a formulação desse desenvolvimento “sustentável” veio oferecer a problemática do meio ambiente a partir da crítica às teorias desenvolvimentistas, ou seja, a tentativa de implementar articulação da expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento, redução da pobreza e respeito ao meio ambiente.

O relatório de Brundtland intitulado “Nosso Futuro Comum” e preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, introduziu um conceito novo de desenvolvimento, denominando-se sustentável,

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (Comissão Mundial..., 1991, p. 49).

O debate sobre sustentabilidade ganhou mais força a partir de 1980, sendo influenciado pela economia neoclássica. Michael R. Redclift (2006, p. 52) destaca que “tentava-se traduzir escolhas ambientais por preferências de mercado, seguindo a ortodoxia neoliberal”. Emergiram, a partir de então, buscas por práticas sustentáveis que inserissem, nas políticas e planejamentos, a preocupação ecológica.

Mas, de acordo com Boff (2012), é frequente ocorrer uma falsidade ecológica quando se usa a palavra sustentável nos produtos industrializados, geralmente para ocultar os problemas de agressão a natureza. Para o autor, a maioria daquilo que se intitula sustentável, na verdade não é, sendo que, ao menos em alguma etapa da produção ou vida de um produto haverá problemas, seja na emissão de resíduos ou no descarte.

A crítica do autor se assenta no modelo econômico-financeiro e na produção-consumo, que se tornaram o principal eixo articulador das sociedades. Atualmente, os principais poluidores do planeta (EUA e China), se recusaram a atender as determinações científicas que alerta para a urgência na redução das emissões de gases poluidores. Os 7% mais ricos do planeta são os responsáveis por 50% das emissões, enquanto os 50% mais pobres são responsáveis por apenas 7% das emissões.

Quadro 1. Tripé da (in) sustentabilidade.

Sustentabilidade econômica: A busca incondicional pelo crescimento, pela quantidade, pelo dinheiro, com o menor investimento possível, a máxima rentabilidade, concorrência mais agressiva em menor tempo. O desenvolvimento na perspectiva industrialista/capitalista/consumista é antropocêntrico, contraditório por ser de lógica diferente da sustentabilidade, pois o crescimento é linear e deve ser crescente na acumulação individual, ao contrário da sustentabilidade que é incluyente, dinâmica, cooperativa e prevê a coevolução.

Sustentabilidade social: 7% dos países mais ricos do planeta são os responsáveis por 50% das emissões de gases poluentes, enquanto os 50% mais pobres são responsáveis por apenas 7% das emissões. No Brasil apenas cinco mil famílias controlam 46% do PIB. O governo destina 150 bilhões de reais para o pagamento de juros dos empréstimos e apenas 50 bilhões para programas sociais. Apenas 1% da população detém 48% das terras do país. A falta de compaixão tem agravado a fome mundial, em 2008 cerca de 860 milhões de pessoas passavam fome, em 2012 o quantitativo chega a um bilhão de esfomeados no mundo. Estes dados demonstram a impossibilidade e falsidade do desenvolvimento socialmente justo.

Sustentabilidade ambiental: A biodiversidade global sofreu uma queda de 30% (ONU, 2010), de 1998 para cá houve elevação de 35% das emissões de gases de efeito estufa. Os bens comuns (água, solos, sementes, saúde, comunicação, educação, ar puro) estão sendo privatizados por grandes corporações nacionais e multinacionais. Exploração ilimitada e indiscriminada dos recursos naturais. A quebra das barreiras comerciais, privatizações, circulação de capitais, ensejaram na abertura da economia. Neste contexto, as questões ambientais foram incorporadas nas estratégias políticas, muitas vezes apenas como questão simbólica, sendo uma fachada para atender a demanda da mídia e sociedade. Por 200 anos os problemas ambientais só se agravaram perante os avanços tecnológicos, intensificação da industrialização e aumento da exploração dos recursos naturais.

Fonte: Leonardo Boff (2012).

Neste quadro, baseado na obra de Leonardo Boff (2012), pode-se perceber os pontos onde existem contradições no discurso do tripé da sustentabilidade. Estes fatores apontam que, a forma de produzir, distribuir e consumir que as sociedades desenvolveram nos últimos séculos, compromete a continuidade das espécies, inclusive a humana.

O relatório “Vivendo além dos nossos tempos” desenvolvido por 1.350 especialistas a pedido da ONU reflete, de acordo com Silva (2010), a incapacidade dos ecossistemas se sustentar perante o Sistema Mundial. Os resultados apontam que as funções naturais do planeta estão em rápido declínio, refletindo inclusive na economia de muitos povos¹¹. Silva (2010, p.47) aponta que, segundo este relatório os “prejuízos econômicos causados por desastres naturais no mundo cresceram dez vezes de 1950 a 2003”.

Segundo Silva (2010), os neomalthusianos ao relacionar as variáveis população, produção de alimentos e poluição, constataram que os países desenvolvidos apresentam taxas menores de natalidade, ao contrário dos países subdesenvolvidos. Esta perspectiva demonstra que quanto maior os índices de natalidade dos países com industrialização

¹¹ Um exemplo citado por Silva (2010, p. 47) é dos pescadores de Terra Nova (Canadá), “tiveram que parar de trabalhar nos anos 1990 pelo esgotamento de peixe, com prejuízo de US\$ 2 bilhões. No Reino Unido, os prejuízos causados pela agricultura à água, ao solos e à biodiversidade em 1996 foram de US\$ 2,6 bilhões”.

tardia, maior é a pressão que exercem sobre os recursos naturais. Esta análise parte do princípio que os problemas ambientais se originam por razões externas ao processo produtivo.

A justificativa seria que o aumento populacional e o mau comportamento humano seriam os agravantes dos problemas ambientais. Esta tese proveniente do Clube de Roma foi severamente criticada, tendo em vista que isentava os países industrializados da sua condição poluidora. Posteriormente, surge com a declaração de Estocolmo a afirmação de que a proteção e melhoramento do meio ambiente é uma questão fundamental, ao mesmo tempo, seria indispensável assegurar, ao homem, desenvolvimento econômico para gerar condições de trabalho, ensejando em um pensamento mais equânime.

Neste sentido, Silva (2010) caracteriza como um entrave da Declaração de Estocolmo a inexistência de qualquer premissa que mensurasse o nível de desenvolvimento de cada país, seja central ou periférico. Que propicia no acelerado ritmo de produção dos países desenvolvidos e, os subdesenvolvidos imitando-os. Logo após a Conferência de Estocolmo 1972, a Assembleia Geral da ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que deveria dar continuidade as discussões internacionais sobre os problemas ambientais.

Assim, podem-se considerar como principais atores formuladores da ideologia ou ideário do desenvolvimento sustentável, os organismos internacionais como a ONU através do PNUMA (2006), PNUD (2007), CEPAL (2006) e Banco Mundial (2003). Estes órgãos participaram da construção deste conceito, em seus debates e na disseminação do conceito em diversos segmentos de classes.

Logo, os novos discursos ambientais, relacionados à genética, propriedade intelectual, remetem nessas mudanças geradas pela globalização a importância de novas desigualdades, o que Redclift (2006, p. 53) define como “discursos da pós-sustentabilidade”, que são oriundos dos avanços tecnológicos, onde o meio ambiente é o centro da globalização, por ser fonte de interesse de todas as nações.

Realmente, no âmbito da globalização, as florestas tropicais tornam-se objeto de interesse de diversos agentes relacionados à ciência e novos entrantes no mercado,

colocando, em segundo plano, as deficiências sociais. Que impactam profundamente a biodiversidade dos países de terceiro mundo. Países que celebram acordos ambientais, envolvendo “sistemas de informação e de capital altamente desiguais, aos quais grupos de pessoas e governos, têm um acesso altamente desigual” (REDCLIFT, 2006, p. 57), sendo nestes processos que a globalização é legitimada.

Como pano de fundo dos acordos ambientais, estão as questões fundamentais da justiça e da equidade, que os regimes em si mesmos não abordam. Depois da Eco 92, novos regimes ambientais internacionais foram estabelecidos com o objetivo de implementar princípios do desenvolvimento sustentável que atualmente se multiplicaram com intuito de controlar e regular o meio ambiente, favorecendo interesses divergentes dos grupos sociais (REDCLIFT, 2006).

Em se tratando da Amazônia Continental, Argemiro Procópio (2005, p. 103) alude que “O multilateralismo amazônico mostra-se faltoso na promoção da sustentabilidade da economia apoiada no tripé município, estado e União”. Para o autor, é necessário fomentar um desenvolvimento endógeno, onde a sustentabilidade esteja desatrelada dos projetos transnacionais que anseiam apenas pelo retorno financeiro.

Para Procópio, as pesquisas sobre o conhecimento tradicional dos povos amazônicos deveriam ser ampliadas, bem como a cooperação universitária. Ao se aprofundar nessa temática, políticas públicas para o desenvolvimento, que agregam os fatores do conhecimento tradicional e biodiversidade teriam insucessos mitigados.

Por fim, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, em que a exploração dos recursos e o desenvolvimento se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro. No capítulo seguinte, o desenvolvimento sustentável, almejado pelas políticas públicas de Roraima, é objeto de reflexão.

1.4 Roraima: incertezas de um desenvolvimento sustentável

Com o fim do regime militar em meados da década de 1980, houve a denominada redemocratização e, dentre outras mudanças, a mais importante foi a nova Constituição, de 1988. Segundo Santos (2004, p. 48), “Foram criados os novos Estados de Roraima,

meio para o aproveitamento dos recursos com técnicas ecologicamente produtoras, com elevado padrão de vida. Este PDA se organiza, em torno de quatro grandes vertentes políticas: Política Ambiental, Política Espacial, Política Institucional, Política Social e Antropológica (RORAIMA, 1992).

Roraima foi um estado que, historicamente, esteve isolado das demais regiões do país. Em razão disso, segundo Diniz (2002), mesmo com o auge da extração da borracha na Amazônia e o processo de ocupação dessa região por meio dos projetos de desenvolvimento demográfico e econômico, sua ocupação foi irrisória frente aos demais estados da região Norte.

Para Santos (2004), os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND I, II e III, bem como POLAMAZONIA trouxeram mudanças estruturantes para a Amazônia, efeitos visíveis para o estado de Roraima com a abertura da BR 174, o que causou um aumento expressivo na população. Diniz (2002) também afirma que, a abertura dessas estradas se tornou um marco histórico na ocupação humana do estado, por garantir, assim, processo de locomoção ininterrupto, em qualquer período do ano, contribuindo, então, para os projetos de colonização na região e legitimação do estado.

Roraima é um dos estados que mais traduz a dependência financeira, por possuir, de acordo com o 1º PDA, uma base econômica ainda incipiente e uma estrutura produtiva de baixa produtividade. Este fato se deu por não gerar receitas tributárias capazes de financiar suas despesas públicas, através da tributação incidente na produção e comercialização de bens e serviços. O diagnóstico do 1º PDA não se tornou obsoleto, a realidade contemporânea ainda apresenta característica congênere.

Este PDA (1992/1995) destacou cinco fatores que necessitavam de dedicação das esferas federal, estadual e municipal para o desenvolvimento de Roraima. “Tais fatores são: a questão indígena, fundiária, a questão do mercado e da tecnologia e a questão do capital social básico, em especial, a questão da infraestrutura econômica” (RORAIMA, 1992, p. 146).

Para Santos (2004, p. 124), “o estado de Roraima não conseguiu resolver três de seus maiores problemas: a questão fundiária; a demarcação das terras indígenas, atendendo a mesma Constituição que o criou; e uma economia que não gera recursos para manter a máquina administrativa, dependente ainda de 80% de repasses federais para se manter”. O autor ainda destaca a persistência do garimpo ilegal no estado, bem

como a exploração de madeiras e desenvolvimento da pecuária, devido à mentalidade de que os recursos naturais são ilimitados, contribuindo para a insustentabilidade das políticas ambientais implantadas.

Santos destaca que,

A nova Constituição aumentou consideravelmente as transferências de recursos aos estados e municípios, mas é muito específica quanto aos direitos de populações tradicionais e aos limites para a exploração do meio ambiente. Esses limites são encarados como entraves insuperáveis pelas lideranças econômicas e políticas de Roraima (2004, p. 172).

Neste contexto, Roraima vive em um impasse entre o desenvolvimento da economia e da preservação do meio ambiente. O grande entrave nesta questão seria a falta de interesse em novas práticas econômicas, que não fossem as almeçadas, como extração de minérios e desmatamento. Este último representa o maior índice de exportações do estado. Segundo Santos (2004, p. 181), “o produto tem sido sempre o primeiro na agenda de exportações”.

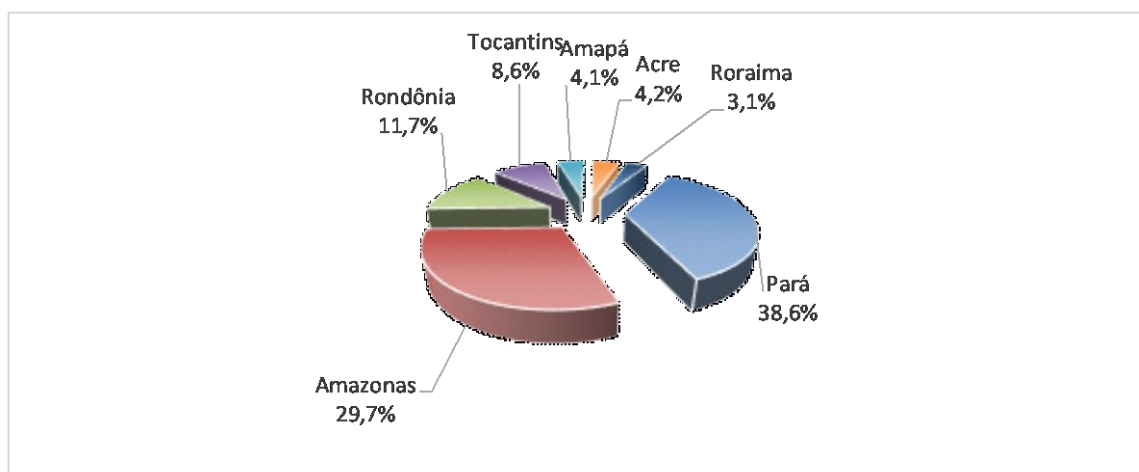
Com relação às políticas ambientais, Santos (2004) alude que a Agenda Positiva da Amazônia é a mais específica ao tratar do tema, e, de acordo com o autor, através de uma leitura mais atenta pode-se constatar sua inoperância. “Nele consta a ênfase no desenvolvimento sustentável financiado pelo Estado, além de identificar o zoneamento ecológico-econômico com a ação de programas de desenvolvimento do governo de Roraima” (SANTOS, 2004, p. 184). O autor destaca que consta no documento a premissa sobre a necessidade de negociação com outros países para gerar compensação financeira para a conservação da Amazônia.

Em Roraima, os grupos de interesse defendem uma economia baseada no “imediatismo predatório” (SANTOS, 2004, p. 239), enquanto o governo Nacional e instituições nacionais e internacionais apoiam a sustentabilidade. E lamentavelmente a sociedade, de maneira geral, tem dificuldade em identificar o que é sustentável e o que não é. Este fato deve-se a fragilidade do termo, à discrepância e uso indiscriminado nos discursos.

O estado de Roraima prevê em seu Plano Diretor, o equilíbrio entre sustentabilidade e crescimento. No caso de Roraima, por localizar-se em região periférica, a presença que o Estado exerce na promoção do desenvolvimento social e econômico é fundamental para execução de estratégias, planos e projetos, através de suporte pecuniário e técnico.

Pecuniário por que a economia do estado não é autossuficiente, baseia-se na agricultura e na extração de recursos naturais e, seu peso na economia do país é pouco expressiva, com participação de aproximadamente 0,2% do PIB nacional, e menos de 0,1% das exportações totais de todo o Brasil, sua participação no PIB da região norte é de 3,1 % em 2010, o menor da região como demonstrado pela SEPLAN.

Quadro 2: Participação dos estados no PIB da região norte – 2010



Fonte: SEPLAN (2010)

De acordo com Plano Plurianual 2008-2011, Roraima precisa gerar emprego e renda. Existe a necessidade de 8.000 novos empregos por ano para atender a demanda populacional, que acresce 11.000 novas pessoas em idade de trabalhar, somando-se os migrantes e desempregados. Neste plano, já existe o interesse em promover os arranjos produtivos locais, percebendo nestes, uma alternativa para a geração de um empresariado mais efetivo.

No Plano Plurianual 2008-2011 foi implementado o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Roraima, no intuito de resolver problemas e impulsionar o crescimento e bem-estar da população. Este plano ambiciona um desenvolvimento, que permita às pessoas desfrutarem de longevidade, saúde e criatividade. Em síntese, o plano busca o

crescimento econômico através do aumento do PIB, mas com melhoria da qualidade de vida, mediante aumento da segurança de empregos, renda, melhorias na educação e saúde.

Argemiro Procópio (2005, p. 156) questiona “Se o PIB cresce, se houver renda *per capita* alta e mal distribuída, sem revisão dos conceitos da prosperidade e da sustentabilidade, a quem beneficia o desenvolvimento?”. Esta preocupação reflete a necessidade de se pensar além do mero crescimento do PIB, que este só é benéfico se beneficiar toda a sociedade, e, como pontuado pelo autor “as instituições precisam de reformas estruturais na contemporaneidade para depender mais da sociedade e menos das burocracias” (PROCÓPIO, 2005, p. 156).

Insta salientar que o Plano de Desenvolvimento Sustentável – Plano Plurianual 2008-2011 PDS/PDA, contou com a participação da sociedade civil para legitimar a atuação e definir as prioridades relacionadas nas diretrizes, objetivos e metas para, conjuntamente com o governo, definir, as estratégias que o plano de desenvolvimento deveria conter. Isso reflete um avanço logrado pela sociedade roraimense, que possuía pouco espaço para opinar.

No plano plurianual 2012-2015, as informações apontam que o crescimento populacional do estado aumentou em 3,3%, acompanhado de elevação no PIB em 7,0% nos últimos anos que antecederam a formulação do plano. Na introdução do último plano é enfatizado: “O importante a ressaltar é que a economia roraimense manteve crescimento superior à expansão de sua base demográfica” (RORAIMA, 2011, p. 11).

O plano 2012-2015, destaca a colocação de Roraima nas diversas áreas recenseadas pelo IBGE, como, escolaridade, analfabetismo, educação superior, mortalidade infantil, água e esgoto, entre os três melhores índices da região norte. A questão que emerge é se “esse crescimento e melhoria do bem-estar social é sustentável do ponto de vista macroeconômico?” (RORAIMA, 2011, p. 12). A constatação não foi positiva, segundo o plano, as bases produtivas do estado, além dos demais fatores da dinâmica econômica, no médio e longo prazo “não são macroeconomicamente sustentáveis” (RORAIMA, 2011, p. 12).

A justificativa para a conclusão supracitada embasa-se na estrutura dependente dos gastos da Administração Pública, que representa 48% do PIB estadual. Caracterizado por sua economia exógena, devido essa dinâmica de repasses federais, além dos problemas fundiários - tanto no âmbito rural como urbano, e, infra estrutura precária, que impossibilita o desenvolvimento almejado pelos roraimenses.

Outra fonte de informações socioeconômicas é o Panorama e Vetores de Desenvolvimento do Estado de Roraima. Segundo este panorama, a população ativa, ou seja, apta para o trabalho é de 196 mil habitantes, na tabela abaixo é discriminado o Índice de Gini que mensura a distribuição da renda, onde quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda, e quanto mais próximo de 0 menor é a concentração da renda. Na tabela também aponta-se a renda *Per Capita* que representa a soma dos rendimentos dos indivíduos da população (RORAIMA, 2013).

Tabela 2. Renda *Per Capita* e índice de Gini 2010.

Renda <i>Per Capita</i> e Índice de Gini 2010		
Municípios	Valor do rendimento nominal médio <i>per capita</i> anual*	Índice de Gini
Alto Alegre	R\$ 3.148	0,74
Amajari	R\$ 2.046	0,75
Boa Vista	R\$ 11.222	0,59
Bonfim	R\$ 4.267	0,73
Cantá	R\$ 4.709	0,67
Caracaraí	R\$ 5.119	0,57
Caroebe	R\$ 4.758	0,55
Iracema	R\$ 3. 659	0,63
Mucajaí	R\$ 6. 692	0,71
Normandia	R\$ 3.609	0,71
Pacaraima	R\$ 6.134	0,74
Rorainópolis	R\$ 4. 172	0,57

São João da Baliza	R\$ 5.037	0,55
São Luiz	R\$ 4.487	0,59
Uiramutã	R\$ 1.935	0,78
Roraima	R\$ 8.904	0,64

Fonte: IBGE-Censo 2010 e Indicadores Sociais e Municipais 2010. Elaboração: SEPLAN /CGEES/DIEP.
* Dos domicílios particulares permanentes.

A tabela demonstra o desequilíbrio dos demais municípios do estado em comparação a capital. Boa Vista apresenta uma renda *per capita* muito acima dos demais municípios. Além disso, o índice de concentração de renda é maior nos outros municípios. O nível de instrução da população também apresenta um quantitativo muito baixo. Em 2010, apenas 18.980 alunos estavam matriculados no ensino superior. Fator que reflete no desenvolvimento do estado, tendo em vista que o grau de instrução eleva a capacitação e o nível técnico do sistema produtivo regional.

Os números da saúde também estão muito aquém do adequado. Em todo o estado existem 17 unidades de saúde pública com leitos, muito abaixo da necessidade. Estes dados, aos olhos de Amartya Sen (2010), caracterizam a privação de liberdades. Para Sen (2010, p. 16) “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e distribuição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância excessiva de Estados repressivos”.

1.5 Considerações finais do capítulo

Este capítulo teve a intenção de trazer a lume o contexto histórico, ao qual se insere a problemática desta pesquisa. Inicialmente, com a nova dinâmica que emergia no sistema mundial, onde regimes entraram em decadência para que outro criasse e recriasse tentáculos a fim de alcançar as mais remotas comunidades amazônicas.

Nesta perspectiva capitalista, a globalização segue alterando a simbiose das nações, que em nada conseguem intervir. Os novos temas surgem na tentativa de auxiliar as sociedades na busca da sobrevivência, um desses novos temas, é a sustentabilidade, bandeira de quase tudo que se queira agregar valor, e assim acaba

perdendo seu real sentido, qual seja, o de produzir sem agredir, sem impactar e danificar ainda mais as sociedades e o meio ambiente.

Outro tema que emergiu nesse busca por sobrevivência é o desenvolvimento, que recrimina os avanços logrados pelo crescimento indiscriminado, aquele que visa somente a elevação do PNB e PIB. Na contramão, o desenvolvimento atua em busca da qualidade, na saúde, na educação, na política, na distribuição de renda e na elevação do PIB *per capita*, etc. Poucos avanços neste sentido podem ser observados na região amazônica, que padece a mercê de políticas públicas condizentes com suas necessidades.

2. NA ESTEIRA DA GLOBALIZAÇÃO: Arranjos Produtivos Locais, governança e Amazônia.

Iniciamos este capítulo, com uma discussão acerca do conceito e histórico da governança global. No primeiro momento, a governança é discutida de maneira ampla, com participação de atores intergovernamentais e não-governamentais. Em seguida, a concepção de governança é tratada em escala empresarial, na perspectiva dos arranjos produtivos.

Os Arranjos Produtivos Locais ganham destaque através do diálogo entre as visões divergentes e convergentes das categorias APL e *Cluster*. Mas, independente da nomenclatura, trata-se de um fenômeno identificado com um sistema social de produção, com menor ou maior complexidade, que se reproduz sobre certo território.

Fenômeno que tem se destacado recentemente nas políticas públicas da região amazônica por meio dos Planos Plurianuais (PPAs), que passaram a incorporar o termo a partir de 2004. Tornando-se uma importante estratégia para promover e orientar o desenvolvimento local/regional por meio da valorização do tecido sócio produtivo existente.

2.1 Governança: conceitos, história e perspectivas

A história da governança global teve seus “altos e baixos”, mas, depois de 1854, um conjunto de ações fomentaram a criação de normas e convenções, consideradas então, como ações de governança. Holsti (2000) aponta que a instituição que mais desenvolvia ações de governança, no século XIX, era o Concerto Europeu, mesmo com a direção que a coordenava perdendo suas forças¹².

Buscava-se desenvolver atos de governança e geração de resultados com a criação dos mecanismos de governança, mas era preciso ir além das normas, regras, procedimentos e instituições. Como resultado dessas ações, Holsti (2000) elenca a prevenção de ações unilaterais, criação de novas situações e posições, criação de

¹² O concerto Europeu, formado pelas potências: Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria (em 1818 a França foi admitida), nasceu como mecanismo para reconstruir a velha ordem europeia desestruturada pelo império napoleônico. Entrou em decadência ao deixar claro seus verdadeiros objetivos de intervenção nos negócios dos países estrangeiros e crimes contra nacionalidade.

regimes internacionais, introdução de instituições e mecanismos para a solução de conflitos.

As cinco maiores potências, desenvolveram esta ordem internacional, onde o objetivo maior era impedir o surgimento de uma hegemonia, uma potência dominante que “ditasse as regras”¹³. De acordo com Holsti (2000, p. 81), “o sistema de governança na Europa do século XIX era uma poliarquia, não uma hegemonia”.

Suas “decisões e ações eram por vezes ignoradas, resistidas ou desafiadas” (HOLSTI, 2000, p. 71) pelos novos Estados, que conquistavam sua independência através de revoluções e minavam a ordem pós-napoleônica estabelecida. Entretanto, a diplomacia do Concerto evitou a “incidência de hostilidades durante o século XIX, especialmente a guerra entre grandes potências” (HOLSTI, 2000, p. 73). O autor esboça em uma tabela a periodização do Concerto Europeu:

Tabela 3: Periodização do Concerto Europeu

	1815-1822	1823-1856	1857-1875	1876-1914
Uso institucional	Alto	Alto	Baixo	Médio
Consenso ideacional	Alto	Médio	Baixo	Baixo
Autoridade dos resultados	Alto	Alto	Baixo	Médio

Fonte: Holsti (2000, p. 74).

Mas, como o objetivo real desse sistema era de proteger e manter o poder histórico dos seus membros, o sistema de governança do Concerto Europeu “era fundamentalmente inconsistente” (HOLSTI, 2000, p. 76). Por fim, entrou em decadência com a transformação da organização política, que ocorria com o surgimento e expansão de novos Estados.

Como bem determina o Sistema de Vestefália, os Estados possuíam a garantia de sua soberania, ou seja, os Estados tinham elevado grau de autonomia. Por este motivo, aceitavam poucas obrigações e pouco se submetiam as leis convencionais. Ainda hoje, muitos Estados atuam de maneira autônoma, com resistência em cumprir obrigações internacionais.

¹³ Grifo da autora.

Manuel Castells (2005) destaca três problemas originários dos desacordos no Sistema Mundial. O problema ideológico: “uma política comum implica uma linguagem comum e um conjunto de valores compartilhados, por exemplo, o fundamentalismo de mercado na regulamentação dos mercados”, ou ainda, “a prioridade dos direitos humanos acima da *raison d'état* na política de segurança” (CASTELLS, 2005, p. 1008).

Outro problema seria de cunho geopolítico, por que os Estados “ainda veem as redes de governança como mesa de negociação em torno da qual podem impor seus interesses” (CASTELLS, 2005, p. 108). O terceiro entrave apontado por Castells é um problema de coordenação que perpassa pela questão organizacional, onde as agências permanecem resistentes em estabelecer uma sinergia com outras agências. Problema técnico, com gargalos na comunicação entre agências e não menos grave, o problema político, que mantém uma coordenação vertical na tomada de decisão.

Apesar desses entraves, a governança tem se tornado um conceito cada vez mais utilizado para descrever a estrutura mundial, porque representa uma política de desenvolvimento no atual contexto global, sujeitos ao esgotamento do modelo/ideologia desenvolvimentista de outrora, como destacado no capítulo anterior. Convergindo na tendência que Sonia de Camargo caracteriza de “desnacionalização e internacionalização” (1999, p. 10).

Segundo James Rosenau (2000), é a partir das mudanças ocorridas na política mundial que a governança torna-se um tema eminente. Estas mudanças vão desde o declínio das hegemonias e fronteiras que afastavam os povos, até a maior participação civil nos Estados. É nesta nova ordem que a governança passa a ser primordial, ao oportunizar condições para a resolução de problemas transnacionais como tráfico de drogas, terrorismo, poluição ambiental.

Esses temas ultrapassam as fronteiras nacionais, e a busca pelo consenso necessita também transpor os tratados bilaterais, predominantes no século XX. Muitos problemas são transferidos para “coletividades subnacionais” (ROSENAU, 2000, p. 14). Por isso, o autor afirma que a governança “refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns” e a eficácia desta atuação só funciona “se for aceita pela maioria” (ROSENAU, 2000, p. 15).

Ao conceituar governança, Rosenau (2000, p. 15) destaca a crescente presença das organizações não-governamentais,

Um fenômeno mais amplo do que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas.

À vista disso, a governança é um sistema de ordenação que só funciona com a aceitação da maioria. Outro ponto importante é o da positividade da governança, ela não existe se for ineficaz. Fator que difere a governança de governo, pois, no caso do governo, ele pode atuar mesmo com ampla oposição política e ser ineficaz, sem deixar de ser governo.

Este último funciona através de uma autoridade formal, valendo-se da coerção, do poder de polícia para garantir a implementação das políticas instituídas. A governança, por sua vez, apoia-se em objetivos comuns que “podem ou não derivar de responsabilidade legais e formalmente prescritas” (ROSENAU, 2000, p. 18), fazendo com que não dependam do poder de polícia para que vençam resistências.

Neste entendimento, a governança está relacionada às intenções de regulamentar entendimentos comuns aos países, para que estes se fixem como normas. Surgiu com a intenção de solucionar problemas, mas tornou-se um fenômeno necessário para a evolução e resolução de conflitos emergentes. Problemas que requerem decisões em escala global e não mais bi ou multilaterais.

E como a governança não é constituída por uma autoridade central, é essencial que a governança esteja alinhada a uma ordem, a qual Rosenau (2000, p. 20) caracteriza como fenômenos interativos ao afirmar que,

(...) como atividades institucionais planejadas para regularizar os entendimentos que sustentam os assuntos mundiais, a governança obviamente modela a natureza da ordem mundial prevalecente, o que não poderia fazer se a estrutura que constitui essa ordem não o facilitasse.

O autor traz essa argumentação, em contraponto aos autores que consideram a ausência de uma autoridade central na política mundial, como espaço anárquico, e este entendimento de anarquia, pela ausência de governo poderia significar que os Estados sigam em caminhos opostos, sem levar em conta as normas, princípios e procedimentos comuns que são elementos fundamentais na governança.

Mas na obra “Governança sem governo”, Rosenau assegura “Não pode haver governança sem ordem, e não pode haver ordem sem governança” (2000, p. 23). Visto isso, a governança e a ordem são condições *sine qua non* para ambas. O que pode acontecer, segundo o autor, é que “os períodos de desordem sejam considerados uma modalidade de ordem” (ROSENAU, 2000, p.23).

Esta nova articulação, na economia mundial, transformação dos modos de produção e avanços na área de tecnologias e comunicações, necessitavam de governança para ajustar-se estruturalmente. Foi nesse contexto que o conceito de governança ganhou espaços possíveis de se identificar em documentos oficiais do Banco Mundial, no início da década de 1990.

No documento *Governance and Development*, de 1992, o Banco Mundial define governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo. (...) é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”. Foi nesta perspectiva que o termo foi conduzido inicialmente nas reflexões do Banco Mundial.

No plano global, “diplomacia, negociação, construção de mecanismos de confiança mútua, resolução pacífica de conflitos e solução de controvérsias são os meios disponíveis para chegarmos à casa comum da Governança Global” (Brigagão e Rodrigues, 1998, p. 116). Nesta consideração, os autores remetem e caracterizam a governança como um meio plausível de gerar resultados eficazes.

Entretanto, Tullo Vigevani (1999, p. 31) alerta para a necessidade de se melhorar a definição do termo governança. Para o autor, “um problema clássico, mas que ganha conotações novas, é o de como cada Estado e sua população elaboram a possibilidade de superposição desses valores de interesse universal com seus propósitos”, a questão é de fato suscetível, principalmente em países altamente industrializados, onde

desacelerar em nome de propósitos universais; seria a custos de diminuir o ritmo do crescimento.

Neste caso, a construção de valores comuns, com respeito à soberania nacional¹⁴ com a não-intervenção para que a construção de uma sociedade global¹⁵ seja definitivamente consolidada parece o caminho mais plausível. A questão é se está efetivamente longe de comungar dos mesmos interesses, como no caso das determinações científicas para redução das emissões de gases efeito estufa, na qual os Estados Unidos e China apresentaram resistência em cumprir, demonstrando a dificuldade em desacelerar por um propósito comum.

Por isso Lohbauer (1999, p. 43), enfatiza que “a manutenção da paz e da ordem, a expansão da atividade econômica, o combate à poluição e ao efeito estufa, combate à doenças contagiosas, o combate ao comércio de armamentos (...)” implicam em organizar as diversidades de valores onde a ordem internacional é construída sob o alicerce dos valores comuns. Estes valores devem estar acima das preferências particulares de cada nação, privilegiando os interesses comuns da humanidade.

No início do século XX, entretanto, surge a necessidade de se pensar uma nova ordem, que representasse o consenso entre as nações sobre temas comuns. Com a crescente pressão dos movimentos sociais, surge a noção de desenvolvimento sustentável, e o Banco Mundial, no relatório de 1989 sobre a África subsaariana (World Bank, 1989), lança um conjunto de ações norteadoras sobre “boa governança” (FREY, 2008, p. 40) que preconiza a gestão saudável do desenvolvimento e que, além de garantir o pleno e eficaz funcionamento do mercado, promoveria ações corretivas e de prevenção em momentos de crise.

A boa governança, de acordo com o Banco Mundial (1992), deve ser composta por quatro áreas básicas de atuação: gestão do setor público eficiente, a prestação de contas do Estado e da ação administrativa, a transparência e a prestação de informação ativa e, pelo menos, um quadro legal confiável. Esta boa governança, promovida pelo

¹⁴ A soberania no âmbito externo, se encontra intimamente ligada à ideia de independência, pois parte do princípio que o Estado soberano admite a existência dos demais Estados soberanos como ele, porém jamais superiores (Ferrajoli, 2002. p.1).

¹⁵ Incorpora todas as sociedades civis.

Banco Mundial, é disseminada como um instrumento para promover o desenvolvimento econômico e erradicar a pobreza.

Isto significa, por um lado, que a boa governação tornou-se um critério adicional que auxilia o desenvolvimento. Entretanto, é necessário levar em conta as condições políticas e culturais específicas de cada país e suas implicações para o processo político, que podem gerar resistência e dificultar a implementação, bem sucedida, das reformas de boa governação.

Mas Frey (2008), em contraponto a essa concepção de boa governança adotada pelo Banco Mundial, assevera que esta surgiu apenas como articulação compensatória para continuar com o fluxo do neoliberalismo e beneficiar, na verdade, as forças dominantes e de “pró-crescimento” (FREY, 2008, p. 45). Já o documento *UM-ESCAP-United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*, de 1996, destaca oito características do que seria a boa governança: “Participação, estado de direito, transparência, capacidade de resposta, orientação ao consenso, equidade e inclusão, efetividade e eficiência e accountability” (GONÇALVES, 2011, p. 31).

2.1.1 Governança e a participação dos múltiplos atores

O relatório “Governança para o Desenvolvimento Humano e Sustentável”, do PNUD, de 1997, aponta os oito elementos supracitados, e acrescenta um nono item: “visão estratégica” (GONÇALVES, 2011, p. 31). Em 2002, o PNUD desenvolveu o conceito de governança democrática, a qual defende as liberdades civis, políticas e de participação para promover o desenvolvimento.

De acordo com Gonçalves (2011, p. 31), a origem e evolução da governança denotam sua função “como meio ou processo capaz de produzir resultados eficazes”. E, atualmente, envolve diversos atores e agentes não estatais, tentando atingir metas de promoção dos direitos humanos, defesa do meio ambiente e valorização da democracia. E, assim, cada Estado ao promover os mecanismos de governança promove a mitigação de problemas sociais e/ou econômicos.

Gonçalves ressalta que “A globalização contribuiu para a formação de redes entre governos, organizações internacionais e organizações não governamentais, todos

convergindo para o estabelecimento da chamada governança global” (GONÇALVES, 2011, p. 37). Este fenômeno da globalização representa a expansão dos contatos transnacionais com a interdependência nas áreas de tecnologia, finanças, comércio, segurança e forma uma sinergia positiva entre as partes envolvidas.

E, por ser uma atividade, a governança deve ser desempenhada por instituições que a exercem de fato. Estas, segundo Gonçalves (2011, p. 38-39), podem ser “agências ou organizações de governança, ou um ator da governança”. Estas organizações agem sem um governo soberano sobre questões que ultrapassam os limites nacionais e, através dos regimes internacionais¹⁶, atuam em problemas específicos como os mencionados no parágrafo anterior.

Gonçalves destaca ainda que,

A literatura sobre governança nas relações internacionais trabalha principalmente com a ideia de interdependência como uma característica com importância crescente na nova ordem mundial. Isso leva ao estabelecimento de normas, regras e padrões de comportamento pactuados e aceitos para que se atinja a cooperação internacional (2011, p. 48).

Neste trecho, o autor alude que a governança promove o envolvimento dos atores na arena internacional, com a finalidade de resolver conflitos globais. Gonçalves ainda relaciona três teorias que tem a ver com a questão da governança global: realista, baseada nas relações de poder, com regras e normas; neoliberal com cooperações e baseada nos interesses e cognitivista enfatizando o conhecimento, identidades e comunicação.

Assim, a governança global caracteriza-se como um novo paradigma da sociedade global, que abarca os níveis nacionais, internacionais, transnacionais e supranacionais. Executada como meio e processo de ONGs, movimentos civis, multinacionais e mercados de capitais globais. E neste contexto, os problemas

¹⁶ Krasner (1983, p. 2) define regimes internacionais como “conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios, explícitos ou implícitos, em torno dos quais convergem as expectativas dos atores numa dada área das relações internacionais”.

relacionados ao meio ambiente são muito significativos no que diz respeito à governança global.

Isto se dá pela necessidade de ações globais para além dos territórios¹⁷ nacionais, e passa pela ação e articulação de múltiplos atores. Os momentos indicados por Gonçalves como fundamentais para impulsionar a governança ambiental global são Conferência de Estocolmo (1972), a Rio 92 (conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992) e em 2002 na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo.

Vale salientar que,

Além do sistema ONU, há outras organizações internacionais que influenciam a Governança Ambiental Global. É o caso do Banco Mundial e dos bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou o Banco Asiático de Desenvolvimento, com financiamentos em programas na área (GONÇALVES, 2011, p. 94).

Outras agências internacionais que merecem destaque são: *United Nations Development Program* (UNDP); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Comissão para o Desenvolvimento Sustentável; e Conferências das Partes de Convenções (COPs) (GONÇALVES, 2011). Além destas organizações de grande porte, existem outras que apesar de pequenas, impactam nos países em desenvolvimento, como a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e, Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento (OECD).

Vale ressaltar que a comunidade epistêmica¹⁸ possui papel essencial no processo de governança ambiental. As universidades e centros de pesquisa constituem um grupo científico de excelência ao promover o debate e pressão ao governo e instituições

¹⁷ Pode-se compreender como território “à parcela geográfica apropriada por um grupo humano ou animal, ou por um indivíduo, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais. Há vários sentidos figurados da palavra território; todos conservam a ideia de domínio pessoal ou coletivo, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta” (LASTRES E CASSIOLATO, 2003, p. 24).

¹⁸ Maffra (2013) conceitua comunidade epistêmica como “um conjunto de especialistas que demonstram discurso comum, conhecimento compartilhado e diagnóstico comum em determinada área-problema por meio de artigos publicados, conferências e outros tipos de comunicações” (p. 84).

privadas. E no caso destas últimas, o sucesso empresarial depende muito da responsabilidade social e ambiental.

2.2 Arranjos Produtivos Locais e Governança

O apoio a arranjos produtivos ganhou espaço na agenda de desenvolvimento no Brasil a partir da década de 1990. O termo arranjos produtivos locais passou a constar nas agendas de políticas, com ampla aceitação e difusão pelo país. Como destacam Lemos, Albagli e Szapiro (2006, p. 254-255) “a perspectiva territorial foi valorizada como forma de conferir maior efetividade às políticas (...) por situá-las em um locus real de implementação, propiciando maior possibilidade de geração de sinergias e complementaridades”. Neste momento, o desenvolvimento local ganha importância estratégica.

Esta ampliação do enfoque aos APLs ultrapassa questões relacionadas à competitividade, sustentabilidade e inovação destes aglomerados e permitiu, de acordo com Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 30) “inclusão social; geração de emprego e renda; diminuição de desigualdades e respeito a diferenças regionais; distribuição da terra; desenvolvimento local; integração nacional e ocupação de fronteiras”.

Nesta enseada, buscaram-se pontuar reflexões sobre estas novas conformações organizacionais caracterizadas como aglomerações produtivas, apontadas, no parágrafo acima, como promotoras de contribuição consideráveis aos Estados. Neste sentido, Vale e Castro (2010) caracterizam três grandes blocos integrados de reflexão tipológicas que ensejaram concepções contemporâneas.

Quadro 3. Tipologias de análise de aglomerações produtivas.

Tipologia de análises regionais de inspiração neoclássica.	Tipologia de análises regionais sobre organização industrial.	Tipologia de análises regionais de inspiração institucional.
Incorpora a concepção de economia neoclássica, de racionalidade estrita. Baseada na concepção de economia regional e geografia econômica. Gerando um grande acervo de reflexões e concepções fundamentais, que evoluíram e atingiram seu pico na década de 1970.	Possui vertente marshaliana com as concepções de distrito industrial e cluster, propiciando estudo das redes empresariais, da especialização produtiva e da produção flexível.	Incluem as concepções, os sistemas produtivos e inovativos locais, ênfase no papel das instituições, na natureza da governança e na importância da interação empresarial e da inovação como sustentáculos do desempenho e da competitividade empresarial e do desenvolvimento local.

FONTE: Baseado em Vale e Castro (2010).

Para os autores, essas três temáticas possuem relevância no mundo atual, onde o coletivo “sobrepõe-se ao individual e o local projeta-se na lógica da competição global”. E é nesse contexto que “um território competitivo é vislumbrado e tratado como um grande complexo produtivo, onde as empresas convivem, interagem, cooperam e competem” (VALE e CASTRO, 2010, p. 95). Estas concepções teórico-conceituais apresentadas estão baseadas nas contribuições de Krugman, Marshall, Whilliamson e Shumpeter.

As contribuições destes últimos compõem a base para as abordagens e enfoques de distritos industriais, estruturas da governança ou sistemas produtivos e inovativos locais. Atualmente as principais contribuições são apresentadas por Piore e Sabel, Porter, Cassiolato, Lastres e Arroio através da escola RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais) sediada na UFRJ. Os estudos promovidos por esta escola encontram-se em plena evolução, contribuindo com um diversificado conjunto de referências sobre o tema.

A abordagem analítica desenvolvida pela Redesist reflete também a contribuição sobre o desenvolvimento da CEPAL – Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina, cujas teorias nortearam o pensamento latino americano de desenvolvimento desde a década de 1950. As teorias cepalinas estiveram voltadas para um modelo de desenvolvimento que atendessem às exigências de países subdesenvolvidos e/ou em fase de desenvolvimento, e deram ênfase ao desenvolvimento endógeno.

A visão cepalina perdeu espaço quando o processo de globalização da economia contou com a literatura da corrente neoliberal. No final do século XX, as teorias cepalinas retomaram as análises sobre novas formas de desenvolvimento, as quais, deveriam atender as necessidades locais sem copiar modelos de países desenvolvidos.

Enfim, desde a década de 1980, as observações sobre a relação entre proximidade geográfica, dinâmica inovativa e vantagens competitivas tem sido objeto de diversos estudos que focalizaram experiências em aglomerados em várias regiões e países. Ensejando em esforços interdisciplinares, mas principalmente em geografia, economia e sociologia para análise do desenvolvimento regional.

Marshall, em *Princípios de economia* (1988), descreve como as empresas tendem a formar distritos industriais em diversas áreas geográficas especializadas na produção de algum bem ou serviço, intimamente relacionadas, que compartilham valores, conhecimentos e conformam um ambiente cultural próprio. Schmitz (1989, p. 176) reforça que “[...] as pequenas indústrias não podem atingir individualmente a especialização flexível. É a aglomeração setorial que lhes dá relativa força”.

Através desta concepção, Schmitz elaborou o conceito de “eficiência coletiva” (SCHMITZ, 1995, p. 534), onde reforça que a capacidade de melhorar o desempenho e se adaptar às mudanças são promovidas pelo coletivo. Esta eficiência coletiva não exclui o conflito ou a competição entre as empresas da aglomeração, ao contrário, induz à transparência nas ações e favorece as ações conjuntas para resolução de problemas.

Os aglomerados¹⁹ que constituem os APLs surgiram como um novo modelo, após a saturação do desempenho econômico nos países desenvolvidos, é neste contexto, a partir de 1890, que os distritos industriais são conceituados por Alfred Marshall²⁰. Piore e Sabel (1984 e 1989) sugerem o nascimento de um novo modelo de organização industrial, o qual é denominado por eles como especialização flexível.

E, para enfrentar o ambiente globalizado do século XX e XXI, as pequenas e médias empresas (PMEs) tiveram que se adaptar crescentemente aos padrões internacionais de qualidade, velocidade de resposta e flexibilização. Atualmente, ao se

¹⁹ “A aglomeração produtiva competitiva é visualizada como um espaço territorial onde atores produtivos distintos buscam a interação e a cooperação, visando reduzir seus respectivos custos de transação, no presente e no futuro, e gerando, a partir daí, uma dinâmica territorial própria” (VALE e CASTRO, 2010, p. 88).

²⁰ Os primeiros estudos sobre as novas formas de organização industrial foram realizados pelo economista inglês Alfred Marshall no final do século XIX, onde se observou que, grupos de pequenas empresas instaladas na Inglaterra detinham vantagens em relação a outras empresas que atuavam isoladamente.

organizarem em *clusters*, estas empresas contam com o apoio não só da comunidade acadêmica, mas também de muitos governos e organismos internacionais (Banco Mundial, BID, OIT, OCDE, Unctad, etc).

Esta crescente aceitação das políticas para *cluster*, deixou de ser apenas uma ação em países desenvolvidos. Como forma de adequação e acompanhamento das novas exigências dos mercados globalizados, os países em vias de desenvolvimento estão gradativamente adotando esta visão de trabalho cooperativo. No Brasil, a difusão deste conceito tem sido realizada pela comunidade acadêmica, federações das indústrias, SEBRAE, e, na região amazônica também pela Adene (antiga Sudene).

Na perspectiva adotada por Oliveira (2009, p.10), não existe, em essência, diferença entre *clusters*, distritos industriais e arranjos produtivos locais (APLs), “sendo todos aglomerações de agentes produtivos em setores similares e na mesma região, com interação ou com potencial para interação entre eles”. Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 32) pontuam que “o conceito original de APLs pode abranger qualquer sistema produtivo independentemente de seu nível de especialização, número de atores aglomerados, grau de articulação e desenvolvimento”.

Em sua pesquisa, Marcos Santos (2011, p. 54) pontua,

Denominado como arranjo produtivo local, sistema produtivo local ou mesmo *cluster*, na literatura nacional e internacional corrente, o fenômeno da aglomeração espacial de um mesmo segmento produtivo, ajustada sobre um território ou região, apresenta denominações e ênfases variadas, mas que, em escala espacial de produção que determina identidade territorial a um dado segmento produtivo.

Mas a difusão das diferenças entre estas categorias podem ser localizadas na ampla bibliografia sobre os termos. Como as implicações destas qualificações são significativas para esta pesquisa, far-se-á, para melhor compreensão conceitual, explanação das diferenças apontadas sobre estas categorias, a fim de evitar modismos ou concepções errôneas.

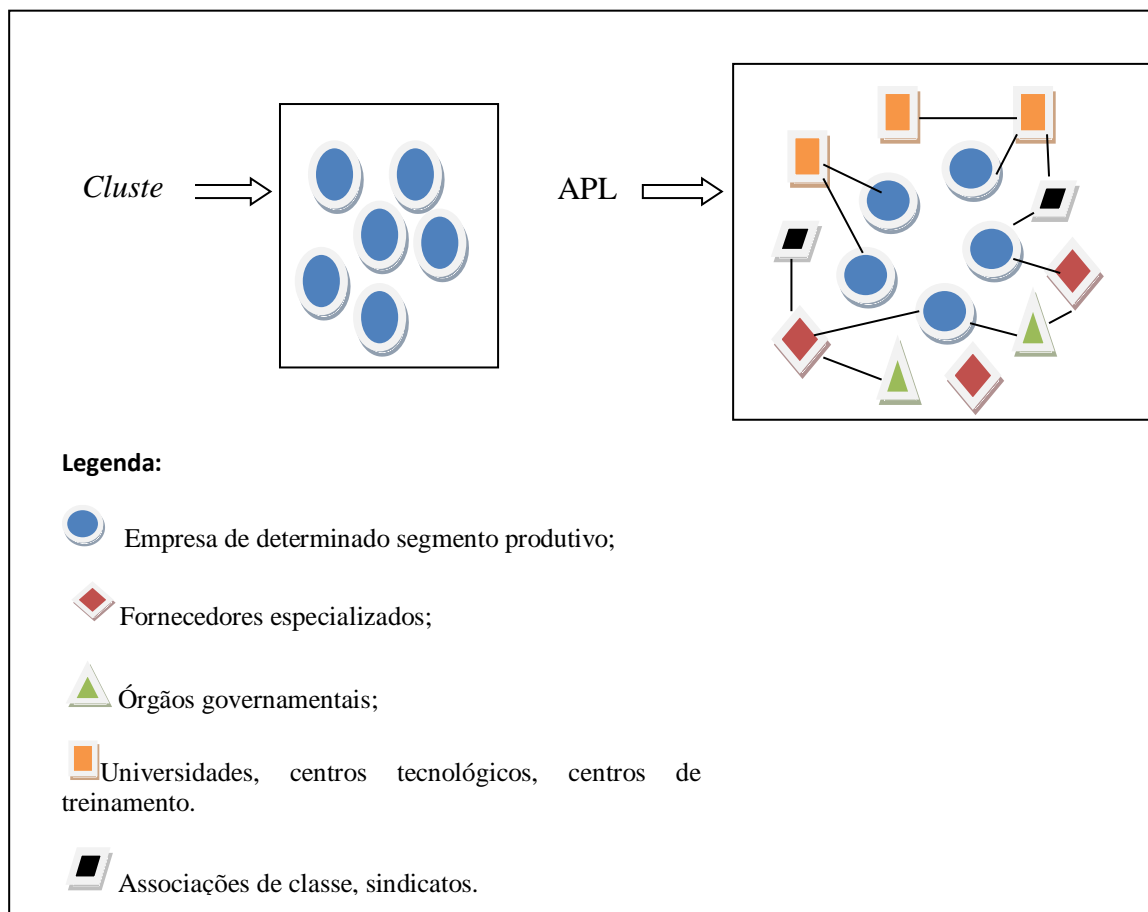
Quadro 4. Diferença entre *Cluster* e APL.

<i>Cluster</i>	APL
O <i>cluster</i> pode ser entendido como uma concentração setorial e geográfica de firmas ou <i>networking</i> de pequenas e médias empresas que não se encontram necessariamente no mesmo setor ou localidade.	Maior nível de interação, cooperação e articulação entre os agentes envolvidos. Um APL inclui a participação de universidades, instituições públicas e privadas, organizações que dão apoio para realização de capacitação em recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento, assim como formação de mão de obra especializada.

Fonte: López e Lugones (1999, p. 85).

Percebe-se que, na concepção desses autores, o que diferencia um APL de um *cluster* é a existência de maior concentração de atividades nos *clusters*, onde não há inter-relações com os atores envolvidos. Já no APL, existe um maior nível de interação, cooperação e articulação entre os atores/agentes envolvidos. Portanto, para López e Lugones, as diferenças ocorrem na evolução de cada uma dessas concentrações empresariais, cada um atingindo níveis de desenvolvimento de acordo com sua capacidade inovativa.

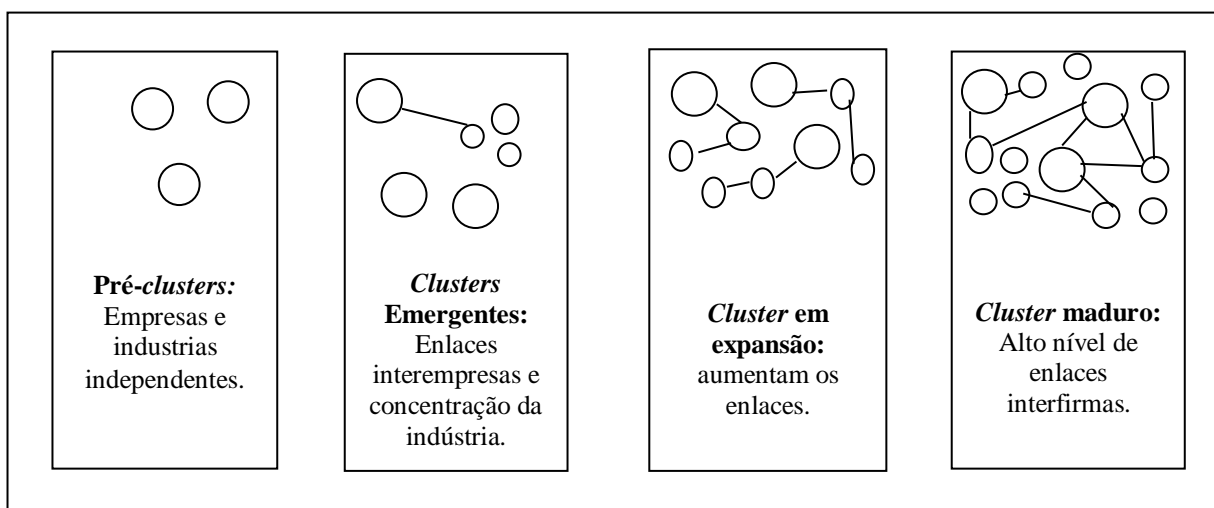
Quadro 5. Diferenças entre *Clusters* e Arranjos Produtivos Locais.



Fonte: Adaptado de Schimitt; Wagner; Lopes; Wittmann.

Novamente, como percebido no quadro acima, o APL promove maior articulação com demais atores da sociedade. Mas, segundo Amorim (1998), *clusters* possuem uma dinâmica de desenvolvimento semelhante ao do APL apresentado no esquema acima, o que denota uma variação apenas na interpretação dos autores.

Quadro 6. Etapas da formação de um *cluster*.



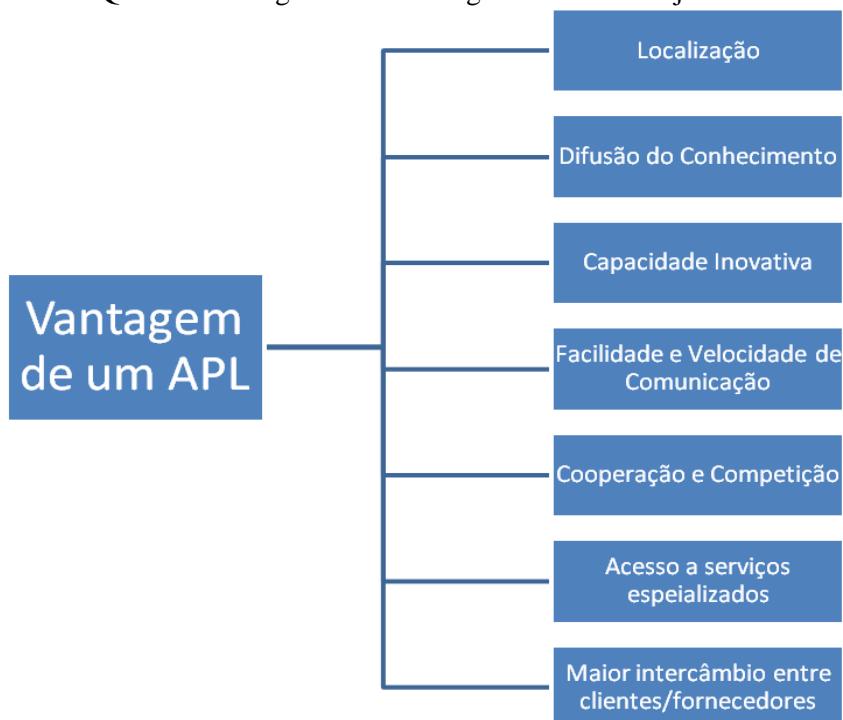
Fonte: Amorim (1998).

Como visto no quadro, a articulação de um *cluster* maduro possui dinâmica de interação idêntica ao do APL. Veja na imagem que a formação do *cluster* ocorre de forma crescente e, como ressalta Oliveira (2009, p.20) “os *clusters* ou aglomerações não podem ser criados porque normalmente surgem de forma espontânea em virtude da presença de economias externas e outras condições locais favoráveis”. Nesta perspectiva, as políticas de promoção para *clusters* já existentes são importantes para o fortalecimento desses aglomerados.

Como os APLs são formados por atores com diversas culturas, aspectos econômicos, ambientais, científico-tecnológicos e político-institucionais, a necessidade de governo participativo e não hierárquico torna-se fundamental, forma-se de acordo com Villela e Pinto (2009) uma governança. Segundo estes autores “por governança entenda-se o processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições ou de redes empresariais para alcançar objetivos discutidos e definidos coletivamente (VILLELA e PINTO, 2009, p. 1068)”.

As vantagens de um APL são elencadas no diagrama adiante.

Quadro 7. Diagrama das vantagens de um Arranjo Produtivo Local.



Fonte: Adaptado do Projeto Promos / SEBRAE / BID Versão 2.0 (2004, p. 143).

Todas essas vantagens proporcionam ao APL o fortalecimento, crescimento e agregação de valor aos bens e serviços produzidos, além de estimular a formação de novos negócios e aumento de produtividade. O diagrama acima demonstra as vantagens que os Arranjos Produtivos Locais podem propiciar às empresas que se organizam em um Arranjo.

Mas, para que o processo de fortalecimento de um APL ocorra, é necessário a criação de mecanismos que viabilize apoio institucional para elaboração de planejamento, execução e coordenação que possibilitem a definição de papéis, compartilhamento de atribuições e responsabilidades, capacidade de gerenciar conflitos, realização de ações que envolvam a organização dos fluxos de produção, assim como, buscar alternativas que possibilite a tomada de decisão, respeitando o grau de hierarquia entre os agentes envolvidos.

A esses mecanismos, Lastres e Cassiolato (2003, p. 14) dão o nome de governança e aludem “governança refere-se às diversas formas pelas quais indivíduos e organizações (públicas e privadas) gerenciam seus problemas comuns, acomodando interesses conflitantes ou diferenciados e realizando ações cooperativas.” Outro fator elucidado pelos autores é que a governança não diz respeito somente às “instituições e regimes formais de coordenação e autoridade, mas também a sistemas informais” Lastres e Cassiolato (2003, p. 14).

Governança é um tema pouco explorado nas pesquisas em Ciências Sociais, recentemente incorporado na sua literatura, e com muitos conflitos conceituais e diversas abordagens. A abordagem intra organizacional difere da global apresentada anteriormente, mesmo assim, com elementos comuns em ambas. Embora se aplique as organizações, o conceito de governança se difere do conceito de governo. A governança transcende a ideia de governo. Na governança, os mecanismos ultrapassam as fronteiras territoriais e também jurisdicionais. É um fenômeno mais amplo que governo, onde se incluem instituições não-governamentais.

Os autores Treter e Kelm (2004, p. 3271) apresentam uma visão de governança mais focalizada nas práticas empresariais de gestão, onde consideram “o equilíbrio de poder entre os proprietários (shareholders), gerentes, empregados, governo e público em geral”. Desse modo, a governança é vista como “a força que regula o poder entre os grupos de interesse (stakeholders)” (TRETER e KELM, p.3272). Nesta explanação percebe-se a conceituação da chamada Governança Corporativa.

Nesta alusão, a palavra governança parece estar imersa em um movimento de uso amplo da expressão e sua utilização necessita de cuidado analítico ao ser empregada para não incorrer em impropriedades. Assim, mesmo partindo de uma gênese, é essencial precisar o termo de acordo com contexto em que é aplicado, seja no âmbito corporativo, ambiental ou global.

Segundo o SEBRAE (2003, p. 76), governança corporativa “diz respeito aos diferentes modos de coordenação, intervenção e participação nos processos decisórios dos diferentes agentes”. Para a instituição supracitada, a governança pode ser estabelecida através de redes de instituições públicas (estadual e municipal), ONGs, e também por instituições privadas. No caso desta última, a governança privada poderá ser formada por associações de classe, empresas que estejam interessadas em participar do arranjo e agências privadas de desenvolvimento.

Com relação às formas de governança em arranjos produtivos locais, pode-se destacar que estas variam conforme o tipo de sistema produtivo, a estrutura de produção, aglomeração territorial, organização industrial, inserção no mercado (interno ou internacional), densidade institucional (atores coletivos, privados e públicos) e tecido social. Além disso, as relações de governança podem existir ou não em uma estrutura produtiva (ALMEIDA, 2006).

Almeida (2006, p. 33) alude que,

As formas de governança local pública e privada podem exercer papel importante para o fomento da competitividade dos produtores nos arranjos. Os governos locais, por exemplo, podem atuar na criação e manutenção de instituições de apoio ao desenvolvimento dos produtores locais, tais como centros de treinamento e formação profissional, centros de prestação de serviços tecnológicos, agências governamentais de desenvolvimento.

Esta articulação pode ocorrer da mesma forma através de associações de classe e organizações não governamentais que atuam como catalisadores do processo de desenvolvimento local, por meio de ações de fomento à competitividade e de promoção de ações conjuntas das empresas. Em Almeida (2006), percebe-se que as possibilidades de desenvolvimento de arranjos produtivos dependem das formas de governança, seja pública ou privada, que impera no local, pois esta exerce o papel de estimular as relações cooperativas entre agentes, elevando a competitividade destes, principalmente no ambiente globalizado.

Mas, Suzigan et al. (2004, p. 2), pioneiros nos estudos sobre governança em APLs no Brasil, consideram que,

[...] Governança é um dos aspectos mais complexos dentre os que caracterizam a dimensão espacial das atividades produtivas e inovativas. A complexidade decorre, por um lado, do difícil equilíbrio que a forma de Governança deve manter entre cooperação e competição no âmbito do APL e, por outro lado, da miríade de fatores que condicionam a Governança. Implica em dizer que não há modelos de aplicação genérica para a Governança em APLs. A forma e a própria existência da Governança vão depender de um conjunto de características específicas a cada sistema ou arranjo. Implica também em considerar que a Governança deve ser local. Formas de governança cujo comando ou coordenação é externo ao APL são obviamente menos relevantes do ponto de vista dos objetivos de coordenar ações coletivas e cooperação em APLs.

Os autores deixam claro que a competição e cooperação existem nos APLs, tendo em vista que empresas competem por eficiência e inovação em seus produtos. Entretanto, para a coexistência destes fatores, faz-se necessário a consolidação de regras e normas de conduta, para que cooperem em aquisições, financiamentos de pesquisas, dentre outras parcerias.

Vargas (2002) destaca a existência de 4 tipologias de governança em APLs.

<p>Quadro 8. Tipologias de governança em APLs (Tipo 1) Revela-se uma situação na qual a presença de poucos segmentos da cadeia produtiva e a ausência de grandes empresas sugere a existência de uma governança no sistema na forma de redes que pode combinar-se com a presença de instituições associativas que tenham importante papel na coordenação de ações cooperativas entre as empresas. Em estruturas produtivas com esta configuração não é provável a presença de um alto grau de integração vertical das empresas o que sugere a predominância de interações horizontais²¹ entre os produtores.</p>	<p>(Tipo 2) A configuração da estrutura produtiva difere da anterior pela distribuição de tamanho das empresas. A presença de grandes empresas sugere uma governança do tipo hierárquica para o conjunto do sistema. Podendo também combinar-se, como no tipo anterior, se houver a presença de instituições associativas, com formas de governanças específicas. A diferença é dada nas formas de relações entre as empresas, pois com alto grau de verticalização, em condições de reduzida divisão do trabalho, as relações entre firmas serão menos intensas. No caso de menor grau de verticalização as relações permanecem menos intensas e predominantemente entre produtores.</p>
<p>(Tipo 3) A maior divisão do trabalho torna a configuração da estrutura mais densa. Na ausência de grandes empresas tende a prevalecer a governança por redes no conjunto do sistema. No entanto nada impede que ocorram relações mais intensas entre grupos de firmas de médio e pequeno porte através da formação de redes de subcontratação. Com baixo grau de verticalização das firmas as relações podem aumentar de intensidade e serem do tipo vertical e horizontal, pela presença de muitos segmentos da cadeia.</p>	<p>(Tipo 4) A configuração da estrutura produtiva é a mais complexa dos tipos apresentados sugerindo a governança hierárquica para o conjunto do sistema combinada com uma maior variedade de outras formas de governança específicas entre grupos de empresas. A intensidade das relações entre firmas só é reduzida se houver alto grau de verticalização, o que, entretanto não impede que mesmo com alto grau de verticalização as relações sejam tanto verticais quanto horizontais.</p>

Fonte: Vargas (2002).

No caso dos arranjos que são objetos de estudo nesta pesquisa, pode-se enquadrar no tipo 1, pela a presença de poucos segmentos da cadeia produtiva e a ausência de grandes empresas, o que de acordo com Vargas, sugere a existência de uma governança que se dá através das instituições associativas, como sindicatos e associações. Entretanto, Vargas orienta a ter cautela na aplicação generalizada e

²¹ A cooperação vertical estabelece relações entre firmas que desenvolvem atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva e a cooperação horizontal ocorre entre empresas do mesmo porte, que atuam num mesmo segmento e pode envolver instituições de apoio (MYTELKA e FARINELLI, 2003).

generalizável destas tipologias, uma vez que as especificidades, tanto territoriais quanto setoriais, como variações entre as regiões, por exemplo, um arranjo de confecções no localizado no sudeste brasileiro é significativamente distinto na infraestrutura e clientela de um APL de confecções no norte do país.

Portanto, a governança é a maneira pela qual os diversos atores de um arranjo produtivo interagem com os demais, e como isso afeta tanto sua empresa e suas ações no coletivo. Ressalta-se ainda que a abordagem dada à governança nesta enseada está relacionada com as abordagens teóricas dos mecanismos institucionais que, de acordo com Oliver e Ebers (1998), é um meio pelos quais as relações inter organizacionais são iniciadas, negociadas, desenhadas, coordenadas, monitoradas, adaptadas e terminadas.

2. 3 Arranjos Produtivos Locais e Governança: reflexos da realidade amazônica

Com o colapso do desenvolvimentismo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, consolidaram-se os arranjos produtivos. Com a crise do modelo fordista e a crise fiscal no Brasil, as consequências sobre o emprego tiveram impacto nas massas de pessoas, que ficaram sem espaço nos postos de trabalho formais. A alternativa foi se organizar, com recursos próprios e escassos, sem apoio das instituições financeiras e sem qualquer orientação. Assim surgiram as pequenas unidades produtivas, com concentração setorial no intuito de aproveitar alguma oportunidade no entorno.

Processo similar ocorre na região amazônica, impulsionado pelo projeto de modernização acelerada entre 1960 e 1985, priorizou a política de rápida ocupação territorial e, por meio de uma reestruturação institucional e fiscal, incentivou o desenvolvimento regional, com mudanças significativas na economia e sociedade da região. De acordo com Becker (2005), com a Lei que definiu a Amazônia Legal e criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a economia e desenvolvimento regional ganharam prioridade. No quadro abaixo são apontadas as mudanças decorrentes desse processo.

Quadro 9. Mudanças estruturais na Amazônia.

Mudança Estrutural	Principais Impactos Negativos	Construções
1. Conectividade- Estrutura de articulação do território;	<ul style="list-style-type: none"> • Migração/mobilidade do trabalho; • Desflorestamento; • Desrespeito às diferenças sociais e ecológicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo à diversidade da população; • Acesso à informação e urbanização;
2. Industrialização- estrutura da economia;	<ul style="list-style-type: none"> • Grandes projetos; • Subsídio a grande empresa; • Meio ambiente afetado; 	<ul style="list-style-type: none"> • 2º no país na produção mineral; • 3º no país em produção de bens duráveis; • Transnacionalização da Vale do Rio Doce;
3. Urbanização- estrutura do povoamento;	<ul style="list-style-type: none"> • Inchaço e problemas ambientais; • Sem base produtiva; 	<ul style="list-style-type: none"> • Queda da primazia Belém-Manaus; • Mercado verde; • Base da iniciativa política e gestão ambiental;
4. Organização da sociedade civil- estrutura da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos sociais e ambientais; • Conectividade e mobilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade da estrutura social; • Organização das demandas em projetos alternativos com alianças/parceiros externos.

Fonte: Becker (2009).

Estes pontos elencam as implicações significativas que promoveram as efetivas transformações na região. Vale destacar também a criação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, que impulsionaram o aumento populacional entre 1950 a 1960 em 4 milhões de habitantes segundo Becker (2009). Portanto, após a década de 1960, a Amazônia passa por uma reestruturação sócio espacial resultante do processo de integração e este reordenamento, faz da região, de acordo com Becker (2005), um espaço estratégico para o país.

Neste contexto, a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), que concebe²² incentivos fiscais como compensação das desvantagens geográficas em relação aos mercados, promove incentivo à pecuária e a política de colonização na década de 1970. Estes incentivos suscitaram, na Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), a ocupação e o desenvolvimento da economia regional.

Os programas de Integração Nacional (PIN) e Poloamazônia contribuíram ainda mais para a expansão dos negócios na Amazônia. Em seguida, o fomento de mega programas: Brasil em Ação no final do século XX e Avança Brasil já no século XXI injetaram vultuosos investimentos para as grandes obras, mas desta vez, alegando a integração internacional. Porém, devemos destacar que em todo esse processo de “desenvolvimento”, estiveram longe de atender as premissas da sustentabilidade, com impactos profundos ao meio ambiente.

Em período mais recente, destaca-se o biênio (2003 e 2004) que ocorreram uma sucessão de eventos na região amazônica. Inicialmente o governo federal passa, através de seus agentes (Banco da Amazônia, Sudam, Agência de Desenvolvimento da Amazônia-ADA), a desenvolver novas ideias de desenvolvimento, nas quais faz parte a noção de APLs. Os autores Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 18), enfatizam que “As principais ações estavam relacionadas à formulação de uma base conhecimentos”, para garantir “uma nova fase de intervenção para o desenvolvimento”.

Neste mesmo período, Cassiolato, Lastres e Stallivieri (2008, p. 18) destacam a “elaboração do Plano Amazônia Sustentável (PAS), o lançamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), as diretrizes de regionalização do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) e os esforços de recriação da Sudam”, esta última, por sua vez, reforçou a importância das ações para arranjos produtivos locais.

Na Amazônia, bem como nas demais regiões, é crescente o fortalecimento as novas abordagens para o desenvolvimento endógeno. O que diferencia a primeira das demais são suas particularidades, ocasionadas pelos diferentes graus de desenvolvimento e abrangência. A Agência de Desenvolvimento da Amazônia

²² A ZFM foi criada no ano de 1967 através do Decreto-Lei 288/67, e foi prorrogada por mais 50 anos (até 2073) pelo Governo de Dilma Rousseff.

(ADA)²³, em seu projeto “Rumo à Nova Sudam”, anunciou a pretensão de atuar com referência em APLs. Mas, por circunstância dos recursos escassos, suas iniciativas foram reduzidas.

Mesmo assim, as contribuições desta instituição estenderam-se pelos estados amazônicos, gerando autoconfiança, fortalecimento dos laços entre produtores, além de gerar maior fluência entre agentes produtivos e as instituições federais e estaduais, que, apesar das incertezas de futuro quanto a ADA, o trabalho de fortalecimento permaneceu. Neste cenário, a SUDAM representou, o principal órgão governamental na região ligando-a com a esfera federal.

Observa-se que a região amazônica sempre foi suporte para as políticas públicas de circulação de projetos, ora atendendo os interesses nacionais, ora internacionais. Com nova perspectiva, a política contemporânea tem fomentado novas estratégias de desenvolvimento, onde se insere alguns parâmetros de desenvolvimento sustentável e de valorização da biodiversidade regional como um valor agregado.

Os sistemas produtivos que hoje são reconhecidos pelo conceito de arranjo produtivo reúnem características interessantes para a geração das sinergias, tão essenciais ao sucesso de uma iniciativa de desenvolvimento econômico e social. Santos (2011, p. 70) afirma que “entre 2003 e 2010, a inserção e expansão de experiências de desenvolvimento emergente na Amazônia por meio da ramificação da estratégia dos APLs” foi crescente, principalmente, com exceção da ZFM, por produtos *in natura* ou processados por pequenas agroindústrias.

Portanto, na Amazônia é predominante as aglomerações ou arranjos produtivos de subsistência, que apresentam características comuns. Abaixo são elencados pontos baseados nos estudos da ADA sobre estas características (SANTANA, 2004, p. 12-13):

- a) Produzem bens de consumo de baixa qualidade, sazonais e voltados predominantemente para os mercados local e nacional;
- b) Apresentam poucas e frágeis barreiras à entrada de novas unidades produtivas no arranjo ou mercado local;

²³ A ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia) transformada em Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 2007, pela Lei complementar nº124.

- c) Funcionam com baixo nível de produtividade dos fatores, baixa eficiência alocativa e na presença de muitas das características ligadas aos setores informais da economia;
- d) Tem baixa especialização e cooperação mesmo que informal entre as unidades produtivas, sem condições adequadas para obter eficiências coletivas e gerar economias de aglomerações;
- e) Utilizam técnicas tradicionais e semi-sustentáveis de produção, com baixa capacidade de inovação tecnológica e gerencial e forte comportamento oportunista;
- f) Operam com baixa diferenciação e agregação de valor aos produtos, insuficiente conhecimento e informação de mercado.

Após esta sistematização, Santana (2004) enfatiza a necessidade de mudanças por meio de alternativas que promovam mudanças na trajetória do desenvolvimento regional que permitam o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Nesta perspectiva, é primordial retirar os aglomerados existentes da inércia e da subsistência, e promover sinergias para que estes arranjos produtivos alcancem a maturidade.

Logo na primeira década, especificamente em 2004, o governo cria o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Este grupo mapeou 955 APLs e caracterizou na região norte 196 arranjos produtivos. Estes arranjos se dividem em: 82% do setor primário e 18% correspondem ao setor secundário.

Santana (2004) aponta que, em 2002, os nove estados da Amazônia geraram cerca de 1,95 milhão de empregos formais. Desse total, os APLs de serviços foram responsáveis por 61,59% do total de empregos. Os APLs de comércio atacado e varejo empregaram 16,82%, os APLs da Construção civil, minero-metalúrgico, Madeira, agropecuária, agroindústria e pesca como os que menos geram empregos formais da região amazônica.

Utilizando as metodologias desenvolvidas pela ADA, com a missão de identificar e mapear geograficamente os APLs da Amazônia, Santana (2004) utiliza o Índice de Concentração Normalizado (ICN), que possibilita a indicação do APL, determinando o

número de número de municípios em cada estado, que possui especialização em dado APL.

Quadro 10. Número de municípios, por estado da Amazônia, especializados nos APLs potenciais no ano de 2004.

APL potencial	AC	AP	AM	MA	MT	PA	RO	RR	TO	AML
APL Lavoura	1	0	1	22	73	22	4	2	37	162
APL pecuária	4	0	1	20	86	30	6	2	63	212
APL exploração florestal	0	1	4	25	14	20	1	1	0	66
APL pesca	0	0	4	5	1	7	0	0	3	20
APL Extração mineral	0	0	2	7	3	6	4	0	1	23
APL oleiro	2	0	11	9	13	9	6	2	14	56
APL agroindústria animal	2	1	3	9	42	24	28	0	13	122
APL agroindústria vegetal	1	1	5	10	19	35	6	0	8	85
APL têxtil	1	0	4	17	35	17	12	1	7	94
APL couro	1	0	0	5	11	5	3	0	4	29
APL madeira e mobiliário	3	2	2	10	44	49	32	4	0	146
APL químico	0	1	5	12	25	14	7	0	6	70
APL minero-metalúrgico	5	1	6	33	36	31	15	0	24	151
APL construção civil	4	2	5	21	19	25	11	9	30	126
APL comércio	10	7	15	67	68	42	29	12	37	287
APL serviços	17	14	51	142	28	71	27	2	80	432

Fonte: Santana (2004).

Neste quadro, as 16 atividades apontadas relacionam o sistema geral de produção dos APLs. Os estados que apresentam poucos municípios especializados em certo APL, indicam a carência de apoio ao seu desenvolvimento com estudos técnicos aprofundados. Neste caso, a atuação da governança local é de extrema importância para gerar ações em prol do APL. A governança em APLs, de acordo com CAPORALI e VOLKER (2004, p. 40-41), exerce o papel de propulsor ao gerar:

(1) qualidade das lideranças empresariais, políticas, sindicais e sua relação com os problemas das empresas;

- (2) construção de centros tecnológicos prestadores de serviço – estruturas que as empresas não poderiam suportar de forma isolada, que cumprem o papel que os núcleos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e recursos humanos desempenham nas grandes empresas;
- (3) gestão dos recursos naturais, com vistas a uma conservação adequada das condições ambientais, garantindo que a atividade produtiva não se tornará destrutiva da qualidade ambiental;
- (4) geração de solidariedade, confiança mútua e atenção para com os problemas sociais;
- (5) construção de atitudes positivas no rumo do desenvolvimento técnico, tecnológico e econômico.

Outras questões como crédito e infraestrutura, também devem ser pensadas permanentemente, tanto para pressionar os responsáveis no sistema financeiro e no Estado, como no sentido de buscar soluções alternativas. Assim, segundo CAPORALI e VOLKER (2004, p. 43) “o acesso ao crédito e aos serviços financeiros pode ser significativamente facilitado se os bancos locais trabalharem na solução dos pontos de bloqueio do financiamento”. Estes pontos demonstram que o planejamento participativo é o principal instrumento social para o desenvolvimento do APL.

2.4 Considerações finais do capítulo

O que se percebe é que os APLs são importantes aliados na busca pela diminuição das disparidades inter e intrarregionais, que gere acima de tudo um desenvolvimento local sustentável. Mas para que este desenvolvimento local seja efetivo, e não mais um objeto de projetos incongruentes, que não geram ações condizentes, como será constatado no capítulo seguinte.

Para promover efetivamente maior sinergia entre os APLs, governo e sociedade, é preciso consolidar a governança nos APLs, que coordene os diversos agentes envolvidos. A governança abordada no capítulo é compreendida como um conjunto de práticas para desenvolver a relação com o ambiente externo, que envolve a participação de todas as partes interessadas nos processos de decisão.

Nesta perspectiva, a governança exerce influência significativa tanto se pensada globalmente, como localmente ao orientar as ações, regras e *modus operandi*. Assim, se a governança não for efetiva, ou se sua atuação não estiver baseada nos princípios éticos que beneficiem a totalidade, estar-se-á seguindo pela esteira na insustentabilidade que visa como visto no capítulo anterior, apenas a elevação dos indicadores econômicos (PNB e PIB).

3. GOVERNANÇA E RORAIMA: análise do projeto “Sustentabilidade Para Competitividade”

Neste capítulo, contemplam-se as características econômicas e sociais do município Boa Vista, *loco* desta pesquisa. Boa Vista é capital do estado de Roraima, e segundo a SEPLAN, a cidade concentra mais de 70% da economia do estado e comporta 63,32% de sua população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,752, o que pode ser caracterizado como moderado. Entretanto, muito aquém no ranking nacional, situa-se no 606º lugar no ranking comparado com outros municípios do país segundo a Firjan.

Neste município, localizam-se os APL's de reparação de veículos e confecções pesquisados. Após abordagem da teoria do desenvolvimento, é feita a análise dos dados coletados em pesquisa de campo em consonância com os conceitos abordados. Apresentar-se-á, um panorama dos desafios enfrentados pelos empresários, que permanecem céticos quanto às influências de projetos interinstitucionais e apoio governamental.

3.1 Características gerais, demográficas, econômicas e sociais do Município de Boa Vista.

O quadro número (11) demonstra o aumento contínuo da população do estado, resultado do fim do isolamento, que obstava até pouco tempo atrás o desenvolvimento de Roraima e os programas e políticas de ocupação ocorridos em toda região amazônica. A elevação de Roraima para Território Federal e a implantação das áreas de colonização causaram importantes impactos no crescimento populacional, que elevou-se à taxa de 3,3% ao ano no período 2000-2010.

Quadro 11. Crescimento populacional

Ano	População
1940	10.514
1950	18.116
1960	28.304
1970	40.885
1980	79.159
1991	217.583
1992	228.749
1993	241.009
1994	253.059
1995	262.200
1996	247.723
2000	277.684
2010	451.227

Fonte: Baseado em FIER (2013).

A abertura da BR 174 tornou-se um divisor de águas, não apenas por interligar a capital do Amazonas com a de Roraima, mas também por abrir caminho para ocupação da faixa de fronteira do País. E, para cumprir com esse propósito, sua construção segue até chegar à Venezuela, fazendo tronco com a Perimetral Norte²⁴, responsável pela abertura sudoeste do Estado à colonização, e com a BR-401, que liga o Brasil à Guyana (BARROS, 1995; DINIZ, 2003).

Segundo Diniz (2003), a abertura dessas estradas se tornou um marco histórico na ocupação humana do estado, por garantir, assim, processo de locomoção ininterrupto, em qualquer período do ano, contribuindo, então, a legitimação dos projetos de colonização na região. A capital do estado localiza-se no centro-norte de

²⁴ Também conhecida como BR 210, foi planejada no auge do desenvolvimentismo econômico do regime militar para cortar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira colombiana no Estado do Amazonas, mas poucos trechos foram concluídos.

Roraima, às margens do rio Branco. Boa Vista é a sede administrativa do estado, e foi instalada em 1943, ainda durante o período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, quando o atual estado de Roraima ainda estava enquadrado dentro da categoria de território federal.

O município de Boa Vista possui uma área territorial de 426,9 mil hectares segundo a SEPLAN, que corresponde a 2,54% do território de Roraima. Com a edição da Lei 11.732 de 30 de julho de 2008, todo o seu território, exceto as áreas indígenas, passou a fazer parte de uma Área de Livre Comércio, regime aduaneiro diferenciado que concede benefícios fiscais na comercialização de bens. As áreas institucionais estão divididas da seguinte maneira: Funai 24,8%, INCRA 13,8%, Militar 0,7%, apenas 60,7% do território boa-vistense é área remanescente (SEPLAN, 2013).

Atualmente o Produto Interno Bruto do estado, calculado pela SEPLAN, está na ordem de R\$ 4.659.977 mil, o município de Boa Vista concentra 73,5% da economia roraimense. As maiores participações estão no setor industrial onde a participação é de 80,2%, e o de serviços que é de 74,2%. O PIB per capita do município é de R\$ 16.393, classificado como o único município acima da média estadual que em 2010 foi de R\$ 14.052.

De acordo com a SEPLAN (2010), a capital de Roraima está no 25º lugar classificação com as demais capitais do país. Esta classificação reforça a colocação de Argemiro Procópio ao constatar que a região amazônica é a periferia das periferias. A participação da Administração Pública, em relação ao PIB, passou de 39,7% em 2006, para 40,1% em 2010. Na tabela abaixo, estão discriminadas as principais atividades econômicas de Boa Vista.

Tabela 4. Valor Adicionado* Bruto das Atividades Econômicas do Município de Boa Vista - (R\$ mil)

Atividade	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	29.901	28.158	30.980	34.605	31.296
Pecuária e pesca	7.693	11.409	12.787	13.015	8.781
Indústria extrativa mineral	1.480	9.525	9.805	6.408	11.440
Indústria de transformação	65.741	61.695	114.993	93.920	77.431
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	43.502	57.404	57.505	73.286	78.677
Construção Civil	191.311	238.290	295.614	357.203	439.909
Comércio e serviços de manutenção e reparação	355.683	389.426	467.627	587.900	708.373
Serviços de alojamento e alimentação	54.065	48.220	61.000	80.969	72.092
Transportes, armazenagem e correios	71.038	66.326	82.848	89.532	99.719
Serviços de informação	60.675	61.457	91.187	64.760	70.761
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	103.631	124.555	129.276	161.200	172.612
Atividades imobiliárias e aluguel	226.517	280.320	298.428	325.329	343.010
Serviços prestados às empresas	35.793	59.861	97.382	119.691	101.526
Administração, saúde e educação públicas	1.037.790	1.204.506	1.387.229	1.589.737	1.870.750
Saúde e educação mercantis	27.306	30.237	32.504	37.091	40.297
Serviços prestados principalmente às famílias e associações e Serviços domésticos	50.169	58.900	60.399	64.599	70.945
Valor Adicionado a preço básico	2.362.296	2.730.289	3.229.564	3.699.246	4.197.617
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	249.097	305.504	348.572	391.251	462.360
PIB a preço de mercado corrente	2.611.393	3.035.793	3.578.135	4.090.497	4.659.977

Fonte: Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais – CGEES/SEPLAN – RR (2010). *Valor Adicionado: é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos durante o processo produtivo. É a contribuição do Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o Valor Bruto da Produção e o Consumo Intermediário absorvido por essas atividades.

Verifica-se na tabela que o comércio e serviços de manutenção e reparação compõem uma das maiores atividades econômicas do município, setor ao qual

pertencem os APLs pesquisados nesta dissertação. Esta participação encontra-se atrás apenas da Administração, saúde e educação públicas, que ainda representa o principal montante as atividades econômicas, com R\$ 1.870,750 em 2010.

Mas o setor industrial, somente no município de Boa Vista, conta com 860 indústrias, correspondendo a 82% do quantitativo total de indústrias de Roraima.

Quadro 12. Indústrias por Porte.

Porte da indústria	Número	%
Micro	917	87
Pequena	104	10
Média	19	2
Grande	9	1
Total	1.049	100

Fonte: SEPLAN (2013).

De acordo com o quadro, as micro indústrias correspondem a 87% do volume total com o número de 917 indústrias estabelecidas. As pequenas indústrias 10%, com um total de 104 indústrias. As indústrias de porte médio representam 2% do volume total de indústrias com o quantitativo de 19 indústrias. Já as indústrias de grande porte representam 1% do total de indústrias com um número total de 9 indústrias (SEPLAN, 2013).

Na tabela abaixo estão discriminados o quantitativo populacional de Boa Vista, bem como o quantitativo de homens e mulheres, dados étnicos e número de pessoas economicamente ativas.

Quadro 13. Indicadores gerais de mercado de trabalho – 2010.

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
População Residente	140.801	143.512	284.313
Pop. Economicamente Ativa	74.453	61.541	135.994
PEA Desocupada	4.292	5.985	10.267
PEA Ocupada	70.161	55.557	125.717
- De 16 a 24 anos	14.700	11.229	25.929
- Rendimento Médio (em R\$)	1.599,77	1.275,50	1.453,03
Pop. Economicamente Ativa	74.454	61.542	135.996
- Branca	18.133	16.323	34.456
- Preta	6.126	3.939	10.065
- Amarela	647	1.018	1.665
- Parda	47.282	38.565	85.847
- Indígena	2.265	1.696	3.961
- Não declarado	0	0	0
Pop. Não Economicamente Ativa	38.680	55.084	93.764
- Branca	8.502	13.369	21871
- Preta	2.846	3.160	6.006
- Amarela	444	507	951
- Parda	25.961	36.336	62.297
- Indígena	927	1.712	2.639
- Não declarado	0	0	0

Fonte: Baseado em SEPLAN (2013).

Segundo a SEPLAN (2013), os dados da RAIS/2011 disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os setores da indústria de transformação, extrativo mineral, serviços industriais, construção civil, comércio, serviços, administração pública e agropecuária, empregaram formalmente no ano de 2011, 11.535 jovens de 18 a 24 anos. A remuneração média desses empregados foi de R\$1.755,98 neste mesmo ano.

Em destaque, na citação abaixo, pode-se vislumbrar o interesse local em desenvolver um modelo econômico voltado para a atividade privada, emancipando o estado da dependência dos repasses federais.

(...) segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima, Plano Plurianual 2012-2015 (PPA), a sociedade roraimense e o governo estadual vêm trabalhando na concepção e implementação de um modelo econômico baseado nas atividades produtivas privadas, onde a geração de riquezas seja realizada direta e preponderantemente pela própria

sociedade, em que a dependência de Roraima, das transferências de recursos federais seja reduzida, visando também a expansão de mercados e de lucros para as empresas com a inclusão social e produtiva (SEPLAN, 2013, p. 62) .

A valorização da dinâmica econômica local, que afasta-se da apropriação dos recursos naturais e valoriza a produção ecologicamente correta carece da atenção dos *policy makers*. A implantação e fortalecimento das atividades econômicas complementares inter-fronteiriças e transfronteiriças, que prioriza a produção de alimentos e produtos de origem regional, para desenvolver as potencialidades da região.

É por este viés que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) busca atuar, ou seja, o banco atua como um agente de mudanças sociais, apoiando projetos e programas para micro, pequenas e médias empresas privadas, além das organizações governamentais e não governamentais. Ronaldo Couto (2002, p. 62), relata que “a partir do início da década de noventa, há participação crescente dos projetos voltados para os setores sociais, o meio ambiente, a integração regional e sub-regional (...)”.

O autor enfatiza que apesar de não ter finalidade lucrativa, a instituição atua como outras agências ao cobrar juros e recebe renda pela aplicação de fundos, cobrindo assim suas despesas administrativas. Sua identidade se assemelha com os estados latino-americanos. O banco é gerido pelos acionistas e atua especificamente através de cooperações técnicas e de apostes de capital.

Com esta finalidade, o BID iniciou sua cooperação com o Serviço Social da indústria (SESI)²⁵. O projeto “Condiciones de trabajo sostenibles para un mejor desempeño de las micro y pequeñas empresas”, sob o número de registro “BR-M1066”, no anexo VII (p. 4) do referido projeto o seguinte objetivo é definido,

El fin del proyecto es mejorar el desempeño de las Mypes y contribuir a la difusión de una cultura empresarial comprometida con el desarrollo sostenible. El propósito del proyecto es contribuir a mejorar la calidad de vida y las condiciones de trabajo en las Mypes por medio de la implantación

²⁵ O Serviço Social da Indústria (SESI) é uma entidade integrante do Sistema Indústria liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil, criada em 1946 tendo por missão a promoção da qualidade de vida do trabalhador, por meio dos serviços de educação, saúde e estímulo à gestão socialmente responsável da empresa industrial.

del modelo *SESI de sostenibilidad en el trabajo y el diagnóstico integrado*, adaptado a Mypes, en APL, aglomeraciones productivas y sindicatos patronales/asociaciones sectoriales en los Estados de Ceará (CE), Roraima (RR), Paraná (PR), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) y Brasília-Distrito Federal (DF).

Neste entendimento, o objetivo geral do projeto é apoiar micro e pequenas empresas industriais na implantação de políticas e medidas de gestão em RSE²⁶, visando melhorar seus indicadores econômicos e sociais, além de contribuir para a difusão de uma cultura empresarial comprometida com o desenvolvimento sustentável. Este objetivo deve ser atingido no período de 48 meses, tempo estimado de execução que iniciou em 2012, com finalização estimada para 2015.

Objetivos específicos do Projeto (MINUTA/DRAFT-V6. ANEXO A).

Os objetivos específicos do Projeto são os seguintes: (i) ampliar o reconhecimento do SESI na temática da RSE; (ii) sensibilizar a comunidade empresarial para a prática da RSE e para o desenvolvimento sustentável; (iii) diagnosticar a atual realidade das micro e pequenas empresas aderentes ao projeto em RSE e Desenvolvimento Sustentável - DS; (iv) apoiar o desenho e a implantação de planos de ação para as empresas em âmbito regional; e (v) desenvolver processos de avaliação de impacto que a prática da RSE e da ação orientada para o DS proporcionou na indústria e na comunidade.

Para alcançar estes objetivos específicos foram definidos os seguintes componentes:

(i) Desenvolvimento da metodologia e materiais; (ii) Implementação de medidas de RSE em MPE – Ambientes APL e outras aglomerações empresariais produtivas; (iii) Implementação de medidas de RSE em MPME vinculadas a Sindicatos Patronais e Associações Setoriais; e (iv) Monitoramento, sistematização da informação e disseminação dos resultados do projeto (MINUTA/DRAFT -V6. ANEXO A).

²⁶ A norma brasileira de responsabilidade social NBR 16001 define a RSE da seguinte maneira: “Responsabilidade Social é a relação ética e transparente da organização com todas as partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável.”

O estado de Roraima conta com a participação de 60 micro empresas, que estão distribuídas em 15 do setor madeireiro, localizadas no município de Rorainópolis, 15 do setor de confecções no município de Boa Vista e 30 do setor de reparação de veículos também em Boa Vista. As justificativas do SESI para a escolha dos referidos setores são o papel que cada um exerce na economia do estado, potencial de crescimento e geração de empregos para os municípios.

Os recursos destinados ao projeto estão descritos no anexo VII do projeto, onde pode-se constatar que o projeto está dividido em etapas, que devem nortear as ações dos executores, bem como os valores dispendidos para realização de cada componente.

Quadro 14. Recurso por componente

Descrição	FUMIN (US\$)	Contrapartida local (US\$)	Total (US\$)
Componente 1. Adaptação de metodologias para MPE.	98.813	277.070	375.883
Componente 2. Implementação de medidas de RSE em APL, grupos de produtores, organizações patronais e associações setoriais.	1.182.000	1.731.684	2.913.684
Componente 3. Alinhamento e mobilização de participantes do projeto, parceiros e equipes técnicas dos departamentos regionais.	9.000	119.880	128.880
Componente 4. Monitoramento, documentação de informação e disseminação dos resultados do projeto.	107.913	166.991	274.904
Unidade executora do projeto.	137.380	611.186	748.566
Linha de base e avaliações intermediária	60.000	0	60.000
Auditoria	60.000	0	60.000
Contingências	26.394	4.375	30.769
Fortalecimento institucional (capacitação em gestão financeira e aquisições)	10.000	0	10.000
SUBTOTAL	1.691.500	2.911.186	4.602.686
Conta de Avaliação de Impactos	8.500	0	8.500
TOTAL	1.700.000	2.911.186	4.611.186

Fonte: BID, projeto nº BR-M1066, anexo VII.

Neste documento, o BID aponta que o monitoramento do projeto deverá ser feito através das supervisões dos especialistas da instituição no Brasil, “Todas las actividades financiadas por el Proyecto quedan sujetas a las normas de auditoría establecidas por el

Banco” (BID, Anexo VII, p. 13). Quando questionados na entrevista, a especialista do BID informou que a possibilidade de visita *in loco* seria inviável, pela demanda de trabalhos e quantidade de APLs participantes do projeto no Brasil.

O projeto que o SESI e o BID vem desenvolvendo, busca dar suporte e condições para o desenvolvimento adequado e sustentável para as micro e pequenas empresas, organizadas em arranjos produtivos e sindicatos. Assim sendo, fundamenta-se na teoria do desenvolvimento o embasamento necessário para ponderar os conceitos abordados.

3.2 Fundamentação teórica

A discussão sobre a questão do crescimento e desenvolvimento econômico no plano teórico emergem entre 1450 e 1750. “O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica” afirma Celso Furtado (2009, p. 27-28), sua origem tem raízes teóricas e empíricas principalmente nas crises econômicas do sistema capitalista.

O mercantilismo²⁷ foi impulsionador das escolas fisiocrática e clássica, sendo a primeira na França e a segunda na Inglaterra. Suas preocupações pautavam-se nos problemas de crescimento e distribuição de renda. Não concordando com os mercantilistas, os pensadores fisiocratas acrescentaram que não seria o acúmulo de riqueza, em forma de metal precioso, obtido através do comércio internacional que geraria o crescimento econômico, mas sim a produção de produtos agrícolas.

Assim, segundo os fisiocratas, somente os produtos agrícolas é que gerariam o excedente produtivo capaz de mover a atividade econômica, sobre a qual o Estado deveria empreender ações incentivando a produção destes produtos, mantendo seus preços em níveis elevados para que houvesse estímulo nesse setor, a fim de conduzir a economia ao caminho do crescimento econômico (SOUZA, 1999).

²⁷ Os mercantilistas tinham como certo que um país só poderia alcançar o crescimento econômico através do acúmulo de metais preciosos considerados como reserva de riqueza e moeda de troca do comércio empreendido entre as nações.

Para a corrente de pensamento clássico, o crescimento econômico continua significando desenvolvimento econômico, assim como para os mercantilistas e os fisiocratas. Porém, já se inicia entre os pensadores clássicos, como Adam Smith, a oposição a visão de que o crescimento econômico é somente gerado apenas pela produção agrícola ou pelo acúmulo de metais, colocando-se, agora, no âmbito do trabalho produtivo a principal causa geradora da “riqueza das nações”.

A riqueza ou o bem-estar das nações é identificado com seu produto anual per capita que, dada sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho ‘útil’ ou ‘produtivo’ – que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de produção – e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total (SMITH, 1996, p. 9).

De acordo com Souza (1999), a escola clássica propunha que, para ocorrer o crescimento econômico, seria necessário que o Estado deixasse que os agentes econômicos atuassem livremente no mercado. Esses mesmos agentes econômicos, direcionados pelos próprios mecanismos de mercado, tendo como guia de suas decisões uma espécie de “mão invisível”, alcançariam o equilíbrio entre os seus interesses.

Neste período, não havia diferenciação entre desenvolvimento e crescimento, eram tidos como conceitos idênticos, a diferenciação inicia somente em meados do século XX. Em 1911, Joseph Schumpeter, a partir de sua obra “Teoria do desenvolvimento econômico”, diferencia o conceito de crescimento e desenvolvimento econômico, a qual, somente em 1934, quando traduzida do alemão para o inglês, passou a ganhar relevância nos círculos da análise econômica.

Nali de Souza (2009, p. 5) apresenta duas definições aceitas de desenvolvimento,

A primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

A corrente adotada nesta pesquisa, compreende que crescimento não é condição suficiente para o desenvolvimento, sendo que os frutos do crescimento nem sempre beneficiam a sociedade como um todo. O desenvolvimento, afirma Souza (2009, p. 6), “envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das

estruturas produtivas”. O desenvolvimento transforma as economias em conjunto com o nível de vida da população.

O processo de desenvolvimento econômico ocorre com a combinação de fatores existentes ou com a introdução de inovações. Na busca por lucros, os empresários introduzem no sistema econômico inovações tecnológicas que lhes proporcionam a diferenciação produtiva necessária para satisfazer ou gerar às necessidades de consumo da população.

Nesse sentido, os empresários inovadores, de posse dos benefícios competitivos proporcionados pelas inovações tecnológicas teriam condições de produzir, com custos cada vez menores e com produtividade cada vez maior. Sem o progresso tecnológico, o crescimento logo encontra seus limites. Assim, a introdução de inovações no sistema produtivo de uma economia seria responsável por conduzi-la, no longo prazo, ao desenvolvimento econômico pelas mudanças qualitativas nela inseridas (FURTADO, 2009).

Nali de Souza aponta que, em uma simplificação teórica uma região é plenamente desenvolvida quando não existe desocupação de fatores, e ocorre o aumento da produtividade *per capita*, e só é possível aumentar a renda através de inovações. Entretanto, as regiões que a produtividade poderia aumentar somente com implantação de técnicas e inovações já conhecidas, são consideradas subdesenvolvidas.

Nessas regiões sempre existe utilização deficiente dos fatores de produção. A falta de tecnologia adequada, impulsiona a utilização inadequada e indiscriminada dos recursos naturais. Furtado (2009, p. 94-95) argumenta que “a utilização intensiva de recursos esgotáveis é economicamente condenável sempre que sirva principalmente para financiar gastos correntes. Um país que não realiza inversões pelo menos no montante do valor das reservas esgotáveis utilizadas estará consumindo seu próprio capital.”

Segundo Celso Furtado, para que a teoria do desenvolvimento seja mais precisa, deve considerar o processo histórico de desenvolvimento relativos a determinada região, para assim, quando nos reportarmos a teoria do desenvolvimento, referirmo-nos aos problemas específicos daquelas economias. Furtado afirma ser irreal assimilar os

problemas das economias latino-americanas com outras atualmente desenvolvidas, estando as primeiras ainda sofrendo com os reflexos do sistema colonial.

Bem como Furtado, Conterato (2009) esclarece que a compreensão dos temas relacionados à teoria do desenvolvimento, devem introduzir aspectos mais amplos, como históricos, sociais, econômicos e demográficos para, assim, entender o desenvolvimento em suas escalas local, regional e nacional. Além disso, parte da premissa abordada pelo autor é levar em consideração os diferentes enfoques relacionados ao meio rural, urbano e sustentável na abordagem teórica relacionada ao desenvolvimento.

O autor enfatiza que,

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e de aferimento. Isso se deve basicamente ao fato de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana. Tais mudanças se dão graças a ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos em seus meios de vida (CONTERATO, 2009, p. 11).

Entretanto, o Conterato ressalta que nem sempre as ações promovem a melhoria do nível de vida de todos. Este fator sujeita o desenvolvimento de um país ou suas regiões a críticas quando houver aferição dos níveis de desenvolvimento. Ainda assim, Conterato (2009) menciona as propostas mais contemporâneas que apontam para outras dimensões do fenômeno desenvolvimento, como o social, cultural, demográfico e ambiental, corrigindo a perspectiva de que desenvolvimento se mede pelo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

O desenvolvimento, portanto, se caracteriza por ser um movimento mais amplo, que envolve questões como “preservação dos recursos da natureza, acesso a bens e serviços públicos de qualidade” (CONTERATO, 2009, p. 10). Para Celso Furtado (1961), a discussão sobre desenvolvimento é também uma discussão política e cultural, que envolve concepções de Estado e entendimento a respeito das condições em que se materializam as possibilidades de sobrevivência dos diversos grupos sociais.

Nesta perspectiva, compreende-se o desenvolvimento como fenômeno mais amplo do que o crescimento econômico conforme apresentado nas reflexões de Conterato e Furtado. Mas, o teórico que traduz o ideal de desenvolvimento almejado e considerado ideal nesta pesquisa é Amartya Sen. O autor defende que o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades.

Esta tônica nas liberdades humanas, defendida por Sen, contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, vislumbradas no crescimento do Produto Nacional Bruto, industrialização e progresso tecnológico. Assim, de acordo com Sen, considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades orienta a ação para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, sobrepondo-se ao quantitativo.

Amartya Sen assevera que a liberdade é mais do que um meio eficiente para o desenvolvimento. Ela é um critério de desenvolvimento. O desenvolvimento é a maximização de oportunidades afirma Sen. Enfatiza, ainda, dois aspectos primordiais da liberdade. Primeiro a ausência de coerção: liberdade econômica, que permite as pessoas utilizarem e trocarem entre si recursos econômicos e bens finais; liberdade política típica de uma democracia, não só com liberdade para votar, mas também para criticar e fiscalizar. E oportunidade para receber educação básica e assistência médica, garantia de transparência, evitando fraudes e corrupções, e liberdade de segurança contra a miséria.

O segundo ponto é a liberdade de manter-se vivo e saudável e permanecer na vida fazendo escolhas. Para Amartya Sen, não adianta um país oferecer uma gama de liberdades se não oportunizar a uma criança chegar à vida adulta. Segundo o autor, todo esse processo de liberdades são causas eficientes para o desenvolvimento econômico. As liberdades funcionam como motor para o desenvolvimento, quanto mais desenvolvido um povo mais assegurados estão os direitos fundamentais, maior será o ímpeto pelo desenvolvimento no país.

Diante dessa breve exposição do pensamento econômico com relação à busca pelo crescimento e desenvolvimento, evidencia-se a importância desses processos para uma nação e de como um país deve buscar obter o bem-estar de sua população através do desenvolvimento. Em seguida, serão apresentadas algumas considerações sobre a

busca brasileira pelo crescimento e pelo desenvolvimento econômico que teve a CEPAL como a grande fonte de ideais e grande direcionador desses movimentos.

3.2.1 Desenvolvimento econômico brasileiro

As Nações Unidas criaram a Comissão para a América Latina e Caribe (CEPAL) logo após a Segunda Guerra, para contribuir com o desenvolvimento da região. Os países latino-americanos desejavam receber ajuda do Plano Marshall, que destinava recursos dos EUA para a Europa destruída após a guerra. Neste contexto, a CEPAL buscava detectar os entraves que impediam o desenvolvimento de cada país (SOUZA, 2009).

O trabalho da CEPAL, que conduziu seus economistas baseia-se na produção de matéria-prima para exportação. Segundo Souza (2009, p. 156), “a ideia era a de que o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos (centrais), incorporado nas importações, difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos (periféricos), por meio da redução dos preços dos produtos industriais importados”. Desta maneira, os cepalinos acreditavam atingir o desenvolvimento econômico, sem precisar industrializar-se.

Esta expectativa caiu por terra quando os países perceberam a desvantagem na relação entre preços agrícolas e preços industriais, e que os problemas tendiam a se agravar. A saída, segundo os economistas cepalinos, era a industrialização mediante substituição dos produtos que eram importados de países ricos. A tese de substituição de importações encaixa claramente com a ideologia nacionalista de desenvolvimento, onde se produziria internamente os produtos industrializados visando uma diminuição expressiva nas importações afirma Nali de Souza (2009).

A busca pelo crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, nesse viés industrial e desenvolvimentista, se intensifica a partir dos anos 1950, baseado na implementação de programas de industrialização fortemente apoiados pelo Estado através do planejamento, como também pela sua articulação com o capital estrangeiro. Souza (2009, p. 161) afirma que na década de 1960, “o Brasil avançou na etapa mais difícil de substituição de importações de produtos intermediários e bens de consumo duráveis (...)”.

Na década de 1990, o processo de globalização alarga-se para inúmeros países. Neste processo de flexibilização e abertura de mercados, o Brasil adota a corrente neoliberal, fundamentando-se no livre mercado, em oposição às teses desenvolvimentistas. O pensamento desenvolvimentista tinha como premissa “planejamento econômico e ampla participação do Estado no processo produtivo” (SOUZA, 2009, p. 169).

A criação do Plano de Metas²⁸ impulsionou o crescimento econômico e o objetivo principal de industrialização rápida foi conquistado. Porém ocorre uma série de contradições que vieram a afetar a economia brasileira dos anos posteriores que Brum (2002, p. 254) destaca,

Ao adotar principalmente o capital estrangeiro e as emissões inflacionárias como fontes básicas de financiamento, sem acionar mecanismos mais profundos, Jucelino Kubichek armou, sem querer, uma bomba para o futuro. [...] A aceleração do crescimento econômico, baseado nas duas fontes referidas, tornou-se fator da crise do país no período seguinte, pois não havia condições para sustentar por longo tempo o ritmo expansionista.

Neste sentido, compreende-se o posicionamento que Furtado (2009) adotou na obra “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”. O autor afirma que “o subdesenvolvimento é por si mesmo um desequilíbrio no nível dos fatores – o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida (...)”. Segundo o autor, é necessário, antes da inserção de capital, uma estrutura sólida, que vai da mão de obra à infraestrutura.

Portanto, o desenvolvimento brasileiro deu-se através de investimentos industriais, em compensação a custo de salários estacionários, muito abaixo. O desenvolvimento futuro deve ser em “direção de um uso mais racional dos fatores e de uma distribuição menos desigual de renda social” afirma Furtado (2009, p. 234). Para o autor, o desenvolvimento só se realizará com participação ampla da sociedade, impedindo que a falta de objetividade leve novamente às incoerências e políticas falhas de outrora.

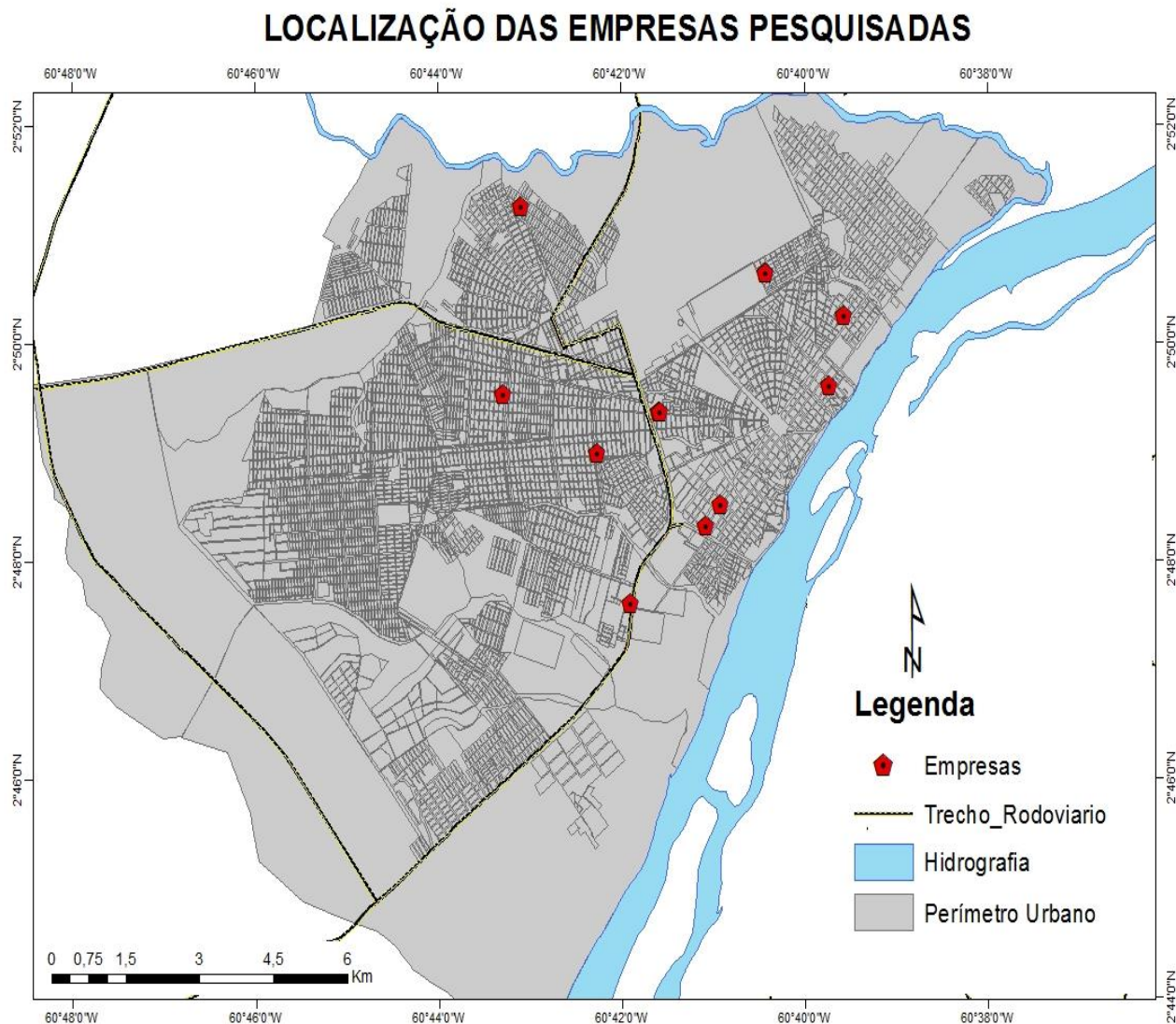
²⁸ Plano Quinquenal que visava acelerar o processo de industrialização, engajando totalmente o setor público, que deveria “realizar inversões de capital em obras de natureza denominada básica ou infraestrutura e facilitar e estimular as atividades e investimentos privados”. Seus objetivos gerais eram “elevar o quanto antes o padrão de vida do povo, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social” (REZENDE FILHO, 1999, p. 86).

3. 3 Arranjos Produtivos Locais contemplados na pesquisa

Segundo o SESI, o desafio para as micro e pequenas empresas, alvo desta pesquisa, é a ausência de metodologias específicas e apoio para execução de iniciativas à luz da RSE e do desenvolvimento sustentável. As causas dos problemas estão diretamente relacionadas ao fato de que elas desconhecem os principais conceitos e práticas e acreditam que uma gestão orientada para a RSE significa aumento de custo operacional e não estão inseridas em cadeias de multinacionais, que possuem políticas de apoio aos fornecedores.

A pesquisa contemplou os APLs de reparação de veículos e de confecções, ambos no município de Boa Vista. Ao alisar o aspecto da localização geográfica, percebeu-se que o município não apresenta gargalos intransponíveis do ponto de vista da funcionalidade dos APLs. O mapa abaixo contém a localização espacial das empresas visitadas/entrevistadas.

Mapa 3. Localização das empresas.

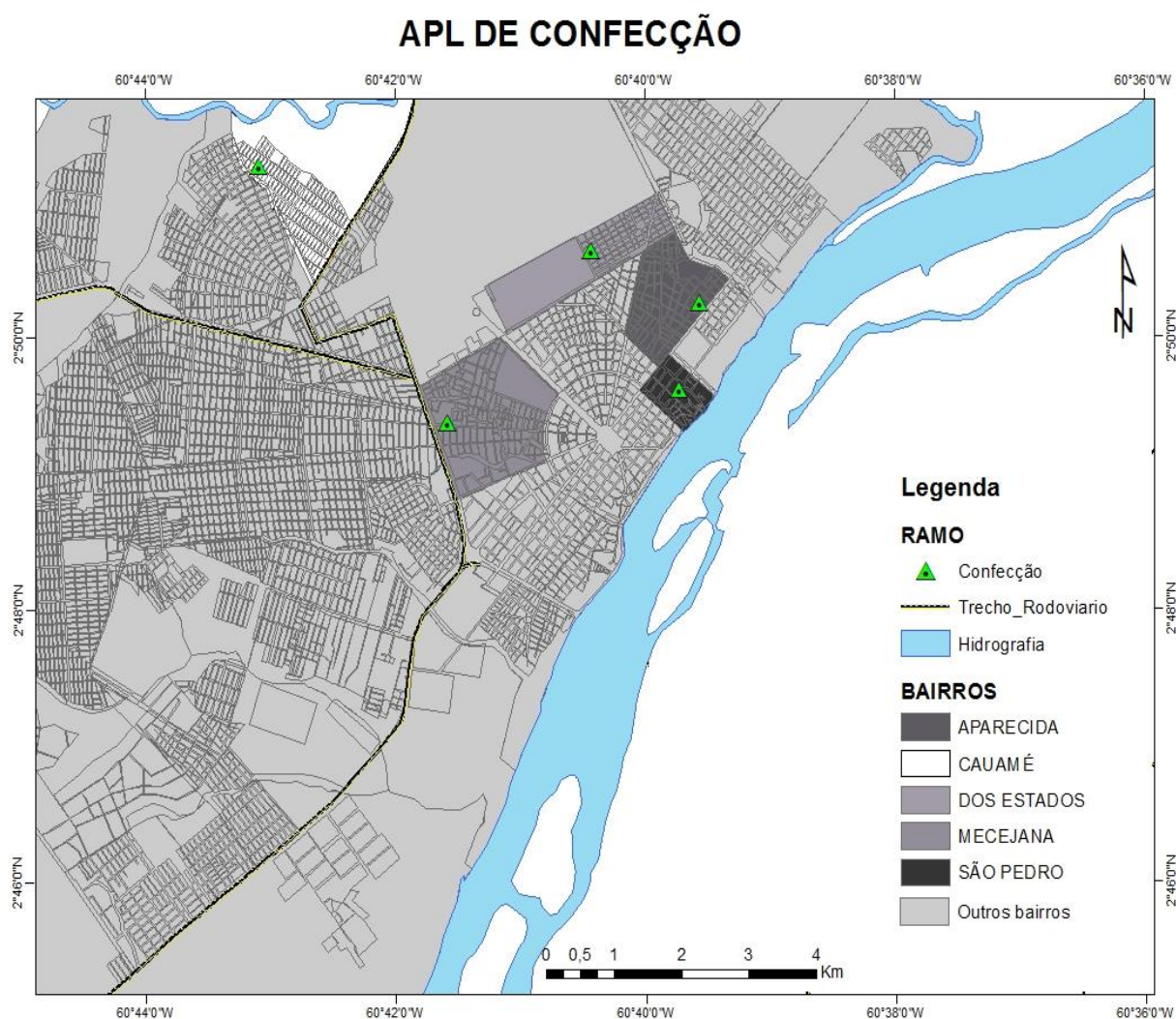


Fonte: Elaborado por Viviam Rodrigues (2014).

Dez micro empresas foram contempladas neste estudo, selecionadas por amostragem não probabilística, mas com enfoque qualitativo que coletam-se os dados sem que necessariamente seja representativo do universo. As micro e pequenas empresas são empresas com menor potencial econômico, conforme conceitua a legislação: "Consideram-se microempresas o empresário individual ou a pessoa jurídica que auferir renda bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)".

Isso posto, no APL de Confecções, foram selecionadas cinco microempresas. A empresa que representa o sindicato, ou governança do arranjo e outras quatro empresas de maneira aleatória. Para a coleta de dados foi utilizado, como instrumento nestas micro empresas, questionários semiestruturados, observação do ambiente físico e registro fotográfico. O mapa aponta a localização espacial e os bairros onde se situam as empresas.

Mapa 4. Localização das empresas entrevistadas no APL de confecção.

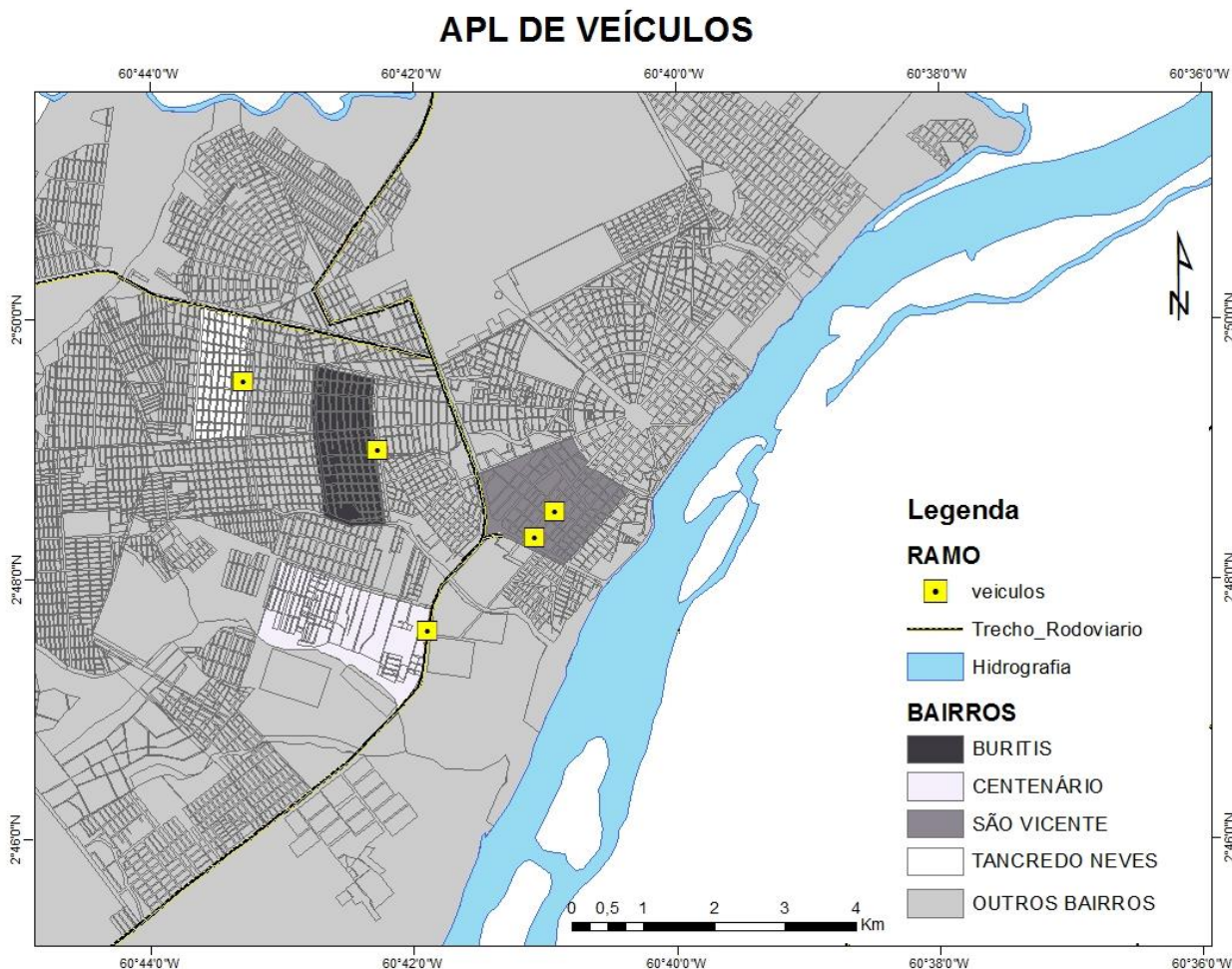


Fonte: Elaborado por Viviam Rodrigues (2014).

Nesta mesma ordem a pesquisa no APL de reparação de veículos, entrevista com a governança e outras quatro empresas. No mapa, verifica-se a dispersão das empresas. O fato se dá por que estas micro empresas, em sua maioria, localiza-se nas próprias

residências. Esta distância dificulta a sinergia entre os empresários, quanto mais próximas estiverem, maior a interação e troca de experiências que favorecem o desenvolvimento do grupo.

Mapa 5. Localização das empresas entrevistadas no APL de reparação de veículos.



Fonte: Elaborado por Viviam Rodrigues (2014).

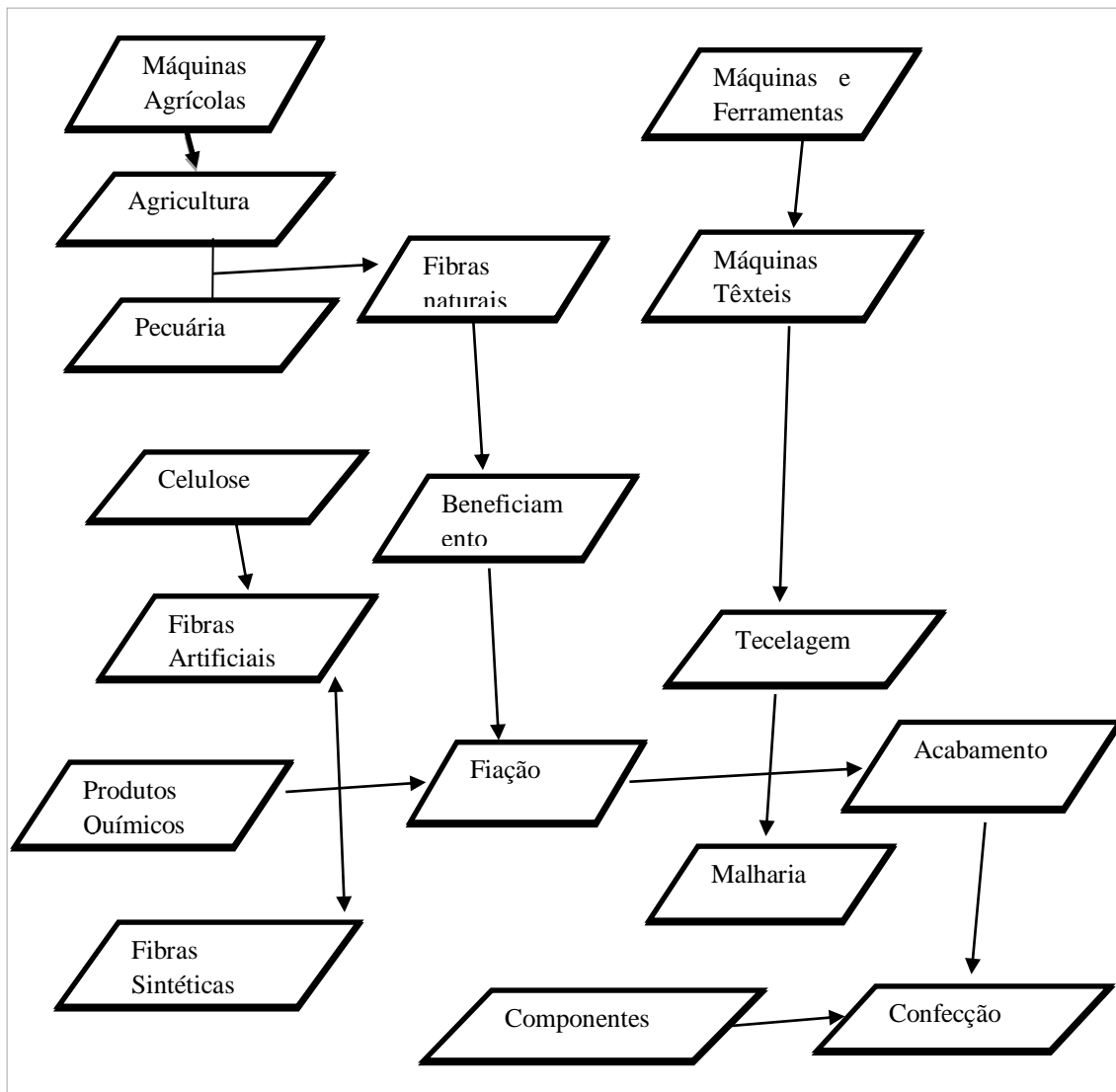
Atualmente, estas empresas enfrentam uma clientela mais exigente e informada que demanda uma atitude socialmente responsável das organizações. O conceito do desenvolvimento sustentável que vem sendo absorvido nestas micro e pequenas empresas está fortemente deturpado e atende as premissas de mercado, ou seja, a clientela exige, e a empresa percebe que para aumentar sua competitividade e continuar crescendo necessita se adequar aos preceitos da sustentabilidade.

Ignacy Sachs (2007, p.22) em suas contribuições teóricas, defende um modelo de desenvolvimento “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”. Para o teórico, ser socialmente justo necessita-se ter como meta a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macros sociais e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. E por fim, Sachs (1993, p.29-56) pontua alguns itens necessários para o planeta ser ambientalmente sustentável:

- Ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente;
- Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
- Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;
- Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;

Buscou-se avaliar o processo produtivo dos setores contemplados na pesquisa. O que se constatou é que por mais sustentável e menos poluidora que esta empresa se considera, em algum momento do processo produtivo haverá impactos ao meio ambiente.

Quadro 15. Cadeia produtiva de têxteis e confecções



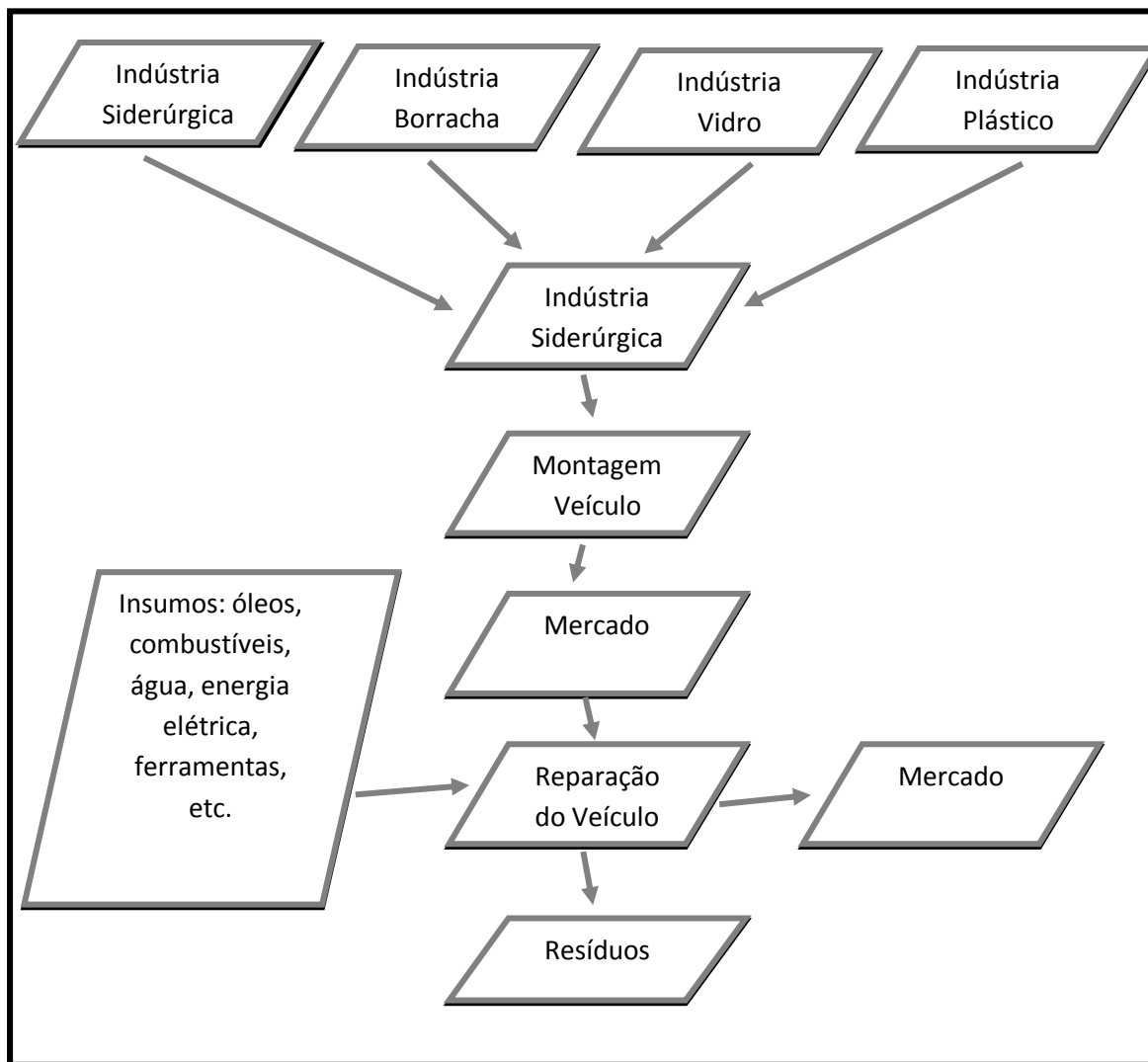
Fonte: Elaboração própria.

Neste quadro, estão destacadas as etapas do processamento da confecção. A linha de produção, portanto, apresenta em cada etapa utilização de recursos naturais. A existência de *outputs* negativos com resíduos químicos e sólidos para produzir o tecido. O desafio destas indústrias é aliar a busca da eficiência no uso de recursos e a necessidade de aumentar a competitividade industrial.

O processo produtivo da reparação de veículos apresenta significativos impactos, a cadeia econômica do setor automobilístico reflete em vasto campo de atividades. Das matérias primas e insumos, a linha de montagem, a indústria

automobilística e seus produtos têm profundos impactos no meio social, econômico e ambiental.

Quadro 16. Cadeia produtiva reparação de veículos.



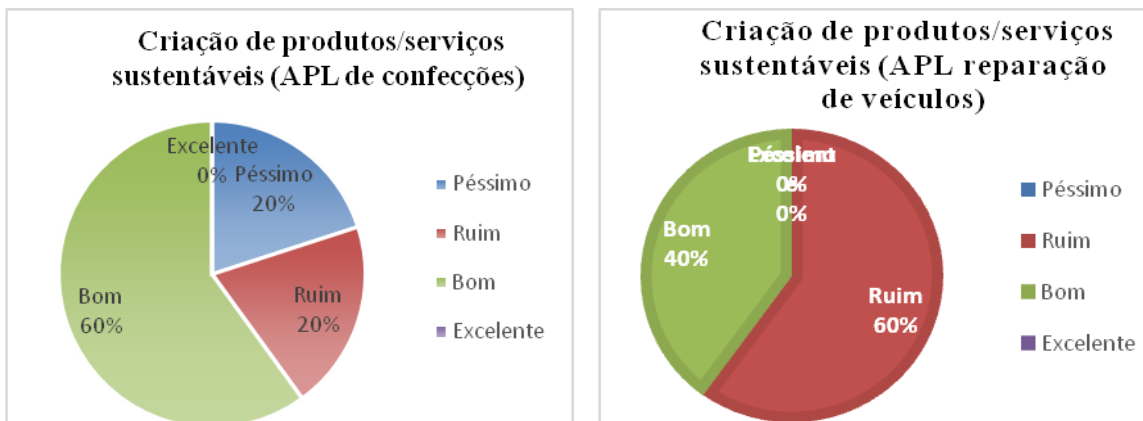
Fonte: Elaboração própria.

A geração de resíduos sólidos decorrentes do processo de reparação de veículos aumentou em tamanhas proporções que a natureza não mais suporta todos os resíduos em seu ciclo natural. Resíduos se constituem durante o processo produtivo, onde há sempre uma perda de matéria ou de energia. De acordo com a Abetre (2002), a geração de resíduos sólidos industriais perigosos no Brasil gira em torno de 2,9 milhões de toneladas por ano, sendo que somente 600 mil recebem tratamento adequado. Os 78% restantes são depositados indevidamente, sem qualquer tipo de tratamento.

Quando questionados sobre a sustentabilidade, 90% dos empresários em ambos

os APL's informaram que a produção e divulgação de relatórios de sustentabilidade é péssimo, apenas 10 % diz ser bom.

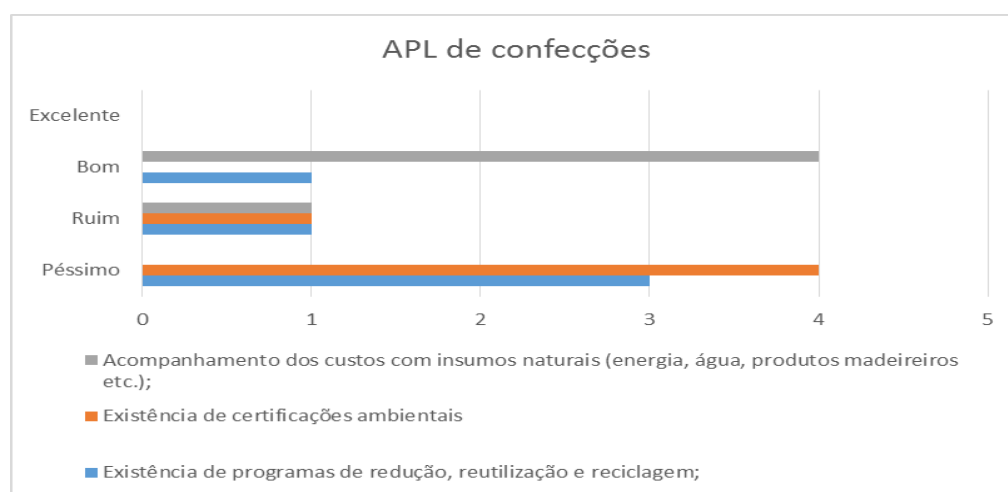
Gráfico 1. Criação de produtos/serviços sustentáveis.



Fonte: Elaboração própria.

Além do nível elevado neste indicador, outros indicadores apresentaram que a sustentabilidade está distante de ser uma prática incorporada nessas empresas. O controle e acompanhamento dos insumos naturais, existência de reutilização ou reciclagem. Na atividade desenvolvida nos APL's, a geração de resíduos sólidos é resultado do processo produtivo, pois um resíduo é gerado quando uma matéria-prima ou um insumo utilizado na produção não se converteu em produto final na atividade produtiva, seja no processo de reparação ou nas confecções.

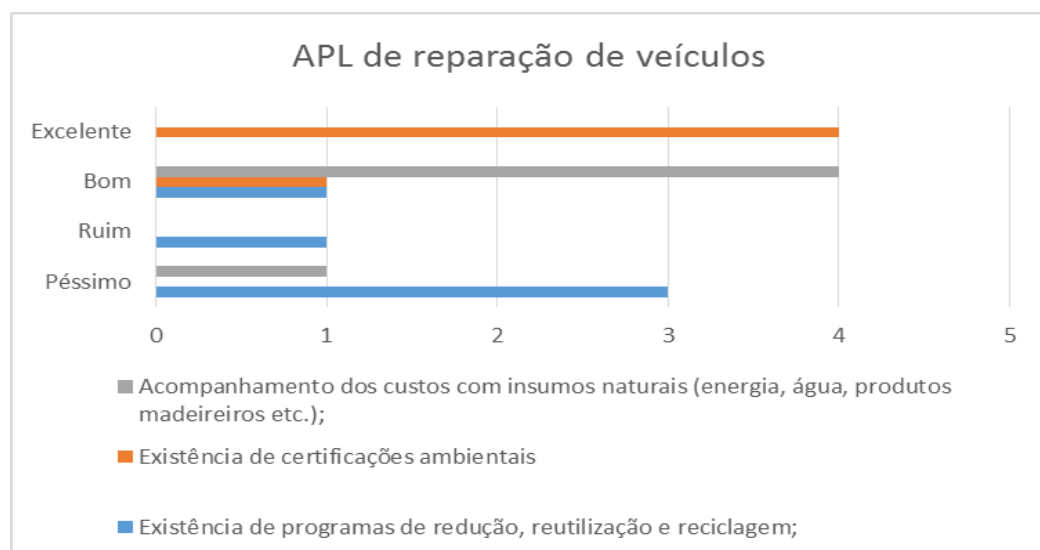
Gráfico 2. APL de confecções.



Fonte: Elaboração própria.

O gerenciamento eficaz de resíduos sólidos proporciona benefícios econômicos uma vez que permite que os materiais recicláveis que possuem valor comercial sejam vendidos nos mercados específicos para cada tipo material. O gráfico aponta que apenas uma das empresa pesquisadas afirma que existe um programa bom de redução, reutilização e reciclagem. O processo de gerenciamento de resíduos sólidos, cria condições de gerar benefícios sociais em várias esferas da sociedade. Desde a geração de emprego e renda aos trabalhadores que estão direta e indiretamente ligados as atividades de prestação de serviços ou indústria de reciclagem. O APL de reparação de veículos apresentou preocupação com a certificação ambiental e descarte de resíduos.

Gráfico 3. APL de reparação de veículos.



Fonte: Elaboração própria.

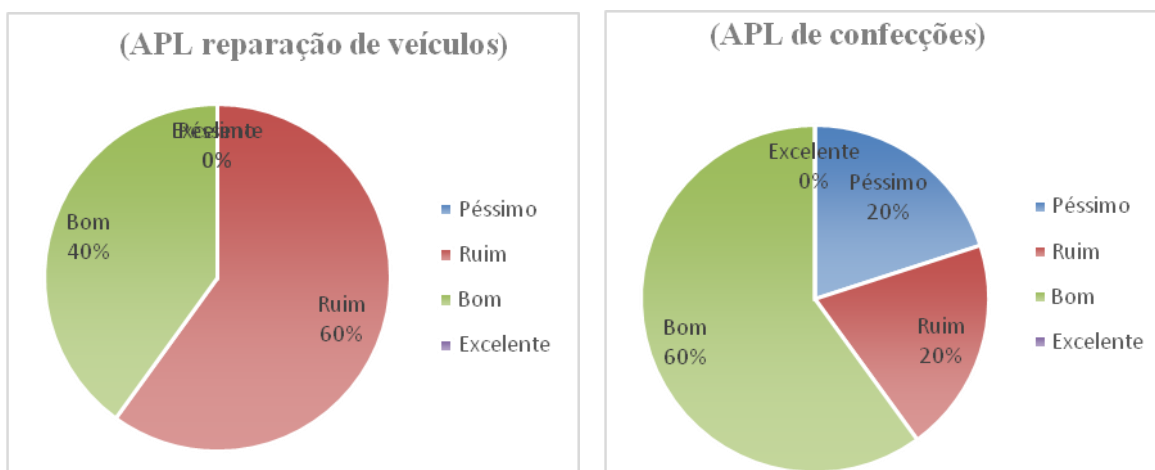
Os empresários informaram que tiveram suas empresas fiscalizadas pelos órgão de controle ambiental. Receberam um prazo de 20 dias para adequação, estas empresas descartam elevada quantidade de óleo de motor, que têm um forte impacto no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores. Após a fiscalização, os empresários adotaram práticas de controle e descarte do óleo utilizado.

Cabe acentuar a importância das parcerias público-privada, estas parcerias com prefeituras, governo e universidades podem agregar no desenvolvimento empresarial através de controle de custos e descartes, propiciar uma troca de experiências, e transformar os processos políticos cada dia mais benéficos. Mas é essencial, que o

empresário compreenda que a preocupação e gestão ambiental, não é mais função exclusiva do Estado, é de toda sociedade.

Perguntados sobre a existência de algum critério ou política que preconizasse a sustentabilidade na escolha, contratação e acompanhamento de fornecedores, os empresários informaram não ser uma preocupação, suas prioridades são entrega rápida e bons preços. Sobre conhecimento e gestão dos impactos ambientais causados pelos processos, produtos e serviços de suas operações próprias, tivemos as seguintes porcentagens:

Gráfico 4. Gestão de impactos ambientais.



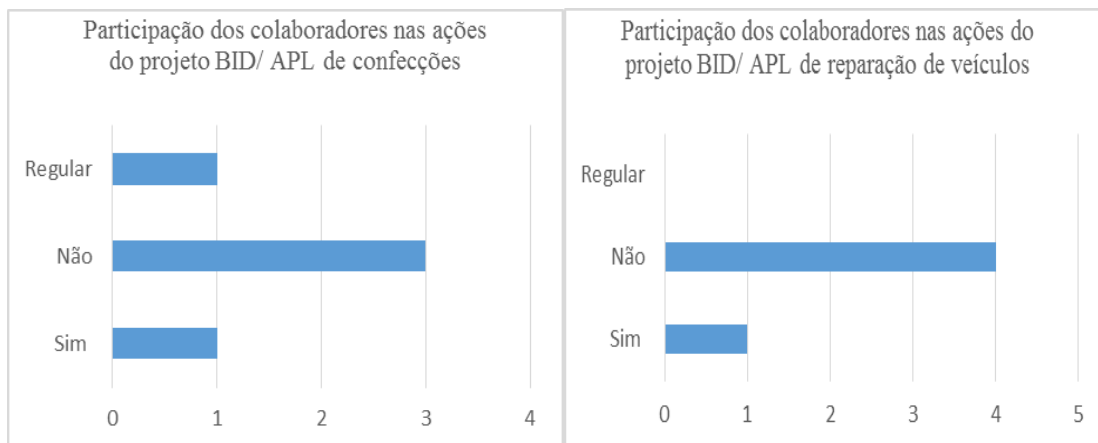
Fonte: Elaboração própria.

Para o indiano Amartya Sen, as questões de desenvolvimento, relacionando-as à economia do bem-estar, estabeleceu novos aportes interdisciplinares para as questões do desenvolvimento social, com reflexos latentes em matéria de direitos humanos, sustentabilidade e meio ambiente. Amartya Sen pauta-se na ideia central de que o desenvolvimento deva ser medido segundo o nível de liberdades qualificadas, das quais as pessoas desfrutam, enriquecendo, por via de consequência, a discussão sobre o conceito de sustentabilidade.

Quando se observa o posicionamento dos empresários, é possível notar alguns pontos alertados por Sen, como a necessidade da revisão do modo de produção e consumo vigentes, como a preocupação em envolver os colaboradores no projeto para

que saibam como trabalhar com redução de resíduos e consumo consciente, mas os resultados demonstram o baixo índice de envolvimento dos colaboradores no projeto.

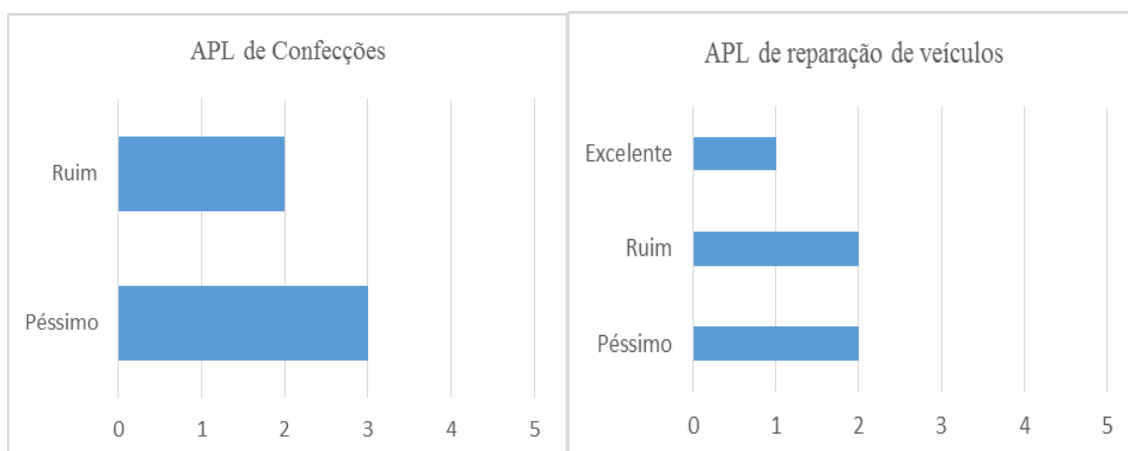
Gráfico 5. Participação dos colaboradores nas ações do projeto.



Fonte: Elaboração própria.

As consequências desta exclusão, limita o conhecimento de boas práticas dentro destas empresas. Um fator preponderante para um processo de produção e comercialização menos poluente é a conscientização do colaborador e do consumidor. O cliente precisa ser levado em consideração se o intuito do projeto é ampliar a competitividade destas empresas, mas para isso o empresário tem que perceber que a empresa adotou uma conduta sustentável. Porém os empresários indicaram dificuldade ao conscientizar seus colaboradores para um consumo consciente.

Gráfico 6. Conscientização de colaborador e cliente.



Fonte: Elaboração própria.

É insustentável atender apenas aos interesses voltados para a subsistência do sistema através do trabalho/lucro/consumo, impossibilitando o alargamento das liberdades humanas. Amartya Sen busca desenhar caminhos alternativos para pensar conceitos de desenvolvimento, economia, ética e sustentabilidade, de forma mais coerente em relação às reais necessidades humanas e sua consequente relação com o meio.

[...] atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. *Essa relação de mão dupla é central na análise aqui apresentada.* [...]. O êxito de uma sociedade deve ser avaliado, nesta visão, primordialmente, segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam [...]. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 33).

Mais do que pensar a questão do desenvolvimento como o aumento do desempenho econômico, é preciso pensar, antes, no oferecimento de oportunidades e qualidade de vida às pessoas, para desenvolverem adequadamente suas capacidades não só sob o prisma econômico, neste contexto. Sen oferece uma alternativa rumo a uma nova concepção de sustentabilidade à humanidade.

Esta perspectiva deveria ser apresentada aos empresários, para que compreendessem melhor o fundamento do desenvolvimento. Atualmente, os empresários entendem desenvolvimento como: “necessário para o empresário crescer”, “importante para a empresa continuar funcionando”, ou ainda “é o inverso do déficit”. Estas respostas são de poucos empresários que fizeram considerações sobre desenvolvimento, 30% dos entrevistados não souberam responder.

Não se pode negar que os APLs estão identificando pontos para atingir um desenvolvimento menos insustentável. No seu planejamento estratégico, encontram-se preocupações relacionadas às premissas da reciclagem e criação de materiais menos

danosos a saúde e meio ambiente. Destaca-se abaixo a análise SWOT²⁹, que é uma ferramenta utilizada pelos administradores para avaliar o ambiente interno e externo.

Quadro 17. Análise SWOT do APL de Confeccões.

<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> >Redução das taxas de juros para empréstimos e financiamentos; >Incentivo a inovação (prêmios); >Estabilidade institucional; >Moda da reciclagem; >Potencialidade de mercados internacionais vizinhos; >Número de empresas formalizadas ainda não sindicalizadas; >Interesse das instituições no fortalecimento do setor/sindicato; 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> >Falta de políticas de incentivo financeiro; >Burocracia para acesso ao crédito; >Excesso de leis trabalhistas; >Não há diferenciação para as pequenas indústrias; >Ausência de um pólo de confeccões; >Falta mão-de-obra qualificada; >Concorrência do setor público;
<p style="text-align: center;">PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> >Acesso a informações para todos os sindicalizados; >Formação de parcerias com instituições; >Abertura para participação de todos os sindicalizados e não-sindicalizados; >Persistência dos empresários; >Procurapelo conhecimento; 	<p style="text-align: center;">PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> >Baixo número de sindicalizados ao sindicato; >Não há regularidade no pagamento das mensalidades; >Baixa participação nas reuniões; >Descumprimento na pontualidade; >Sindicato sem estrutura física própria; >Não há profissionalização do sindicato; >Sistema de cobrança ineficiente; >Sistema de comunicação deficiente com os sindicalizados.

Fonte: Elaboração Própria.

O APL de confeccões percebe como oportunidade o desenvolvimento de moda da reciclagem. Já o APL de reparação de veículos percebe como oportunidade criar materiais menos danosos.

²⁹Em Administração de Empresas, a Análise SWOT também conhecido como FOFA, é um importante instrumento utilizado para planejamento estratégico que consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) da empresa.

Quadro 18. Análise SWOT do APL de Reparação de Veículos.

<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> >Novas tecnologias de trabalho; >Disseminação de informações pelos fabricantes, distribuidores e concorrentes; >Criação de materiais menos danosos à saúde e ao meio-ambiente; >Aumento da venda de veículos em Roraima; >Implementação da Lei de Manutenção Preventiva; >Número de empresas já formalizadas não sindicalizadas; 	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> >Falta de oferta de qualificação profissional; >Incidência de altos impostos; >Mudança na legislação; >Concorrência desleal; >Excesso de fiscalização às empresas formais; >Elevado número de negócios informais; >Falta de fiscalização aos negócios informais;
<p style="text-align: center;">PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> >Busca por conhecimento dos empresários do setor; >Investimento em tecnologia e nos trabalhadores; >Formação de parcerias entre os concorrentes; 	<p style="text-align: center;">PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> >Desunião dos associados; >Falta de participação nos eventos e reuniões do Sindicato; >Indefinição de objetivos; >Não cumprimento de compromissos com clientes; >Profissionais desonestos.

Fonte: Elaboração Própria.

Mas, quando questionados sobre a existência e/ou qualidade deste planejamento estratégico para a empresa, 50% das empresas do APL de Reparação de veículos, responderam que ele é péssimo, 33% considera bom, e 17% ruim. Já no APL de confecções, 60% considera o planejamento estratégico bom, 20% ruim e 20% péssimo. Dados que refletem a necessidade de maior envolvimento das empresas na construção de um planejamento, onde todos possam compreender e contribuir como parte interessada.

Fazer parte da formulação de estratégias³⁰ conhecer seus pontos fortes e fracos para elevar o nível de conhecimento do empresário sobre seus desafios. Compreender as oportunidades e ameaças que o setor enfrenta e contribuir para transposição dessas dificuldades além de unir os empresários em torno de objetivos comuns. A união dos

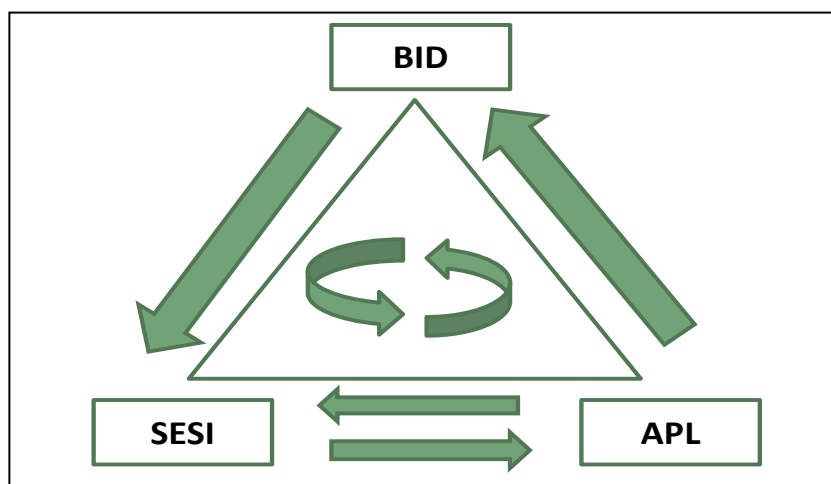
³⁰ Conceito de estratégia nasceu no cenário de guerra, as constantes batalhas fizeram com que os militares comesçassem pensar antes de agir, a condução das guerras começou a ser planejada com antecipação. Com o tempo o conceito passou por refinamentos e novas aplicações na área empresarial.

empresários do APL é apontado como um fator preocupante pelos setores nas suas análises.

Peter Drucker (1984, p. 133) conceitua planejamento como “o processo contínuo de, sistematicamente e com maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos”. O planejamento precisa maximizar os resultados e diminuir riscos, deve relacionar a eficiência, eficácia e efetividade da organização a fim de relacionar os objetivos a médio e longo prazo.

Em aglomerados produtivos, a confiança nas relações inter empresariais, a estabilidade de propriedade, o grau de proximidade geográfica das empresas e a longevidade das relações empresariais estimulam a produção da confiança nas ações do setor, promovendo maior efetividade. A proposição de ações práticas, estudadas e integradas para enfrentar as causas desses problemas pode resultar em avanços consideráveis para as empresas.

Tão importante quanto os fatores acima elencados, para o bom desempenho do projeto SESI/BID, é a comunicação que se estabilizou no triângulo:



A comunicação não serve apenas para divulgar e coletar informações. Serve também para verificar se algo ficou claro e foi entendido pelo receptor da informação. O SESEI organiza reuniões trimestrais com o BID, onde são relatadas as informações que partem dos estados. Segundo o BID, cada localidade possui uma realidade diferente:

Nós ajudamos na formatação do projeto, então a gente tem uma série de documentos com metas, objetivos e indicadores e isso a gente acompanha,

então, entre o executor que é o SESI e nós é com base em nossos relatórios e documentos – semestralmente eles (SESI) preenchem os relatórios de acompanhamento. Então o nosso relacionamento direto, é com o SESI nacional. O que não quer dizer que quando o SESI faz reuniões com os regionais, o BID não participa, quando possível estamos presentes. A partir dessas metas e indicadores repassados aos regionais, que os APL's recebem as informações, chegando lá não está de acordo, ocorre um feedback para que o nacional refaça algum indicador (entrevista BID 17/10/14).

O SESI nacional juntou os sete estados e os estados fazem a comunicação com os APL's e sindicatos, então hoje eu sei quem são os APL's e sindicatos que participam do projeto. Mas, a comunicação entre SESI e APL é pelo regional, e a gente periodicamente conversa com eles, e eles passam as dificuldades e verificamos o que pode ser melhorado (entrevista SESI, 15/10/14).

Os empresários questionam a ausência dos representantes do projeto na empresa.
A impressão pode ser percebida nas passagens,

Nesse projeto só fazem perguntas, e não tem resultados (empresa 09, 20/08/14).

Até o momento não percebeu nenhuma ação do projeto, não recebeu visitas dos técnicos para realizar o plano de ação e se sente desestimulada a continuar participando das reuniões (empresa 06, 18/08/14).

Muita burocracia e “blá blá blá”, seria melhor se as capacitações fossem mais objetivas e com termos fáceis de entender. Eles usam termos que nos nem entendemos do que se trata (empresa 03, 07/08/14).

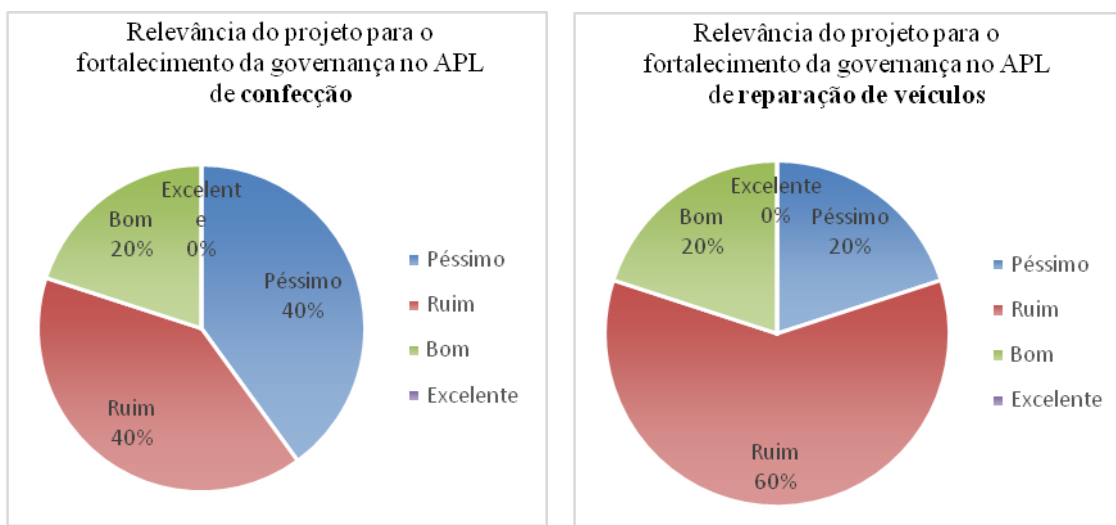
Para os empresários, os técnicos do projeto precisam estar mais próximos e considerar suas peculiaridades. De fato, a maioria dos problemas dos projetos são oriundos de falhas ou ruídos na comunicação. A ausência dos técnicos nas empresas desestimula-os e fortalecer a relação entre os APL's, SESI e BID, além de aproximar os empresários em torno dos objetivos do projeto.

Mas, para que as relações entre empresas do mesmo ramo de atuação se deem com maior eficácia, é preponderante a existência de um representante, uma governança que cobre as instituições em nome dos demais. A estrutura de governança pode tanto ser estabelecida por um contrato de relações, quanto informalmente percebido em um contrato psicológico entre as partes. No componente dois da minuta do projeto, consta a

preocupação em fortalecer e articular alianças entre governanças empresariais (MINUTA/DRAFT-V6, ANEXO A).

Os participantes do projeto consideraram sobre a relevância do projeto para o fortalecimento da governança no APL.

Gráfico 7. Relevância do projeto para fortalecer a governança.



Fonte: Elaboração própria.

Em ambos os APLs o posicionamento com relação ao fortalecimento da governança como resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto é majoritariamente ruim. Todos os entrevistados foram questionados se consideravam-se uma empresa independente ou parte de um grupo. 90% responderam que são independentes e apenas uma empresa considerou-se parte de um grupo. Este dado pode ser reflexo da fraqueza da liderança. Os participantes foram indagados se consideravam a governança estruturada e em funcionamento.

Em resposta, a empresa 09 do APL de confecções declara,

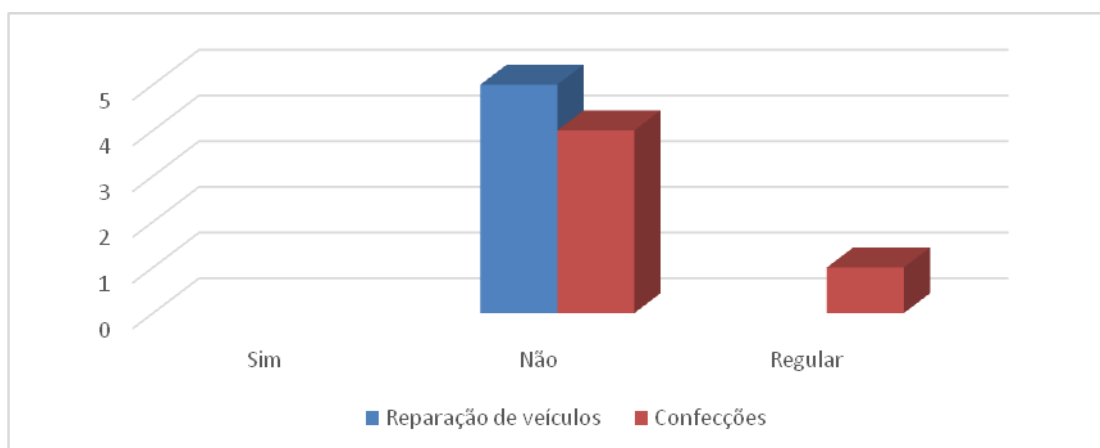
Não esta estruturada, funciona só para a presidente. Estou neste sindicato desde 1998 e nunca mudou de presidente. Nesse tempo, só o sindicato cresceu e os sindicalizados ficaram para trás, por isso que a indústria não cresce, não temos incentivo nem do sindicato, nem do governo (entrevista 09, realizada em 20/08/2014).

Os demais entrevistados apresentaram a mesma posição de descrença e carência de uma governança que atue em consonância e promova maior engajamento dos sindicalizados. A única posição positiva nas entrevistas foi das próprias governanças, tanto no APL de confecções como no de reparação de veículos ficou clara a distância entre a governança do APL/sindicato e os sindicalizados. A governança afirma estar estruturada, que executa o papel da governança ao organizar, fortalecer e defender o setor.

Além do fator governança, outros fatores internos e externos que exercem influência nos arranjos produtivos de confecção e reparação de veículos receberam destaque nas entrevistas e no questionário semiestruturado aplicado. Um fator apontado anteriormente por Amartya Sen na sua teoria do desenvolvimento, mas vale retomar a abordagem de Sen (1999, p. 32), que critica a forma de pensamento auto interessado para nortear as atividades econômicas e constituir a chamada economia do bem-estar voltada, ao hedonismo individualista somente.

No pensamento de Sen, está o fato de que o desenvolvimento, para gerar qualidade de vida, requer do Estado a concessão de a maior condições às pessoas. Para Sen, as oportunidades libertárias são condição fundamental ao desenvolvimento (2010). Neste caso, as empresas e APL's carecem de maior atenção para desenvolverem-se de modo sustentado.

Gráfico 8. Visão dos empresários sobre a participação governamental para desenvolvimento do setor.



Fonte: Elaboração própria.

Em entrevista, o setor de reparação descreveu um descontentamento com o apoio do governo, seja federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento do setor. A execução desse projeto auxiliaria os empresários e a comunidade que vive em torno destas oficinas, que sofre com o barulho e cheiro emitidos pelo trabalho de manuseio com lataria e pintura dos automóveis.

Faz dois anos que o governo do estado prometeu um espaço no distrito industrial para formar um condomínio industrial de reparação de veículos, mas até hoje nada foi feito e nós acabamos descreditados (entrevistado 04 em 08/08/2014).

Para o BID, este projeto tende a auxiliar os governos a desenvolver políticas públicas baseadas nos resultados dos diagnósticos utilizados no projeto. “Com o diagnóstico o governo pode desenvolver ações setoriais para fortalecer a economia local” (Entrevista BID, 2014). Mas o gráfico acima aponta a falta de investimentos governamentais para fortalecimentos das micro e pequenas empresas que compõem os APL's.

3.4 Considerações finais do capítulo

As micro e pequenas empresas que compõem os APL's pesquisados possuem influência na economia roraimense. Mas é necessário implantar premissas para atuação sustentável. Elas necessitam compreender todos os fatores que envolvem um desenvolvimento. O desenvolvimento, para além do crescimento econômico, levando em consideração a comunidade, os colaboradores e os recursos naturais.

De acordo com os dados coletados, foi possível identificar que o projeto não produziu a efetividade desejada, pela insuficiência de ações diretas nas empresas, os empresários não compreendem que na região amazônica, a preservação do meio ambiente deve ser fator primordial para manutenção das atividades produtivas.

Não no só através de projetos que utilizam o binômio desenvolvimento sustentável, mas através da execução de ações efetivas, que proporcionem mudanças concretas. Dentre outros fatores, a fraca cultura associativa enfraquece a organização e coordenação para alcance de metas setoriais, como acesso a crédito e formulação de políticas públicas para fortalecimento de arranjos produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do contexto histórico, ao qual se insere a problemática desta pesquisa, foi possível compreender a nova dinâmica que emergia no sistema mundial, que alcançaram até as mais remotas comunidades amazônicas. O capitalismo e a globalização seguem alterando a simbiose das nações, os novos temas como a governança, compreendida como um conjunto de práticas para desenvolver a relação com o ambiente externo, que envolve a participação de todas as partes interessadas nos processos de decisão.

O desenvolvimento sustentável, determina que as nações devem se dedicar a extinção da miséria atendendo as necessidades essenciais, e atendimento das necessidades presentes e futuras. Outro tema são os arranjos produtivos locais, que são aglomerações de agentes produtivos, onde o desenvolvimento é baseado em sólidos mecanismos de cooperação entre empresas.

A dissertação objetivou, investigar o conceito de sustentabilidade que se consolidava nos arranjos produtivos locais de Boa Vista. Estes arranjos, objeto desta pesquisa, são compostos por micro e pequenas empresas. Essas micro e pequenas empresas tem papel fundamental no desenvolvimento do Brasil, representam 99% do universo dos 6, 3 milhões de empresas brasileiras (ARAÚJO, 2014). Em 2012, estes APL's passaram a integrar um projeto piloto intitulado "Gestão sustentável para competitividade", e desenvolvido por duas instituições nacionais, SESI e BID.

O objetivo do SESI ao desenvolver o projeto é "ajudar a competitividade da indústria por meio de ações que aumentem a sustentabilidade da indústria e assim aumentar sua competitividade no mercado" (entrevista no SESI, 15/10/14) a percepção é que o projeto se direciona, apenas à maximização dos benefícios comerciais, esta lógica do desenvolvimento sustentável nos princípios capitalistas é extremamente contraditório.

Através da observação da dinâmica entre os atores envolvidos (APLs, SESI e BID), foi possível chegar a conclusões. Os empresários, mesmo os que participaram de todas as capacitações em responsabilidade social empresarial sob o tema desenvolvimento sustentável, tem dificuldade em compreender o significado de sustentabilidade. Para os entrevistados sustentabilidade é "trabalhar sem agredir a

natureza” (empresa 07, 20/08/14), 40% dos entrevistados nem sabiam dizer o que entendem por sustentabilidade.

Este entendimento da sustentabilidade é míope, desconsidera os milhões de famintos. O termo tornou-se uma proposta de ideal a ser atingido, mas ainda é utilizado de maneira incoerente, e transformou-se num modismo, sem esclarecimento crítico. Para tornarem-se competitivas as empresas entram numa busca incondicional pelo crescimento, pela quantidade, pelo dinheiro, com o menor investimento possível, a máxima rentabilidade, concorrência mais agressiva em menor tempo.

Por esta perspectiva, de ser sustentável para ser competitivo, o conceito de desenvolvimento sustentável torna-se discrepante e enganoso. Esta lógica é diferente da sustentabilidade, a sustentabilidade é includente, dinâmica, cooperativa e prevê a coevolução. A falta de apoio adequado, conhecimento e recursos tornam-se desafios que distanciam os empresários do desenvolvimento sustentável.

Para promover maior sinergia entre os APL's de Roraima, governo e sociedade, é preciso consolidar a governança nos APL's. Uma das finalidades do projeto é fortalecer a governança nos APL's. A governança é compreendida como um conjunto de práticas para desenvolver a relação com o ambiente externo, que envolve a participação de todas as partes interessadas nos processos de decisão.

A governança exerce influência significativa tanto se pensada globalmente, como localmente ao orientar as ações, regras e *modus operandi*. Se a governança não for efetiva, ou se sua atuação não estiver baseada nos princípios éticos que beneficiem a totalidade, a governança perde o sentido e não existe efetivamente. Portanto, nos APL's, não existe governança, e nem foi desenvolvido uma.

Para os empresários não existe governança, o que existe é um representante, mas detecta-se a carência de uma governança que atue em consonância e promova maior engajamento dos sindicalizados. Mesmo assim, sem o apoio da maioria os técnicos do SESI denominam os presidentes dos sindicatos como a governança do APL. Este pode ser o entrave para a ineficiência percebida no projeto. Torna-se desgastante para o empresários executar ações e participar das etapas do projeto se ele não concorda com seu representante e deseja mudança.

Estes APL's necessitam melhorar a governança, para alcançar objetivos comuns, e potencializar o desenvolvimento local, levando em consideração os padrões ambientais, e a cultura regional. Neste ponto, chama-se a atenção governamental, que fecha os olhos para o potencial que essas micro e pequenas empresas possuem. A falta de políticas públicas desestimula os empresários e favorece o descaso com a comunidade, com a legislação, o pagamento de impostos e meio ambiente.

Roraima é o único estado da região norte a executar o projeto "Gestão sustentável para a competitividade", mas a metodologia aplicada aos outros estados manteve-se. É preciso destacar que as demais regiões do país diferem-se das demandas exigidas na Amazônia. Os aspectos geográficos, com limitações logísticas e demais características carecem de outras iniciativas.

Para os empresários entrevistados, o projeto deveria ter mais ações efetivas dentro da micro e pequenas empresas, pois estas, necessitam ainda de melhorias estruturais, ainda batalham pela manutenção de suas empresas no mercado. Os empresários não possuem ferramentas básicas para um planejamento que lhes proporcione um caminho a seguir, então como estes micro empresários podem compreender o real valor do desenvolvimento sustentável?

Antes de praticar determinadas metodologias de cunho conceitual, é necessário conscientizar o empresário dos custos ambientais e sociais. Ao compreender as vantagens competitivas que a valorização dos colaboradores e conhecimento dos impactos gerados pelo seu processo produtivo, o empresário se dedicará a implementação de projetos, que tem como premissa a difusão de uma cultura empresarial comprometida com valores, que vão além de suas necessidades básicas de sobrevivência no mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETRE – Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos. **Brasil trata apenas 22% dos resíduos industriais perigosos**. 2002. Disponível em: <http://notes.abcp.org.br:8080/Producao/clipp/clipp.nsf/59dac160bc7df2ba03256aef00407549/659904c56925e12983256bae003efc4f?OpenDocument> acesso em 04 de outubro de 2014.

ALMEIDA, P. R. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. In: SARAIVA, J.F.S. (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. Saraiva, São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Rodrigo Ferraz de. **Visão dos empresários sobre governança e desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLs) de móveis e de confecções de Ubá e região (Minas Gerais)**. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro, 2006.

AMORIM, Mônica Alves. **Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.

ARAÚJO, Roberto. **A sustentabilidade e as pequenas e médias empresas**. Revista Consulex, Ano XVIII, Nº 429, 2014.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1973.

BARROS N. **Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional**. Editora Universitária. Recife, UFPE. 1995

BATISTA, D. **O complexo Amazônico: análise do processo de desenvolvimento**. Valer, Manaus, 2007.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Geramond, 2009.

_____. **Ciência, tecnologia e inovação para conhecimento e uso do patrimônio natural da Amazônia**. Seminário temático para a 3ª conferência nacional CT & I. Revista Parcerias Estratégicas: Brasília, 2005.

_____; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro, 2 ed. Bertrand Brasil, 1994.

BENCHIMOL, S. **Amazônia-Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

BENERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém, 2 ed. UNAMAZ, 2006.

BIZZO, Maria Nilda da S. **O Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico e as Políticas Ambientais do Banco Mundial – o caso do Planaflores de Rondônia.** (Dissertação) Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BORGES, D. D. In: **Direito Internacional e Desenvolvimento.** Organizado por Alberto do Amaral Júnior. Manole. São Paulo, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais. **Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.** Brasília, 2006.

_____. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.** MMA: Brasília, 2008.

BRIGAGÃO, Clóvis e RODRIGUES, Gilberto. **Globalização a Olho Nu. O mundo conectado.** São Paulo:Ed. Moderna, 1998.

BRITO, D. C. de. **A modernização da superfície.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 22 ed. Petrópolis/Ijuí: Vozes/UNIJUI, 2002.

BRÜSEKE, F. J. **Incertezas de sustentabilidade na globalização/** Leila da Costa Ferreira, Eduardo Viola (orgs.). São Paulo, Editora UNICAMP, 1996.

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 306-321.

CAMARGO, Sonia de. **Governança Global: utopia, desafio ou armadilha?** IN: Governança Global: Reorganização da política em todos os níveis de ação. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. Nº 16, 1999.

CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais: Projeto Promos - Sebrae - BID: versão 2.0.** Brasília: Sebrae, 2004.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M; STALLIVIERI, Fabio. Introdução: Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. IN: CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M; STALLIVIERI, Fabio (ORGs). **Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento: experiências de políticas.** Vol. 2, Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

_____; LASTRES, H. M. M. (Eds.). **Globalização e inovação localizada.** Brasília, IBICT/MCT, 1999, p. 72-108.

CASTELLS, Manuel. A crise da democracia, governança global e a emergência da sociedade civil global. IN: **Seminário por uma Governança Global Democrática.** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

CASTRO, Edna; VEJMEKKA, M.; WILLI, B (orgs). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CERVO, A. L. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871) In: SARAIVA, J.F.S. (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo, Saraiva, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. 2. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONTERATO, M. A. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2009.

COUTO, Ronaldo Costa. **A história viva do BID e o Brasil**. DELREY, 2002.

DINIZ, A. M. A. **A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima**. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: v.13, n.21, p.44 - 59, 2003B.

_____. **Frontier evolution and mobility in volatile frontier settlements of the Brazilian Amazon**. (Tese) Doutorado. Arizona State University, 2002.

DRUCKER, Peter. **Introdução a Administração**. São Paulo: Pioneira, 1984.

ESTATUTO DA MICROEMPRESA: **Lei no. 7.256, de 27.11.84**, regulamentada pelo decreto no. 90.880 de 30.01.85 e legislação complementar. São Paulo: Saraiva, 1987.

Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER). **Panorama das indústrias do estado de Roraima**. Boa Vista/RR: FIER, 2013.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém, 2 ed. UNAMAZ, 2006.

FERRAJOLI, Luigi. **A Soberania no Mundo Moderno**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREY, Klaus. **Development, good governance and local democracy**. Brazilian Political Science Review, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S198138212008000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de julho de 2014.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, G.; ZIBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs). **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo, UNESP, 2001.

GONÇALVES, Alcindo F. **Governança global e regimes internacionais**. Alcindo Fernandes Gonçalves; José Augusto Fontoura Costa. São Paulo: Almedina, 2011.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

HOLSTI, K. J. **Governança sem governo: a poliarquia na política internacional europeia do século XIX**. IN: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (orgs). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Oficial de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KRASNER, Stephen D. **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, José E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Novembro de 2003**. Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf acesso em 08 de agosto de 2014.

LEMONS, C.; ALBAGLI, S. SZAPIRO, M. **Políticas de promoções de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios atuais**. IN: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J. E (org). *Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

LOHBAUER, Christian. **Governança Global: regras para ordenar um mundo anárquico**. IN: *Governança Global: Reorganização da política em todos os níveis de ação*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. Nº 16, 1999.

LÓPEZ, A.; LUGONES, G. Los sistemas locales en el escenario de la globalización. In: LYRA JUNIOR, A. A. e BELLINTANI, A, I. *A região amazônica e o desenvolvimento sustentável no Brasil*. In: XAVIER, L de O, AVILA, C.F.D, Fonseca, V. (Org.) **Direitos Humanos, cidadania e violência no Brasil: estudos interdisciplinares**. volume 1. 1 ed, Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 271-291.

LYRA JUNIOR, Américo Alves de. **Cinema e Relações Internacionais: Dr. *Strangelove* e as relações internacionais da Guerra Fria**. (prelo) 2014.

MAFFRA, Lourrene. **Comunidades epistêmicas: estudo sobre a regulação do uso de células-tronco no Brasil**. Janus. Net e-jornal of International Relations, vol. 4, nº 1, maio-outubro de 2013. Disponível em: www.observare.ual.pt/janus.net/pt_vol4_n1_art6. Acesso em 17 de setembro de 2014.

MAFRA, R. M. O; ABREU, C. A. L. **Introdução à geopolítica. A defesa nacional**. N. 674, p. 51-90. Rio de Janeiro, 1977.

MYTELKA, L.; FARINELLI, F. **Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness**. Rio de Janeiro, Instituto de Economia/UFRJ. *Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*, 2003.

NASCIMENTO, E. P.; DRUMOND, J. A. **Amazônia: Dinamismo Económico e Conservação Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NASSER, S. H. **Direito Internacional e Desenvolvimento**. Organizado por Alberto do Amaral Júnior. Manole. São Paulo, 2005.

NOJIMA, Daniel. **Teoria do desenvolvimento e economia regional: uma análise da experiência brasileira, 1995-2005**. (Tese) doutorado, Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVER, Amalya L.; EBERS, Mark. **Networking network studies: An analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships**. Organization Studies, Vol. 19, 1998.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.

PROCÓPIO, A. O multilateralismo Amazônico e as fronteiras da segurança. In: PROCÓPIO, A. (Org). **Relações internacionais: os excluídos da arca de Noé**. São Paulo, Hucitec, 2005.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos da sustentabilidade. IN: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. Ed. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

REZENDE FILHO, C. B. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Panorama e Vetores do desenvolvimento de Roraima 2013**. Técnico Responsável: Márcio Jânio Campos de Azevedo. Elaborado pela Divisão de Estudos e Pesquisas. 1º Edição. Boa Vista, 2013.

_____, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. mapa color. In: Britannica Escola Online. Web, 2014. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/assembly/145952/>>. Acesso em: 31 de março de 2014.

_____, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Plano de Desenvolvimento de Roraima IPDR**. Secretaria de Estado e Planejamento Indústria e Comércio. Boa Vista, 1992.

_____, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Plano Plurianual 2008-2011/ Plano de desenvolvimento sustentável**. SEPLAN, Boa Vista, 2007.

_____, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Plano Plurianual 2012-2015/ Plano de desenvolvimento sustentável**. SEPLAN, Boa Vista, 2011.

_____, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN). **Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista – RR 2013, 3ª**

Edição. Elaborado pela Divisão de Estudos e Pesquisas. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2013.82p.

_____, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Panorama e Vetores do desenvolvimento de Roraima 2013**. 1º Edição, Volume II. Boa Vista, 2013.

ROSENAU, J. N. Governança, ordem e transformação na política mundial. IN: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (orgs). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Oficial de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Primeiras Intervenções**. IN: PINHEIRO, E. N.; VIANNA, J. N. (orgs). Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil. Rio de Janeiro: Geramond, 2007.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. **Arranjos Produtivos Locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento**. Belém: ADA, 2004.

SANTOS, Marcos R. **Arranjos Produtivos Locais e Biodiversidade na Amazônia: perspectivas de APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos e resultados das iniciativas de apoio nos municípios de Manauara e Barreirinha-AM**. (dissertação de mestrado), USP: 2011.

SANTOS, Nélvio. Paulo. Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. (Tese Doutorado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA. Belém, 2004.

SARAIVA, José. F. S. (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo, Saraiva, 2007.

SCHMITZ, H. **Collective efficiency: growth path for small-scale industry**. The Journal of Development Studies, v. 31, n. 4, abril 1995, p. 529-566.

SCHMITZ, H. **Pequenas empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos**. Paper apresentado no Seminário “Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão”. São Paulo, FEA/USP, 1989.

SEBRAE. **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Locais: Projeto PROMOS/ SEBRAE / BID Versão 2.0**. Edição SEBRAE: Brasília, 2004.

_____. **Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Edição SEBRAE. 1ª Edição. Brasília, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo, Cortez, 2010.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. Tradução de Círculo do livro Ltda. São Paulo, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, R.; FURTADO, J. **Estruturas de Governança e Cooperação em Arranjos ou Sistemas Produtivos Locais**. Texto apresentado no Seminário “Arranjos Produtivos Locais como Instrumentos de Desenvolvimento”, promovido pelo BNDES – Rio de Janeiro, 26 e 27 de outubro de 2004. 39p.

TRETER, J.; KELM, L. M. A questão da Governança corporativa nas organizações cooperativas. In: **ENEGETP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 24, 2004, Florianópolis. ABEPRO, 2004. p. 3270-3277.

VAINER, Carlos B. **Projeto Globalização, Políticas Territoriais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR, CNPq, 2003.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CASTRO, José Márcio de. **Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais: Reflexões sobre Aglomerações Produtivas**. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 81-97, mar. 2010.

VARGAS, Marco Antônio. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil**. (tese de doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2002.

VIGEVANI, Tullo. **Obstáculos e possibilidades para a governabilidade global**. IN: *Governança Global: Reorganização da política em todos os níveis de ação*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. Nº 16, 1999.

VILLELA, Lamounier Erthal. PINTO, Mario Couto Soares. **Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro**. 1067-1089, Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública (RAP)*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n5/v43n5a05.pdf>> acesso em: 05 de julho de 2014.

VIOLA, E. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. São Paulo, Editora UNICAMP, 1996.

VISCAÍNO JÚNIOR, M. M. **Repensando o desenvolvimento diante da globalização capitalista e das novas demandas da educação**. (dissertação) Mestrado, São Paulo, 2008.

WORLD BANK. *Governance and Development 1992 Banco Mundial*. Washington, D.C. 1992. Disponível em: <[http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance and Development 1992.pdf](http://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Governance%20and%20Development%201992.pdf)>. Acesso: 05 de julho de 2014.

ANEXO A: Minuta/DRAFT-V6

MINUTA/DRAFT (V6)

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES
ABSTRACTO DEL PROYECTO

I. DATOS BÁSICOS DEL PROYECTO

Título del Proyecto:	Brasil: Apoyo a la pequeña y mediana para implantar medidas de responsabilidad social empresarial (RSE)	
País y Número del Proyecto:	BR-M1066	
Beneficiarios:	Los beneficiarios del Proyecto incluyen: (i) al menos 360 PYME en las que se implantará RSE; y (ii) 2.000 empresas sensibilizadas.	
Equipo de Proyecto:	Daniel Shepherd (MIF), Jefe de Equipo; Maritza Vela (MIF); Estrella Peinado-Vara (MIF); Ruben Duboin (MIF); Luciano Schweizer (MIF/CBR); y XX (LEG)	
Agencia Ejecutora:	Servicio Social da Indústria Departamento Nacional (SESI)	
Financiamiento:	FOMIN (no reembolsable):	US\$ 1.700.000
	Contrapartida local:	<u>US\$ 2.300.000</u>
	Total:	US\$ 4.000.000
Fechas Tentativas:	ESR: junio 2009	VPP: septiembre 2009
	QRR: septiembre 2009	Donantes: octubre 2009
Clasificación:	SME/CSOR	

II. ANTECEDENTES

A. Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

- 2.1 A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se define como o comportamento das empresas baseados em valores éticos e princípios de transparência que incluem uma estratégia de melhoria continua em sua relação com as partes interessadas, tais como clientes, fornecedores, acionistas, consumidores, meio ambiente, comunidades, governo e sociedade em geral. O conceito de RSE incorpora assuntos relacionados com os direitos humanos, medidas anticorrupção, meio ambiente, condições de trabalho e ações comunitárias, ente outras.
- 2.2 A RSE pede compromissos com os diversos atores sociais que a empresa se relaciona e possui interesses específicos. O conceito chama a atenção de um público crescente, mas na prática permanece pouco explorado. O tema surgiu como uma preocupação mais concreta nas três últimas décadas em ambientes de vanguarda nos países desenvolvidos e apenas nos últimos anos começou a ser difundido nos países em via de desenvolvimento, em meio a enormes dificuldades devido ao nível precário de capitalização das empresas, que às

vezes enfrentam contradições econômicas. A compreensão de RSE tem conseqüências pouco claras sobre custos e processos e frequentemente as micro e pequenas empresas não sabem como implantar uma política empresarial coerente e articulada. Além disso, muitas percebem a RSE como um tema aplicável somente nas grandes empresas, apesar de reconhecerem que é um tema cada vez mais importante para sua própria existência.

B. RSE no Brasil

- 2.3 A norma brasileira de responsabilidade social NBR 16001 define a RSE da seguinte maneira: “*Responsabilidade Social é a relação ética e transparente da organização com todas as partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável.*” Os círculos empresariais brasileiros têm claros os compromissos que devem assumir para poder afirmar que suas empresas têm uma verdadeira política de RSE, mas as pequenas e, sobretudo as micro empresas se encontram distantes da problemática. Em algumas cadeias produtivas estruturadas, lideradas por empresas multinacionais, já existem políticas de RSE para seus fornecedores, mas para a grande maioria das micro e pequenas empresas, é um tema simplesmente desconhecido. Inclusive, dentro das cadeias de fornecedores, os avanços são às vezes pouco sistemáticos e experimentais. Estes avanços têm lugar no âmbito territorial de sindicatos patronais e nos Arranjos Produtivos Locais (APL)³¹, enquanto que nos grupos e redes empresariais, os avanços estão a mercê do compromisso pessoal de empresários que podem possuir ou não compromisso social ou visão de futuro.
- 2.4 O *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos)* é a organização pioneira no tema de RSE, no Brasil como também na América Latina. Ethos apóia as empresas na incorporação do conceito de RSE em seu trabalho diário através do desenvolvimento de indicadores de RSE para MPME. O Ethos está executando um projeto com apoio do FUMIN que visa à implementação de medidas de RSE em MPME ligadas à cadeia de valor de novas empresas âncora, cada uma destas empresas âncora participa com 10-15 MPME dentre o total de empresas vinculadas a sua cadeia.³²
- 2.5 O *Serviço Social da Indústria Departamento Nacional (SESI)* é uma entidade integrante do Sistema Indústria liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil, e criada em 1946 tendo por missão a promoção da qualidade de vida do trabalhador, por meio dos serviços de educação, saúde e estímulo à gestão socialmente responsável da empresa industrial. Atualmente tem ações em aproximadamente 2.000 municípios em todo o Brasil. Os

³¹ Arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre as mesmas empresas e com outros atores locais, tais como agências do setor público, associações empresariais, instituições de crédito e entidades de ensino e pesquisa.

³² Brasil: Implementação de medidas de responsabilidade social empresarial em pequenas e médias empresas (ATN/ME-9332-BR).

programas do SESI estão focados em atender ao trabalhador e à indústria em seu próprio estabelecimento.

- 2.6 O SESI definiu em seu Plano Estratégico para o período 2006-2010 o tema de RSE como uma de suas principais diretrizes. Foram estabelecidas linhas de serviços para a prática da gestão socialmente responsável e estão sendo desenvolvidos esforços para aprofundar o conhecimento, definir parâmetros metodológicos, ampliar a relevância e presença da instituição no movimento da RSE no Brasil e formar equipes capazes de orientar as empresas neste campo de posicionamento empresarial.
- 2.7 Em suas ações focadas na disseminação do conceito de RSE, em 1996, o Serviço Social de Indústria Departamento Nacional (SESI) criou o “*Premio SESI Qualidade do Trabalho*” (PSQT). O prêmio se baseia em critérios de avaliação que analisam o sistema de gestão dos recursos humanos, educação e desenvolvimento, qualidade de vida e desenvolvimento socioambiental. O número de empresas participantes aumentou drasticamente nesta década já que em 1996 foi de 338 empresas e em 2007 participaram mais de 2.400 empresas. Destas 2.400 empresas, aproximadamente 85% são micro e pequenas empresas o que é uma mostra do interesse em adotar medidas de RSE em suas empresas. O interessante é que o Prêmio SESI era inicialmente monetário e em um determinado momento, as empresas solicitaram a transformação em um Prêmio de Divulgação. Portanto, pode-se dizer que o incentivo das empresas é a reputação desejada por reconhecimento público devido à adoção das medidas responsáveis em suas operações. É uma resposta positiva ao SESI em sua ação na temática da RSE.
- 2.8 Mais recentemente, com a experiência do PSQT, o SESI desenvolveu uma ferramenta de diagnóstico e avaliação – Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho – que tem como objetivo, a partir de indicadores de práticas e de performance empresarial, fomentar a adoção de novos valores e práticas de gestão e valorização das pessoas. Com essa ferramenta, o SESI pretende contribuir para a melhoria do processo de gestão das ações das empresas industriais, priorizando a relação com seu público interno e as condições de trabalho, aspectos preponderantes para a prática da responsabilidade social e sua sustentabilidade. Ademais, um dos objetivos da ferramenta é estimular a excelência na gestão da sustentabilidade e da qualidade do trabalho, fator esse que impulsionará o SESI a elevar a qualidade de seus programas e, conseqüentemente, tornar-se provedor de soluções sociais às empresas industriais brasileiras.

C. Problema

- 2.9 O principal problema para as micro e pequenas empresas (MPE) alvo deste projeto é a ausência de metodologias específicas e apoio para execução de iniciativas à luz da RSE e do Desenvolvimento Sustentável - DS. As causas do problema estão diretamente relacionadas ao fato de que elas desconhecem os principais conceitos e práticas, acreditam que uma gestão orientada para a RSE significa aumento de custo operacional e não estão inseridas em cadeias de multinacionais, que possuem políticas de apoio aos fornecedores.

- 2.10 Além disso, atualmente, estas empresas enfrentam uma clientela mais exigente e informada que demanda uma atitude socialmente responsável de todas as empresas. O fato das empresas desconhecerem os conceitos e práticas de RSE e DS pode reduzir a competitividade e bloquear novas oportunidades de mercado
- 2.11 Acredita-se que a proposição de ações práticas, estudadas e integradas para enfrentar as causas desse problema possa resultar em avanços consideráveis. As ações aqui propostas possuem caráter prático e foco em variáveis sobre as quais se pode, de fato, interferir.

D. Projeto proposto

- 2.12 Este Projeto pretende, através de uma instituição de alcance nacional, com alto grau de penetração social e capaz de cobrir grande parte da indústria brasileira, promover o uso de RSE entre MPE. A intenção é criar a capacidade, através da formação de recursos humanos, para a sua disseminação no tecido empresarial. Deseja-se acelerar a vivência destes conceitos e projetos por meio de gestores técnicos das empresas, transformando estes valores em ações concretas e sustentáveis do ponto de vista empresarial, tornando assim irreversível a responsabilidade social das empresas. O Projeto será desenvolvido em seis estados brasileiros para que se tenha um efeito demonstrativo mais amplo.
- 2.13 Para a seleção inicial dos seis estados, o SESI adotou os seguintes critérios e iniciativas: (i) assegurar a presença de todas as regiões do país no projeto; (ii) dentro de cada região, identificar os estados que possuem adequada capacidade técnica e recursos em pessoal para executar as ações e replicar os resultados para os demais estados; e (iii) selecionar estados que em algum momento já desenvolveram algum tipo de conhecimento e experiências em metodologias de RSE e que poderão ser agregadas ao projeto.
- 2.14 A execução do Projeto com o apoio do BID/FUMIN será a oportunidade de alavancar a presença e a relevância do SESI na temática da RSE, bem como para aplicar, ajustar e disseminar junto às MPE o Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, que é uma ferramenta desenvolvida e coordenada pelo Serviço Social da Indústria – SESI, visando difundir métricas para o cálculo do retorno dos investimentos realizados em práticas de gestão de responsabilidade social empresarial que impactam na melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e das condições de trabalho, relacionando-as com o desempenho das empresas.
- 2.15 O Modelo considera como base para a formulação dos seus Critérios de Avaliação os Fundamentos da Excelência em que baseia o Modelo de Excelência de Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), uma vez que expressam conceitos que se traduzem em práticas encontradas em organizações de elevado desempenho, líderes de Classe Mundial. Neste sentido, os mecanismos de avaliação e diagnóstico considerados são: a) avaliação de práticas das empresas pelos seus colaboradores; e b) avaliação de práticas e de performance por gestores das empresas.
- 2.16 São considerados fundamentos do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho: (i) Visão Sistêmica, compreendido como o entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes da empresa, bem como entre a empresa e o ambiente externo; (ii) Aprendizado Organizacional; (iii) Liderança

e Constância de Propósitos, em especial o comprometimento dos dirigentes com os valores e princípios da empresa; (iv) Orientação por Processos e Informações com foco no público interno; (v) Geração de Valor, contemplando o alcance de resultados consistentes pelo aumento de valor tangível e intangível de forma sustentada para as partes interessadas, em especial os colaboradores da empresa; e (vi) Valorização das Pessoas.

- 2.17 Nesse contexto, a aplicação do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho pretende referendar o SESI como provedor de soluções as MPE e contribuir para o alcance de alguns resultados pretendidos no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 lançado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), tais como: (i) Crescimento econômico do País por meio de empresas sustentáveis; (ii) Melhoria da qualidade do emprego e da renda dos trabalhadores; (iii) Elevação da qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias; (iv) Diminuição das desigualdades regionais e sociais; e (v) Expansão dos negócios com geração de valor.
- 2.18 O Projeto incluirá a participação de parceiros como sindicatos patronais, associações setoriais e o Instituto Ethos. Prevê-se que o Ethos terá um papel essencialmente metodológico, tomando por base a sua experiência. O Ethos, por exemplo, participará da construção metodológica, aproveitando sua experiência com o FUMIN.³³ O *Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil* (BNDES)⁴ poderá apoiar a construção futura de instrumentos para a concessão de créditos para as MPME de maneira que possibilite aplicar a metodologia e implantar medidas internas de RSE.
- 2.19 O Projeto é parte do *Cluster FUMIN*, “Promover a Competitividade através da RSE” (MIF/GN-94) e aproveitará as experiências e lições dos outros projetos do *Cluster*.

III. OBJETIVOS DO PROJETO E DESCRIÇÃO

A. Objetivos

- 3.1 O objetivo geral do Projeto é apoiar micro e pequenas empresas industriais na implantação de políticas e medidas de gestão em RSE, visando melhorar seus indicadores gerenciais, econômicos e sociais, e contribuir para a difusão de uma cultura empresarial comprometida com o desenvolvimento sustentável.
- 3.2 Os objetivos específicos do Projeto são os seguintes: (i) ampliar o reconhecimento do SESI na temática da RSE; (ii) sensibilizar a comunidade empresarial para a prática da RSE e para o desenvolvimento sustentável; (iii) diagnosticar a atual realidade das micro e pequenas empresas aderentes ao projeto em RSE e Desenvolvimento Sustentável - DS; (iv) apoiar o desenho e a implantação de planos de ação para as empresas em âmbito regional; e (v) desenvolver processos de avaliação de impacto que a prática da RSE e da ação orientada para o DS proporcionou na indústria e na comunidade.

³³ Ver nota de rodapé número 2.

⁴ <http://www.bndes.gov.br/espanol/>

- 3.3 Para alcançar estes objetivos foram definidos os seguintes componentes: (i) Desenvolvimento da metodologia e materiais; (ii) Implementação de medidas de RSE em MPE – Ambientes APL e outras aglomerações empresariais produtivas; (iii) Implementação de medidas de RSE em MPME vinculadas a Sindicatos Patronais e Associações Setoriais; e (iv) Monitoramento, sistematização da informação e disseminação dos resultados do projeto.

B. Componentes

Componente I: Desenvolvimento da metodologia e materiais

- 3.4 Este componente pretende elaborar a proposta conceitual metodológica do SESI, a partir do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, para atender às micro e pequenas indústrias. Para tanto, serão realizadas as seguintes atividades: (i) diagnosticar a gestão sustentável, incluindo o mapeamento das potencialidades econômicas sustentáveis levando em conta princípios de RSE e a indicação de fatores condicionantes da competitividade, além da identificação de melhores práticas para MPE. Inicialmente, esta atividade será desenvolvida de forma piloto apenas no Rio de Janeiro, podendo a depender do resultado e da relevância, ser aplicada nas outras regiões; (ii) analisar os resultados de avaliação e diagnóstico realizados pelo SESI, em amostra de grandes e médias indústrias; (iii) desenvolver conteúdo das estratégias adequadas para atender às MPE, com o foco na adequação do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho à luz de outras experiências / metodologias e preparação de materiais para a aplicação junto às MPE a serem selecionadas; (iv) capacitar profissionais dos Departamentos Regionais – DRs do SESI em RSE; e (v) divulgar o Programa, incluindo o desenho de material para a divulgação da estratégia de ação para as MPE; evento de lançamento; início de processo de articulação, sensibilização e mobilização das empresas, incluindo campanhas educativas; e realização de uma prova de validação da metodologia desenvolvida em um número de MPE em pelo menos duas das regiões selecionadas.

Componente II: Implementação de medidas de RSE em MPE – Ambientes APL e outras aglomerações empresariais produtivas

- 3.5 O objetivo deste componente é apoiar a implementação de medidas de RSE em, pelo menos, 180 MPE de setores selecionados incluindo as de serviços não financeiros, através da formação de equipes técnicas que transmitirão a metodologia específica às MPE em ambientes APL e outras aglomerações empresariais produtivas. Prevê-se que os trabalhos serão desenvolvidos tanto no nível interno quanto no externo das empresas. No nível interno serão elaborados programas de ação embasados no diagnóstico dos indicadores de RSE. No nível externo serão buscadas alianças para as ações de contexto social.
- 3.6 As atividades deste componente incluem: (i) selecionar e capacitar consultores locais em RSE para atuar em ambientes de aglomerações empresariais como APL; (ii) articular com parceiros e organizações de governança de APL e outros ambientes empresariais, visando firmar alianças para a implementação das medidas de RSE; (iii) selecionar um primeiro grupo de empresas e formalizar compromissos, estimando-se cerca de 15 empresas por estado, ou um total de 90 empresas de setores selecionados; (iv) implementar o processo de diagnóstico do Modelo SESI, ajustando-o para o porte das empresas, ou seja, as micro e

pequenas, considerando seis áreas de avaliação e com o foco em especial na responsabilidade social relacionada ao público interno da empresa, a saber: Gestão de Pessoas, Cultura Organizacional, Educação e Desenvolvimento, Inovação, Ambiente de trabalho seguro e saudável e Desenvolvimento Socioambiental; (v) apoiar as empresas selecionadas e avaliadas na preparação de planos de ação estratégicos; (vi) apoiar a implementação dos planos de ação; (vii) monitorar e supervisionar o desempenho das MPE beneficiárias; (viii) ajustar a metodologia com base na experiência do Grupo 1 das MPE nos seis estados; (ix) selecionar um segundo grupo de empresas e formalizar compromissos, estimando-se cerca de 15 empresas por estado, ou um total de mais 90 empresas, completando 180 MPE, de setores selecionados, envolvidas neste componente; (x) avaliar e apoiar as empresas selecionadas para o Grupo 2 na preparação de planos de ação estratégicos; (xi) apoiar a implementação dos planos de ação; e (xii) acompanhar o desempenho das MPE beneficiárias . O Projeto financiará os diagnósticos, análise de sustentabilidade das empresas e a consultoria de implantação das ações de RSE nas MPE participantes.

- 3.7 Deve-se destacar que no processo de diagnóstico das empresas no Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, as avaliações serão feitas a partir de dois instrumentos que são os questionários de avaliação da empresa e dos colaboradores, ambos referenciados aos fundamentos da sustentabilidade e qualidade no trabalho propostos e às áreas de avaliação citadas em 3.6 (iv). Estima-se para cada grupo de MPE a implementação do Modelo em um ciclo completo de 2 (dois) anos, contemplando: no ano 1, 3 (três) meses para o diagnóstico inicial e elaboração do plano de melhoria e o restante do ano para aplicação do Plano de Melhoria com acompanhamento trimestral nas empresas. No ano 2, será feito novo diagnóstico, eventual ajuste no plano de melhoria, aplicação com acompanhamento e avaliação final.
- 3.8 Pode-se citar como alguns dos critérios para a seleção das MPE os seguintes: (i) enquadramento como micro empresa – número de funcionários colaboradores menor ou igual a 19 (dezenove) ou pequena empresa – número de funcionários colaboradores maior que 19 (dezenove) e menor ou igual a 99 (noventa e nove) ; (ii) participação em APL ou outra aglomeração empresarial produtiva; (iii) compromisso de compartilhar os resultados da implantação de medidas de RSE em sua empresa; e (iv) compromisso de aportar recursos financeiros e/ou não financeiros para cobrir parte do custo de assistência técnica.
- 3.9 Na região do Rio de Janeiro, existe a tendência de que o projeto seja implantado em dois ambientes de aglomerações empresariais produtivas com potencial para consolidação em APL, quais sejam: (i) fruticultura no noroeste do estado, com orientação estratégica de buscar acesso às oportunidades do Comércio Justo; e (ii) produção de cana-de-açúcar para biocombustíveis no norte do estado envolvendo 5 (cinco) mil produtores rurais.
- 3.10 Alguns dos critérios de seleção dos Departamentos Regionais do SESI para participação no Programa serão os seguintes: (i) possuir um núcleo de RSE instalado; (ii) disponibilidade de profissionais para participar do Projeto (como quadros técnicos em RSE e equipe de consultores locais); (iii) disponibilidade de recursos para apoiar o Programa; (iii) concentração de setores industriais interessados; e (iv) compromisso de adesão firmado pela alta direção do

Departamento Regional do SESI de aportar recursos (financeiros e não financeiros) ao Projeto.

Componente III: Implementação de medidas de RSE em MPE vinculadas a Sindicatos Patronais e Associações Setoriais

- 3.11 O objetivo deste componente é apoiar a implementação de medidas de RSE em, pelo menos, 180 MPE de setores selecionados, através da formação de equipes técnicas que transmitirão a metodologia específica às MPE que participem efetivamente de sindicatos patronais (cerca de 1.200 em todo o país) e associações /organizações setoriais. Prevê-se, a exemplo do descrito no componente II, que os trabalhos serão desenvolvidos tanto no nível interno quanto no externo das empresas. No nível interno serão elaborados programas de ação embasados no diagnóstico dos indicadores de RSE do Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho. No nível externo serão buscadas alianças para as ações de contexto social.
- 3.12 As atividades deste componente terão bastante similaridade às do componente II, com atenção às especificidades dos setores e grupos de empresas a serem trabalhados: (i) selecionar e capacitar consultores locais em RSE; (ii) articular com parceiros institucionais visando firmar alianças para a implementação das medidas de RSE; (iii) realizar seminários e campanhas eventuais para convencer as MPE quanto à adoção de princípios de RSE; (iv) selecionar empresas interessadas e formalizar compromissos, estimando-se cerca de 30 empresas por estado, ou um total de 180 empresas, de setores dinâmicos da economia; (v) implementar o processo de diagnóstico do Modelo SESI, ajustando-o para o porte das empresas, ou seja, as micro e pequenas, considerando seis áreas de avaliação e com o foco em especial na responsabilidade social relacionada ao público interno da empresa, a saber: Gestão de Pessoas, Cultura Organizacional, Educação e Desenvolvimento, Inovação, Ambiente de trabalho seguro e saudável e Desenvolvimento Socioambiental; (vi) apoiar as empresas selecionadas e avaliadas na preparação de planos de ação estratégicos; (vii) apoiar a implementação dos planos de ação; e (viii) acompanhar o desempenho das MPE beneficiárias. A exemplo do componente II, o Projeto financiará os diagnósticos, análise de sustentabilidade das empresas e a consultoria de implantação das ações de RSE nas MPE participantes.
- 3.13 A exemplo do Componente II, será adaptado e aplicado nas MPE o Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho, incluindo em um ciclo de 2 (dois) anos para cada empresa - diagnósticos, planos de melhoria, acompanhamento e avaliação final seguindo a mesma sequência descrita em 3.7.
- 3.14 Os critérios para a seleção das MPE são similares aos citados no item 3.8 , com o detalhe adicional de que as empresas participem efetivamente no sindicato patronal de sua respectiva categoria econômica, em associações setoriais e/ou redes empresariais.
- 3.15 Os critérios para a participação dos Departamentos Regionais do SESI são idênticos aos citados em 3.10.

Componente IV: Monitoramento, Sistematização da informação e Disseminação dos resultados do projeto

- 3.16 O propósito deste componente é dar visibilidade a todas as ações desenvolvidas e alcançar um verdadeiro impacto nacional na cultura empresarial, por meio do monitoramento e divulgação do conceito, das ações e, sobretudo, dos casos de sucesso do Projeto. A idéia é preparar o terreno para uma expansão quantitativa no futuro, uma vez que a metodologia adequada já terá sido elaborada e os recursos humanos terão sido capacitados para a devida disseminação em grande escala. Algumas das atividades relevantes são as seguintes: (i) estabelecer a linha de base (Ponto Zero) do Programa; (ii) monitorar e avaliar os resultados das intervenções em RSE nas MPE beneficiárias; (iii) realizar seminários e oficinas para representantes de MPE de diversas indústrias não participantes do Programa e players da RSE; (iv) elaborar estudos de casos; e (v) preparar campanha de marketing para a difusão do Projeto e seus casos de sucesso.

IV. CUSTO, FINANCIAMENTO E TEMPO DE EXECUÇÃO

- 4.1 O custo total do Projeto é de US\$4 milhões. Os recursos financeiros destinados a implantação do projeto serão oriundos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN, e do Departamento Nacional do SESI. Estima-se a necessidade de uma contribuição de US\$ 1.700.000,00 milhões por parte do FUMIN com aporte de contrapartida de US\$ 2.300.000,00 milhões por parte do SESI.
- 4.2 A estes recursos se somarão disponibilidades financeiras viabilizadas por recursos orçamentários dos Departamentos Regionais do Serviço Social da Indústria, a partir de subprojetos construídos segundo iniciativas dos próprios Estados.
- 4.3 O projeto terá um período de execução de 48 meses.

V. AGÊNCIA EXECUTORA E MECANISMO DE EXECUÇÃO

- 5.1 A agência executora do projeto será o Serviço Social da Indústria Departamento Nacional (SESI), inscrito no CNPJ 33.641.358/0001-52, que é uma entidade integrante do Sistema Indústria, liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e criado em 1946 tendo como missão a promoção da qualidade de vida do trabalhador, por meio de serviços de educação, saúde e estímulo a uma gestão socialmente responsável da empresa industrial. O SESI possui ampla capacidade institucional e alcance nacional, com ações em mais de 2.000 municípios brasileiros. A reconhecida capilaridade do SESI assegura que uma vez demonstrada a efetividade das iniciativas do projeto, a disseminação se dará de forma eficaz.
- 5.2 Para executar o projeto, o Departamento Nacional do SESI incluirá na estrutura de trabalho os Departamentos Regionais do Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, Roraima, Ceará e Minas Gerais, que executarão os trabalhos diretamente com as empresas beneficiárias. Prevê-se a participação do Instituto Ethos como co-executor, trabalhando em articulação direta com o Departamento Nacional do SESI, na produção e disponibilização de conhecimento para as micro e pequenas empresas beneficiárias, consultores, além da participação em diversos tipos de eventos gerais.

- 5.3 O projeto terá um Comitê Gestor do qual participarão as entidades doadoras e cuja função será a definição de estratégias e o controle geral da execução.

VI. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E AÇÕES PROPOSTAS

- 6.1 Dada a natureza do Projeto não são esperados impactos negativos ambientais nem sociais. Prevê-se que o Projeto deverá contribuir no desempenho positivo tanto social como ambiental já que apoiará as MPE na implementação de práticas e medidas responsáveis, incluindo as relacionadas com a gestão ambiental e também a segurança ocupacional dos empregados, entre outras.

VII. ASPECTOS ESPECIAIS

- 7.1 Durante a preparação do Projeto serão levados em consideração os seguintes aspectos especiais: (i) detalhamento do mecanismo de execução contemplando as responsabilidades e atribuições da Agência Executora SESI, do Instituto Ethos como co-executor, além de outros parceiros institucionais; (ii) a coordenação com outras organizações como sindicatos patronais, associações setoriais e outros possíveis aliados; (iii) assegurar a demanda por parte das MPE; (iv) confirmar os Estados a serem incluídos no Projeto; (v) confirmar o interesse de BNDES em participar e contemplar a inclusão de variáveis de RSE como parte de sua análise de crédito das empresas; (vi) definir o esquema de execução do Projeto; (vii) confirmar o interesse do SEBRAE em participar do Projeto; e (viii) o orçamento detalhado, o regulamento operativo e o marco lógico.

APÊNDICE A: Questionário semiestruturado utilizado na pesquisa de campo.

QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO

Número do questionário ()

Nome da empresa: _____

Nome do respondente: _____

APL/Sindicato: _____

Endereço: _____

Contatos: _____

Principais atividades: _____

Parte I: Questões objetivas

1. Sua empresa é:
 - () independente;
 - () parte de um grupo.

2. Tamanho:

a. ()	Micro (até 19 funcionários)
b. ()	Pequena (de 20 a 99 funcionários)
c. ()	Média (de 100 a 499 funcionários)
d. ()	Grande (mais de 500 funcionários)

3. Marque com (X) os itens abaixo, indicando sua relevância para empresa:

Item	Aspecto a ser avaliado	Grau de Relevância			
		Péssimo	Ruim	Bom	Excelente
1	Existência de planejamento estratégico na empresa;				
2	Existência de uma visão de futuro;				
3	Existência de certificações(ISO 9001,				

	ISO 14001) na empresa;				
4	Produção e divulgação de relatórios de sustentabilidade;				
5	Existência de processos de diálogo e engajamento com partes interessadas;				
6	Compartilhamento de visão, missão, valores, metas e resultados;				
7	Postura ética e transparente com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona;				
8	Existência de códigos de ética e/ou de conduta;				
9	Prática e promoção dos princípios da concorrência leal;				
10	Observação e respeito a obrigações fiscais, legais e demais marcos regulatório;				
11	Existência de políticas internas que favoreçam a cultura de inovação e de aprendizado;				
12	Criação de produtos/serviços “sustentáveis”;				
13	Existência de políticas de valorização da diversidade;				
14	Existência de procedimentos para cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho;				
15	Existência de programas de incentivo à qualidade de vida aos seus colaboradores;				
16	Combate ao assédio moral e sexual;				
17	Existência de políticas em sustentabilidade na escolha,				

	contratação e acompanhamento de fornecedores;				
18	Compromisso com a erradicação de trabalho infantil;				
19	Conhecimento e gestão dos impactos ambientais causados pelos processos, produtos e serviços das operações em sua cadeia de fornecedores;				
20	Existência de processos de política e gestão ambiental;				
21	Conhecimento e gestão dos impactos ambientais causados pelos processos, produtos e serviços de suas operações próprias;				
22	Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental;				
23	Gestão adequada dos resíduos produzidos;				
24	Acompanhamento dos custos com insumos naturais (energia, água, produtos madeireiros etc.);				
25	Existência de certificações ambientais				
26	Existência de programas de redução, reutilização e reciclagem;				
27	Existência de programas de educação ambiental para colaboradores;				
28	Desenvolvimento de ações filantrópicas junto à comunidade;				
29	Desenvolvimento de processos de educação e conscientização para a sustentabilidade dos consumidores;				
30	Sua percepção sobre o desenvolvimento do “Projeto BID”				

	realizado pelo SESI e BID;				
31	Satisfação com as práticas realizadas no “Projeto BID”;				
32	Como considera o desenvolvimento da sua empresa nos últimos três anos;				
33	Indique a relevância do projeto executado pelo SESI e o BID no desenvolvimento da sua empresa;				
34	Atuação dos executores do projeto que visitam sua empresa;				
35	Relevância do projeto para o fortalecimento da governança no APL;				
36	Qual sua impressão sobre as capacitações realizadas pelo “Projeto BID”.				

4. Descreva abaixo quais são os principais desafios enfrentados pelo setor, nos seguintes aspectos:

Item	Aspectos	Considerações		
		Sim	Não	Regular
1	Existe disponibilidade de mão de obra qualificada?			
2	Há impactos ambientais negativos gerados pelo setor?			
3	Há impactos sociais negativos gerados pelo setor?			
4	Existe perspectiva de desenvolvimento futuro para o APL?			
5	Existe disponibilidade de tecnologia inovadora no APL?			
6	Existem incentivos governamentais para desenvolvimento do setor?			

7	Existe disponibilidade e acessibilidade (ex: financiamentos) de capital para desenvolvimento das empresas do setor?			
8	Os colaboradores da empresa participam das ações do “Projeto BID”?			
9	O “Projeto BID” aumentou a competitividade da empresa?			
10	Sua empresa tem atuado de maneira sustentável?			
11	Concorda com a atual governança que representa o APL?			
12	O Plano de Ação realizado pelo consultor do projeto está de acordo com suas expectativas?			

5. Como a sua empresa avalia a contribuição de sindicatos, associações, cooperativas, governo, SESI e SEBRAE no tocante às seguintes atividades: favor indicar o grau de contribuição utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para sua empresa.

Tipo de contribuição	Grau de Contribuição			
	0	1	2	3
Auxílio na definição de objetivos comuns para arranjo produtivo;	0	1	2	3
Estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica;	0	1	2	3
Identificação de fontes e formas de financiamento;	0	1	2	3
Promoção de ações cooperativas;	0	1	2	3
Apresentação de reivindicações comuns;	0	1	2	3
Criação de fóruns e ambientes para discussão;	0	1	2	3
Promoção de ações dirigidas e capacitações tecnológicas de empresas;	0	1	2	3
Organizações de eventos técnicos e comerciais.	0	1	2	3

Disponibilização de informações sobre matéria-prima, equipamento, assistência técnica, consultoria, etc.	0	1	2	3
--	---	---	---	---

6. Quais políticas poderiam contribuir para o desenvolvimento da empresa/grupo e do arranjo? favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 1 é baixa importância, 2 é média e 3 é alta importância. Coloque 0 se não for relevante para sua empresa.

Ações de política	Grau de importância			
Melhorias na educação básica;	0	1	2	3
Programas de capacitação profissional voltada para áreas de confecções/reparação de veículo;	0	1	2	3
Melhoria de infraestrutura física e de conhecimento;	0	1	2	3
Promoção de eventos públicos;	0	1	2	3
Linhas de crédito e outras formas de financiamento;	0	1	2	3
Incentivos fiscais;	0	1	2	3
Outras (especifique):	0	1	2	3
	0	1	2	3

Parte II: Questões subjetivas

7. Considera o período de quatro anos suficientes para o desenvolvimento do “Projeto BID”?
8. Quais as contribuições das empresas do APL/Sindicato de confecções/reparação de veículos para o desenvolvimento local?
9. Descreva abaixo o que compreende por “sustentabilidade”:
10. Descreva abaixo o que considera como “desenvolvimento”:
11. O que mudaria no “Projeto BID”?
12. Considera a governança do APL estruturada e em funcionamento?

